

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CLÁUDIA STREY

LINGUAGEM E EMOÇÕES: UM ESTUDO EM INTERFACES

Porto Alegre
2011

CLÁUDIA STREY

LINGUAGEM E EMOÇÕES: UM ESTUDO EM INTERFACES

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa

Porto Alegre
2011

CLÁUDIA STREY

**LINGUAGEM E EMOÇÕES:
UM ESTUDO EM INTERFACES**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 5 de janeiro de 2012

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Jorge Campos da Costa - PUCRS



Profa. Dr. Beatriz Viégas-Faria - UFPel



Profa. Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños - PUCRS

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à PUCRS, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pelo apoio e auxílio na realização desse trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Campos da Costa, que, com contribuições relevantes e inspiradas, indicou caminhos e compartilhou inquietações teóricas necessárias para esse trabalho tornar-se possível.

Às professoras Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños e Dr. Beatriz Viégas-Faria pela leitura dedicada e pelas considerações relevantes para o desenvolvimento deste e de futuros trabalhos.

À minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Aos amigos, tanto aos que há muito convivem, como aos que entraram em minha vida nos últimos dois anos.

Somos verbívoros, uma espécie que vive de palavras, e o significado e o uso da linguagem estão fadados a estar entre os principais objetos de nossa ponderação, de nosso compartilhamento e de nossas disputas.

Steven Pinker

RESUMO

O seguinte estudo tem como objetivo avaliar o programa de investigação da Metateoria das Interfaces, de Campos (2007), para a abordagem de problemas complexos e interdisciplinares, como é o caso dos processos inferenciais, mais especificamente a relação entre linguagem e emoções. Para o estudo de cunho teórico-bibliográfico ser possível, assume-se uma metodologia interdisciplinar por interfaces, em que se constroem perspectivas sobre o objeto complexo, a fim de observar diferentes propriedades semântico-pragmáticas sobre a linguagem das emoções. Assim, o trabalho busca: (a) descrever a interface entre linguagem, lógica e emoções, com o intuito de demonstrar de que forma argumentos inferenciais, baseados nas teorias de Grice (1957/1975) e Levinson (2000), podem ser afetados por premissas emocionais, compostas por escalas de palavras de emoção; (b) problematizar a noção de relevância proposta por Sperber & Wilson (1995) ao demonstrar a existência de benefícios emocionais no discurso, muitas vezes causados pela forma da expressão, e não pelo conteúdo; (c) abordar a noção de intenção dentro dos estudos semântico-pragmáticos, ampliando o conceito tradicional a partir dos apontamentos de Costa (2012). De uma maneira geral, as interfaces construídas no trabalho apontam para a necessidade de mais estudos envolvendo as propriedades linguísticas e emocionais a fim de que se construa uma abordagem com maior capacidade descritivo-explanatória sobre a comunicação inferencial humana. Demonstrou-se também que a Metateoria das Interfaces é adequada para reorganizar a Ciência da Linguagem e os estudos interdisciplinares, relacionando fundamentos e potenciais de aplicação de perspectivas incomensuráveis ao nível teórico.

Palavras-chave: Inferências. Comunicação. Emoções. Linguagem. Interfaces.

ABSTRACT

The following study aims to evaluate the Metatheory of Interfaces (CAMPOS, 2007) as a research program to tackle complex and interdisciplinary problems, such as inferential processes, specifically the relationship between language and emotions. For this theoretical study, we assume an interdisciplinary approach by interfaces, which build perspectives on the complex object in order to observe different properties on the semantic-pragmatic language of emotions. Therefore, the study seeks to: (a) describe the interface between language, logic and emotions in order to demonstrate how inferential arguments – based on Grice’s (1957/1975) and Levinson’s (2000) theories – may be affected by assumptions consisting of emotional scales; (b) discuss the notion of relevance proposed by Sperber & Wilson (1995), in order to demonstrate the existence of emotional benefits in speech, often caused by the form of expression, and not its content; (c) address the notion of intent within the semantic-pragmatic studies, expanding the traditional concept from Costa’s (in press) approach. In general, the interfaces built point to the need for more studies of the properties of language and emotion, in order to achieve an approach of the human inferential communication with a more descriptive and explanatory capacity. We show that the Metatheory of Interfaces is appropriate to reorganize the Science of Language as well as interdisciplinary studies, linking foundations and potentials of application of incommensurable perspectives in a theoretical level.

Keywords: Inferences. Communication. Emotions. Language. Interfaces.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PERSPECTIVISMO E METATEORIA DAS INTERFACES	11
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DA LINGUÍSTICA	11
1.3 PERSPECTIVISMO E LINGUÍSTICA.....	13
1.4 METATEORIA DAS INTERFACES	17
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
2 COMUNICAÇÃO LÓGICO-INFERENCIAL E EMOÇÕES	21
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
2.2 INTERFACE RAZÃO E EMOÇÃO	21
2.3 COMUNICAÇÃO LÓGICO-INFERENCIAL	25
2.4 EMOÇÃO E RAZÃO EM COMUNICAÇÃO	34
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
3 RETÓRICA, RELEVÂNCIA E EMOÇÕES	43
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	43
3.2 RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO NA COMUNICAÇÃO	43
3.3 RETÓRICA DA FORMA E DO CONTEÚDO.....	51
3.4 FORMA E BENEFÍCIOS EMOCIONAIS.....	58
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
4 DIÁLOGOS: SOBRE INTENÇÕES E EMOÇÕES	66
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	66
4.2 COMUNICAÇÃO INFERENCIAL E INTENÇÕES	66
4.3 DIÁLOGOS EM COMUNICAÇÃO	72
4.4 O QUE VOCÊ VAI FAZER HOJE? – EXEMPLO ILUSTRATIVO	80
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

A presente dissertação estuda a relação entre linguagem e emoção, mais especificamente as palavras de emoções¹ interferindo no processo inferencial. A relevância do tema pode ser avaliada dentro de um contexto atual de ciência, que se sobrepõe à dicotomia cartesiana entre razão e emoção. O trabalho alinha-se com pesquisas mais recentes em comunicação, neurociências e linguagem, buscando uma maior capacidade explanatória de fenômenos complexos envolvendo aspectos lógico-rationais e aspectos emocionais. Constrói-se um objeto complexo, em que, além de se considerarem as propriedades da linguagem, as emoções são incluídas no processo comunicativo

Para que se possa observar a relação entre linguagem e emoções, é preciso compreender que a abordagem de problemas complexos se dá através de pesquisas interdisciplinares, que assumem fundamentos de diferentes áreas de estudo. Isso implica assumir que objetos complexos, quando abordados de maneira disciplinar ou reducionista, muitas vezes deixam de considerar questões essenciais para uma explicação e descrição mais adequada. Em decorrência, assume-se que o objeto de pesquisa é intrínseco à construção da interface, e, mais especificamente, assume-se uma visão perspectivista de ciência. Constrói-se, a partir desse posicionamento, um segundo objeto de estudo, metateórico, que busca avaliar a proposta da Metateoria das Interfaces, de Costa (2007), para a abordagem de fenômenos complexos.

O estudo foi gerado a partir da necessidade de se organizar teoricamente as investigações envolvendo a complexidade da linguagem e da comunicação, e, conseqüentemente, da relação entre palavras de emoção e processos inferenciais. Em tais condições, através da interface entre Linguística, Lógica, Comunicação e Psicologia Cognitiva, constroem-se quatro questões que orientam a investigação, e, para cada uma, são supostas quatro hipóteses de trabalho.

A primeira questão, de cunho metateórico, envolve a necessidade de se esclarecer a concepção metateórica que subjaz ao trabalho: qual abordagem interdisciplinar é adequada para explicar e descrever problemas e objetos complexos? Desse questionamento, constrói-se a seguinte hipótese, dentro da qual o objeto científico é intrínseco à construção do estudo:

- Hipótese 1 – Metateórica: Fenômenos complexos são mais bem abordados através de estudos interdisciplinares, e a Metateoria das Interfaces (Campos,

¹ Neste trabalho, utilizam-se *emoção*, *palavras de emoção*, *linguagem de emoções* e *sentimentos* como sinônimos, que se referem a interface construída entre linguagem e emoções.

2007) é uma abordagem adequada para fundamentar a construção do objeto e as interfaces entre as diferentes áreas.

A segunda questão de pesquisa envolve o tópico teórico do trabalho, a relação entre processos inferenciais e linguagem das emoções: quais propriedades semântico-pragmáticas são relevantes para a descrição da linguagem das emoções? Como elas interferem no processamento lógico-comunicativo?, em qual se assume a seguinte hipótese:

- Hipótese 2: Os processos inferenciais estão baseados em propriedades lógicas, comunicativas e cognitivas, em que as inferências semântico-pragmáticas decorrem de fontes linguísticas variadas. O raciocínio lógico, no entanto, é afetado por premissas emocionais, não-rationais, que formam escalas de emoções, tais como as implicaturas escalares propostas por Levinson (1983/2000).

A terceira questão debate a noção de custo-benefício proposta pela Teoria da Relevância (SW, 1995), em que se questiona: a forma de uma expressão pode interferir no processamento cognitivo-inferencial e incitar emoções distintas?, e se assume:

- Hipótese 3: A forma da expressão interfere no processamento inferencial, visto que as emoções podem ser consideradas como benefício retórico. A partir de uma perspectiva não-tradicional de retórica, a linguagem das emoções tem a capacidade de influenciar diretamente na relação custo-benefício, o que problematiza o arcabouço teórico da Teoria da Relevância (S&W, 1995).

Já o quarto questionamento lança luz sobre as relações semântico-pragmáticas que envolvem a noção de intenção dos falantes, no qual se busca saber: como as intenções dos interlocutores são recuperadas inferencialmente no processo dialógico e como elas se relacionam com as emoções? Como se constitui o “jogo de intenções” durante o processo comunicativo? Dessas perguntas, tem-se:

- Hipótese 4: As intenções dos falantes são recuperadas pelos interlocutores através da articulação de níveis semânticos e pragmáticos de inferências multiformes – geradas por diversas fontes (lógicas, fonológicas, prosódicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas, pragmáticas). Para observar o “jogo de intenções”, assume-se o diálogo como objeto de estudo (Costa, 2012), em que a linguagem das emoções, em relação com uma cadeia de intenções, pode influenciar a geração de inferências.

Para avaliar as questões e as hipóteses de trabalho, a dissertação é organizada em quatro capítulos, que apresentam angulações diferentes sobre o objeto complexo. Nesse

sentido, enquanto o primeiro capítulo, que fundamenta a Hipótese 1 – Metateórica, tem como objetivo estabelecer a metodologia e demonstrar uma proposta de trabalho por construção de interfaces, os outros três capítulos abordam ângulos diferentes sobre o objeto complexo. O primeiro capítulo serve, portanto, como base para compreender a forma como o trabalho se apresenta, em uma perspectiva interdisciplinar e complexa: a cada capítulo, um olhar diferente sobre a relação entre linguagem e emoções.

Nesse sentido, o segundo capítulo do trabalho discute a Hipótese 2 e descreve a relação entre linguagem, lógica e emoções, a fim de demonstrar de que forma argumentos inferenciais podem ser afetados por premissas emocionais, compostas por escalas de palavras de emoções. O terceiro capítulo, por sua vez, debate a Hipótese 3, problematizando a noção de relevância proposta por Sperber & Wilson (1995) ao demonstrar a existência de benefícios emocionais no discurso, muitas vezes causados pela forma da expressão, e não pelo conteúdo. O quarto e último capítulo trabalha com a Hipótese 4, abordando a noção de intenção dentro dos estudos semântico-pragmáticos e estabelecendo uma relação com palavras de emoções e geração de inferências.

Cada capítulo serve como uma interface diferente sobre o tema de pesquisa. Nesse sentido, se o primeiro estabelece a perspectiva de interfaces como a metodologia de trabalho, nos próximos três, apresentam-se perspectivas diferentes e autônomas sobre a relação entre linguagem e emoções. Ao mesmo tempo, a organização do trabalho visa fundamentar a primeira hipótese de trabalho, que corresponde ao objeto metateórico, demonstrando que a perspectiva de interfaces lança luz a diferentes propriedades do objeto, de acordo com as teorias e as abordagens que se assumem.

Após a discussão teórica feita em cada capítulo, busca-se organizar os argumentos a fim de se tirar implicações para a pesquisa, bem como para as teorias envolvidas. Da mesma forma, pretende-se estabelecer o potencial de aplicação deste estudo interdisciplinar envolvendo a linguagem das emoções.

1 PERSPECTIVISMO E METATEORIA DAS INTERFACES

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de se propor uma análise teórica sobre qualquer propriedade envolvendo a linguagem, é necessário que se assuma uma posição metodológica, baseada em fundamentos da Filosofia da Ciência. O seguinte capítulo busca, ao apresentar rapidamente o Perspectivismo – uma das principais correntes epistemológicas presentes no quadro teórico-filosófico contemporâneo, descrever a proposta interdisciplinar assumida pela Metateoria das Interfaces, de Campos (2007). Pretende-se, portanto, estabelecer uma metodologia de trabalho, trazendo a fundamentação necessária para a apresentação posterior do objeto teórico complexo, que é a relação entre linguagem e emoções.

O estudo que se segue está organizado da seguinte forma: na seção 1, aborda-se a questão da construção do objeto teórico, para, na seção 2, aprofundar a abordagem Perspectivista dentro do contexto das Ciências da Linguagem. Por fim, na seção 3, apresenta-se a Metateoria das Interfaces, de Campos (2007), como uma proposta adequada para reorganizar o quadro teórico da Linguística.

1.2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DA LINGUÍSTICA

Em Filosofia da Ciência, a ideia de haver ou não uma realidade que subjaz ao conhecimento científico é discutido por diferentes correntes epistemológicas, que concorrem para explicar se é possível ao ser humano alcançar o conhecimento total da realidade. Dentro desse quadro filosófico, poder-se-ia assumir pelo menos três posturas de observação (segundo Chauí, 2000; Giere, 2006), quais sejam:

- O Realismo Científico, em que o papel do cientista é descobrir a realidade tal como ela se apresenta, compreendendo o objeto, seja ele qual for (a linguagem, as emoções, o universo), como tendo propriedades específicas e pré-existentes às teorias construídas.
- O Construtivismo Social, para quem a verdade existe, mas o conhecimento sobre ela só pode ser alcançado através de construções sociais. Isso levaria, em última análise, à uma redução de qualquer objeto a uma explicação social.

- O Perspectivismo, que reconhece a existência de uma realidade única, mas com possibilidade de abordagem limitada à perspectiva que se assume. Assim, o objeto científico não seria conhecido em sua totalidade, mas apenas em perspectivas da realidade.

A Filosofia da Linguística, subdisciplina, por hipótese, da Filosofia da Ciência, também precisa discutir seus problemas a partir das questões mais gerais sobre a realidade e sobre como a conhecemos. À Filosofia da Linguística caberia responder, por exemplo, se seu objeto (a linguagem) é pré-existente a ela ou se é construído no momento da constituição da disciplina. A esse questionamento, pode-se fazer uma observação simples: se as subáreas linguísticas trabalham com diversas propriedades da linguagem – na Fonética/Fonologia, estudam-se os sons; na Morfologia, a estrutura interna das palavras; na Sintaxe, a estrutura das sentenças; na Semântica, o sentido das proposições; na Pragmática, o uso que os falantes fazem dos enunciados –, pode-se afirmar que o objeto é o mesmo em todas as investigações? Basta uma rápida observação das teorias linguísticas para perceber que o objeto, aparentemente único – a linguagem –, necessita de diferentes abordagens para se ter a possibilidade de compreendê-lo. Da mesma forma, para cada subárea, que se compromete com propriedades distintas da linguagem, há uma série de linhas teóricas que descrevem e explicam o objeto de maneira diferente.

Essa diversidade teórica leva a uma necessidade de se retomar a pergunta já feita: a Linguística realmente possui um objeto único, pré-estabelecido, ou cada subárea e, conseqüentemente, cada construto teórico constitui seu próprio objeto? Tradicionalmente, assume-se que a Linguística é uma ciência autônoma, que possui objeto e metodologia próprios. Entretanto, essa visão disciplinar parece falhar em explicar a complexidade da linguagem natural, que, por um lado, abrange propriedades multiformes – de fonemas a discursos envolvendo argumentos verdadeiros, falsos e falaciosos – e que, por outro, relaciona-se com outros objetos também complexos e heterogêneos – como cultura, sociedade, comunicação, cognição, emoção.

Nesse sentido, caso se observem as inúmeras subdivisões tradicionais existentes na Linguística, com suas inúmeras descrições de propriedades da linguagem (muitas vezes incompatíveis entre si), tem-se que o objeto parece não ser pré-existente, mas construído dentro de cada perspectiva teórica. Partindo dessa observação, parece ser a postura perspectivista de ciência adequada para explicar as diferentes concepções de objeto na

Linguística, desde unidades microscópicas (fonemas e morfemas) até macroscópicas (proposições e inferências).

Assumir o objeto como construído dentro de cada teoria parece ser algo ainda mais necessário quando se abordam objetos complexos, que assumem fundamentos de diferentes áreas de estudo. Uma pesquisa complexa supõe um novo paradigma científico, que, segundo Morin (2000, p. 387), “parte de fenômenos, ao mesmo tempo, complementares, concorrentes e antagonistas, respeita as coerências diversas que se unem em dialógicas e polilógicas e, com isso, enfrenta a contradição por várias vias”. Problemas complexos, nesse sentido, precisam de objetos construídos interdisciplinarmente, a fim de que se alcance uma maior capacidade descritiva-explanatória.

É necessário, nesse momento, colocar que a ideia de assumir a construção do objeto como intrínseca à construção da teoria é apenas um dos paradigmas possíveis. O próprio perspectivismo coloca que a sua abordagem é apenas uma perspectiva de se compreender a ciência, não sendo ela a única possibilidade verdadeira. A escolha do perspectivismo, no entanto, parece ser adequada dentro do quadro científico atual, como colocam Costa & Feltes (2010, p. 346):

Problematizada a noção de perspectiva do infinitamente pequeno e do infinitamente grande, há que se ter um herdeiro conceptual para a observação. Uma compreensão desse quadro dá ao perspectivismo maior plausibilidade e representa uma espécie de passo à frente sem radicalismos.

Na próxima seção, busca-se apresentar como o perspectivismo pode ajudar a reorganizar a Linguística como ciência, trazendo insights interessantes para fundamentar a interdisciplinaridade.

1.3 PERSPECTIVISMO E LINGUÍSTICA

Um dos principais pensadores modernos sobre Filosofia da Ciência é Ronald Giere (2006), que constrói um modelo contemporâneo do perspectivismo, apoiando-se nas ideias clássicas de Kant e Nietzsche, em que assume que a natureza do conhecimento científico não é absoluta, já que é influenciada por perspectivas históricas, culturais e sociais de quem está observando a realidade e construindo teorias. Segundo o autor (2006, p. 15), “princípios gerais, por si só, não fazem nenhuma afirmação sobre o mundo, mas específicos modelos

construídos de acordo com os princípios podem ser usados para fazer afirmações sobre aspectos específicos do mundo”². Ou seja, mesmo que haja apenas uma realidade, cada indivíduo a percebe a partir de sua perspectiva e de sua cognição. Segundo Costa & Feltes (2010, p.345),

(...) a abordagem científica funciona como pode ser ilustrado pelo caso das cores. Nem se deve afirmar que a cor é uma propriedade da superfície do objeto nem que ela é uma propriedade de nossa cognição. Mais kantianamente, trata-se de uma hipótese de relação entre ambas as propriedades em jogo. A ciência, sob essa ótica, pode ser caracterizada pela perspectiva de abordar um objeto que existe em perspectiva para uma perspectiva de nossa condição de apreendê-lo.

A metáfora dos óculos parece ser adequada para explicar essa escola filosófica: a realidade é apenas uma, mas dependendo da cor da lente, da sua forma e do seu material, a percepção da realidade muda. O mesmo ocorre com o objeto científico: para cada teoria, há um objeto construído. Não se pode, pois, observar o objeto de uma teoria com os óculos de outra, já que cada perspectiva é diferente de outra. O objeto é construído dentro da própria perspectiva adotada, ele não seria dado *a priori*, como propõe o Realismo, nem resultante de formas sociais, como coloca o Construtivismo Social.

Tome-se como exemplo o fenômeno da emoção e da linguagem, tema dessa pesquisa, para demonstrar como a perspectiva influencia na construção do objeto. Em um primeiro momento, para que se possa afirmar qualquer coisa a respeito de o que é emoção, é preciso definir em qual perspectiva trabalhar-se-á. Caso se coloquem os óculos da aquisição de linguagem de emoção, eis que emoção é parte de teorias linguístico-cognitivas que explicam como os conceitos emergem através da mente corporizada. Caso os óculos da influência da emoção na tomada de decisão seja o escolhido, assume-se a perspectiva da Psicologia Cognitiva em que o processo racional de decisão é influenciado por processos emocionais. Porém, caso se pense em propriedades culturais universais da emoção, põem-se óculos antropológicos e discute-se se a emoção é dependente ou não da cultura em que ela se encontra.

Em relação à Linguística, o mesmo raciocínio pode ser aplicado ao se observar que grandes linguistas e filósofos da linguagem já concebiam a área como interdisciplinar, ou seja, uma ciência que se constituía em relação a outras áreas do conhecimento. Embora nenhum dos autores a serem retomados ter dito claramente que compreendia a Linguística em uma perspectiva interdisciplinar, pode-se perceber que a sua definição como ciência só foi

² Tradução aproximada de: On this account, general principles by themselves make no claims about the world, but more specific models constructed in accordance with the principles can be used to make claims about specific aspects of the world.

possível no momento em que se fez o movimento teórico de relacioná-la a outras áreas científicas.

Um desses autores foi Ferdinand de Saussure, que, no início do século XX, concebeu a Linguística como a ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social (SAUSSURE, 2000 [1916], p. 24), sendo ela parte da Semiologia e da Psicologia Social. O movimento de Saussure foi reconhecer a língua na perspectiva social, cujo objeto de estudo é a língua, definida como um produto social compartilhado pela comunidade de fala, ou seja, um conjunto de convenções necessárias para o exercício da linguagem, constituindo-se como um sistema abstrato. Ao mover o estudo das línguas de uma perspectiva diacrônica para uma sincrônica, Saussure assume a dicotomia língua/fala como essencial para a construção do objeto próprio da ciência. Para o autor, somente a língua, como sistema de signos, é passível de estudo científico e objetivo; enquanto a fala, como realização individual do sistema, estaria sob influência das vontades dos falantes.

Noam Chomsky (1957), por sua vez, em meados da década de 50, defende a Linguística como ciência cognitiva ao afirmar que a linguagem é inata ao ser humano, visto que essa seria a única forma de explicar a aquisição da linguagem face aos poucos estímulos recebidos. Deslocando o objeto de estudo para a faculdade da linguagem, Chomsky (1988) propõe a existência de uma Gramática Universal, que buscaria descrever as propriedades universais que regem as línguas e explicar as regras com as quais os falantes formulam infinitos enunciados a partir de finitas estruturas. Opondo-se ao behaviorismo, corrente psicológica vigente na época, Chomsky coloca a sintaxe no centro da investigação linguística, deixando de lado aspectos sociais e culturais da linguagem (incluindo o significado), entendidos como não tratáveis por uma metodologia científica rigorosa.

Já Richard Montague (1974) opõe-se aos estudos linguísticos tradicionais envolvendo questões sociais e cognitivas. A Linguística passa, pois, a ser compreendida como disciplina formal, com objeto e metodologia diferentes das áreas sociais e cognitivas. Para Montague, não haveria diferenças teóricas entre a linguagem natural e a formal, na medida em que aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos podem ser estudados dentro de uma abordagem lógica/matemática. Utilizando a lógica intensional e desenvolvendo a distinção de Frege (2002 [1892]) entre sentido e referência, Montague introduz questões relevantes em relação às condições de verdade e à composicionalidade do significado.

Saussure, Chomsky e Montague representam, de maneira pontual, algumas das principais interfaces que se podem estabelecer entre a Linguística e outras áreas do conhecimento, pois há, claramente, além do estabelecimento de fundamentos para a área, a

descrição e a expliação do fenômeno da linguagem em diferentes dimensões (social, cognitiva e formal, respectivamente). Por esse motivo, além de compreender que a definição tanto do objeto como da metodologia de estudo só pode ocorrer a partir do momento em que se define a perspectiva, é preciso observar a impossibilidade de comparar o objeto de teorias diferentes, visto que se entende que o objeto só é construído no momento em que se assume uma determinada perspectiva.

Campos³ (2007b), ao observar os diferentes objetos e fundamentos de cada linguista e a incompatibilidade de trabalhar com as três teorias concomitantemente, afirma:

Se entre teorias de um mesmo grupo, concorrentes entre si, já não é possível um confronto propriamente dito, dada a incomensurabilidade reconhecida dos diversos modelos de ciência, imagine-se com relação a grupos diferentes. Em outras palavras, tais Filósofos da Linguística [Sassure, Chomsky e Montague] estavam tratando de dimensões ou perspectivas diferentes do hipoteticamente mesmo objeto. (CAMPOS, 2007b, p. 11)

Essa noção é essencial para compreender que diversos equívocos podem ser gerados quando as teorias e os fenômenos que elas tratam são analisados sem uma abordagem metateórica adequada. Segundo Feltes (2008, p. 172), há “uma necessidade de diferentes ontologias (constructos em nível metateórico que são assumidos como sendo o caso numa dada perspectiva de análise) para diferentes abordagens, cada qual com seu conjunto de forças (potência) e fraquezas (restrições)”.

Ou seja, não se pode correr o risco de comparar teorias se seus fundamentos são diferentes. Do mesmo jeito, as fraquezas e as potências de uma teoria só podem ser analisadas dentro dela própria, nunca a partir de fundamentos diferentes. Não é possível criticar a teoria saussuriana com o olhar da teoria gerativista, pois são construtos diferentes e, conseqüentemente, olhares diferentes. Dizer que uma teoria está errada a partir de hipóteses externas é como dizer que um telescópio não funciona sem ao menos verificar o seu funcionamento.

A partir do que é pressuposto pelo Perspectivismo de que não se confrontam objetos de perspectivas diferentes, é preciso construir um modelo metateórico que explique a possibilidade de construção de relações entre as teorias, algo constante na prática científica. É essencial que se perceba que, mesmo que as teorias sejam diferentes, há possibilidade de se compatibilizar os fundamentos, pois não se utilizam todas as partes da teoria, mas apenas

³ A referência à Jorge Campos da Costa ora é feita como Campos, ora como Costa, de acordo com as suas respectivas publicações.

aquilo que é relevante para a pesquisa. A saída para tal problema parece ser a abordagem interdisciplinar, em que se estabelecem paralelos entre as teorias e as disciplinas teóricas. Tal solução significa assumir que a construção do objeto se dá a partir da perspectiva em que se observa, tal como o Perspectivismo postula, assim como assumir que a interdisciplinariedade é essencial para que se possam gerar maiores descobertas teóricas nas áreas envolvidas. Uma das mais interessantes propostas metateóricas e interdisciplinares é a Metateoria das Interfaces, de Costa (2007).

1.4 METATEORIA DAS INTERFACES

Assumindo o pressuposto de que se deve tratar o objeto em perspectivas diferentes, Campos (2007) propõe a Metateoria das Interfaces, que, segundo Costa (2012, p. 3),

Essa visão representa um certo tipo de construcionismo ou de realismo, ambos característicos de uma certa radicalidade metodológica. Nesse ponto, assumimos a concepção de perspectivismo numa inspiração kantiana, no sentido de que a construção de um objeto nas interfaces não é nenhuma das duas interpretações radicais referidas, mas uma forma intermediária em que objetos teóricos são como mapas, dependentes da nossa cognição e dependentes da nossa realidade.

Apesar de a teoria apresentar a perspectiva de construção de interfaces nos estudos da Ciência da Linguagem, a proposta é aplicável a diferentes áreas do conhecimento, sejam das sociais, cognitivas ou formais. Além disso, mais do que ser compatível com a visão perspectivista, a Metateoria já supõe uma visão científica interdisciplinar, visto que essa parece ser a dimensão que se coloca hoje em evidência na ciência. Nesse sentido, a própria ideia de Interfaces pode ser compreendida como uma perspectiva de se fazer ciência interdisciplinar. Como Campos (2007) postula,

Ignorar as relações interdisciplinares é ir contra as tendências contemporâneas de aproximação do conhecimento, e ignorar as relações intradisciplinares é fazer especialização cega. Evidentemente, teorias com formalismos adequados às interfaces tornam-se privilegiadas. Numa época em que cérebro e computação são duas das mais poderosas construções interdisciplinares e intradisciplinares, as Ciências da Linguagem estão no centro das atividades científicas, especialmente porque a linguagem parece ser o mais privilegiado acesso à profundidade das mencionadas construções. (CAMPOS, 2007, p. 364-365)

A proposta da Metateoria das Interfaces vem ao encontro de uma necessária reorganização metateórica da Ciência da Linguagem no sentido de se tentar resolver alguns

problemas cruciais em relação à compatibilidade de disciplinas e teorias, quais sejam (COSTA & FELTES, 2010, p. 347-348):

(i) O primeiro problema refere-se à diversidade de concepções, ou seja, como tão diferentes programas de pesquisa – cujos princípios passam por áreas sociais, formais e cognitivas – podem estar no escopo da Linguística;

(ii) O segundo problema está relacionado ao caráter interdisciplinar indefinido e envolve questões de como organizar as relações entre áreas aparentemente tão díspares, como a Linguística e as Ciências Cognitivas e as Computacionais. Ou seja, como se darão os benefícios de uma área para a outra e como lidar com os problemas intrínsecos à cada disciplina na interface;

(iii) O terceiro problema envolve as circunstâncias ricas para a universalidade cultural, a saber, como adequar os níveis descritivos e explanatórios sem fazer com que, caso identificadas, as generalizações de propriedades universais não sejam limitadas e triviais, visto que há interferências culturais, sociais, idiossincráticas ao nível da língua;

(iv) Já o último problema refere-se à inadequação entre descrição e explanação: como fazer com que a ciência dê explicações adequadas, e não apenas descrições do problema (não se entendendo que a descrição deva ser abandonada, mas que é uma parte importante para levar à explicação do fenômeno). Atualmente, o que se observa na Linguística é a existência de inúmeras teorias apenas preocupadas com as descrições dos fenômenos sem que estejam necessariamente relacionadas à uma explanação teórica.

Tendo em vista tais obstáculos, a Metateoria das Interfaces assume, pois,

- na idéia de pluralismo em ciência, a explicitação da pesquisa interdisciplinar na área da linguagem já intuída pelos seus fundadores mais votados;
- de acordo com o perspectivismo (ele próprio, uma perspectiva) em ciência, um realismo moderado em que o objeto em si mesmo é pressuposto pela teoria, em um compromisso ontológico articulado ao metodológico;
- que as diversas perspectivas são incomensuráveis ao nível teórico, mas relacionadas ao nível dos fundamentos e potencial de aplicação;
- que a Linguística, como disciplina autônoma, concorre e perde para visões interdisciplinares mais ricas, o que já tinha sido programado pelos seus principais líderes. “Ciências da Linguagem”, nesse sentido, é rótulo mais coerente.
- que tais interfaces externas, ou interdisciplinares, têm compromissos de já construir o objeto teórico como relevante para as disciplinas em jogo; isso implica que haja uma adequação na construção de modo a evitar a proliferação de interfaces em jogo;
- que, tecnicamente, a pesquisa, propriamente dita não se dá ao nível das disciplinas como um todo, mas ao das subteorias, ou interfaces internas, intradisciplinares. (COSTA & FELTES, 2010, p. 349-350)

A partir desse quadro de hipóteses assumidas, a Metateoria das Interfaces desenha a Linguística em um conjunto de interfaces internas e externas: as interfaces externas, ditas interdisciplinares, relacionam as diferentes áreas do conhecimento, como Linguística e Psicologia Cognitiva, ou Linguística e Neurociências; enquanto as interfaces internas, intradisciplinares, são responsáveis pela constituição do objeto em relação às subteorias de cada disciplina (no caso da Linguística, as propriedades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas). Campos (2007) aponta que

Só se aborda a generalidade do fenômeno, interdisciplinarmente, e só se descreve sua constituição interna, intradisciplinarmente. Vê-la apenas por um ângulo é deixar de compreendê-la em sua heterogeneidade essencial; vê-la sempre como um todo é não apreendê-la em suas homogeneidades intrínsecas. Ao nível da necessariamente precisa especialização, cada ramo disciplinar da teoria linguística recorta seu objeto, delimitando-o em seus aspectos, tomados como homogêneos, para, intradisciplinarmente, descrevê-los; reinseridas no contexto mais amplo, as diversas áreas se aproximam para explicar, agora, interdisciplinarmente, a linguagem saussurianamente multiforme e heteróclita. Um quadro, já organizado pelo espírito de aproximação dos conhecimentos sistemáticos neste século, talvez seja esclarecedor do contexto inter/intradisciplinar. Chamemos tal quadro de Teoria de Interfaces. (CAMPOS, 2007, p. 364)

Segundo Campos (2007, p. 363), é importante perceber que as relações intra e interdisciplinares são interdependentes, construídas de forma cientificamente interativa. Assim, a proposta do autor é uma estratégia metacientífica para superar o conflito entre descrições específicas e explicações generalizadas. A fim de descrever como um estudo adequado nas interfaces funciona, Feltes (2008, p. 173) destaca três passos fundamentais: “(a) construção de interfaces; (b) avaliação de argumentos que misturam interfaces; e (c) tratamento dos fenômenos nas interfaces criadas de acordo com os propósitos de cada domínio.” Em relação à construção de interfaces entre teorias que tenham fundamentos distintos, Costa (2012, p. 8) postula que “Nesse sentido, o perspectivismo nas interfaces permite compreender falsos conflitos metateóricos em que, no espírito da tese Quine/Duhem, não se deveriam comparar teorias em interfaces metodologicamente desiguais.” A Metateoria constitui-se, portanto, como uma proposta de reorganização teórica, em que

sem a construção de interfaces apropriadas há o risco de se produzir uma interdisciplinaridade difusa, que faz multiplicarem-se variáveis não-controladas. Ao mesmo tempo, alinham-se adequação descritiva e explanatória, de modo a evitar a proliferação de descrições sem correspondente valor explanatório. Em ambos os casos, trata-se de operar com o Princípio de Ockham refinado. (COSTA & FELTES, 2010, p. 354)

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se mostrou durante este capítulo foi uma proposta metateórica de se constituir trabalhos teórico-científicos em Linguística, apostando em uma visão perspectivista e interdisciplinar. Disso se segue a ideia de que o trabalho científico, ao construir as interfaces internas e externas, deve ser capaz de explicar qualquer que seja fenômeno linguístico mais adequadamente do que em uma abordagem disciplinar. Se nas interfaces os objetos são mais complexos, pesquisas interdisciplinares parecem ser mais interessantes e relevantes, visto que há um maior potencial descritivo-explanatório, no sentido em que se trazem contribuições para mais de uma disciplina.

Os capítulos que se seguem estão baseados na fundamentação metateórica apresentada neste primeiro momento. Parte-se para uma investigação teórica envolvendo a relação entre linguagem e emoções, em que se busca apresentar diversos ângulos e perspectivas sobre o objeto complexo. A cada capítulo, colocam-se óculos diferentes e observam-se propriedades diferentes sobre linguagem e sobre emoções, a fim de verificar a capacidade da Metateoria das Interfaces de organizar problemas complexos.

2 COMUNICAÇÃO LÓGICO-INFERENCIAL E EMOÇÕES

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O seguinte capítulo tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre a comunicação inferencial, tradicionalmente entendida como lógica e racional, e sua relação com as emoções. Tradicionalmente, atrela-se à racionalidade a característica da lógica, em que estados emocionais e sentimentos de qualquer ordem não interferem na passagem das premissas para a conclusão. Essa separação metodológica é extremamente útil para diversas áreas de conhecimento, como é o caso da área formal. Entretanto, em termos de Linguagem Natural, observa-se que a razão não está separada da emoção, e que essa separação faz com que muitos fenômenos complexos não sejam adequadamente explicados.

Busca-se analisar a relação entre lógica e emoção na comunicação inferencial da seguinte maneira: primeiramente, insere-se no debate uma posição neurocientífica sobre a importância da emoção para a racionalidade (Damasio, 2002[1994]; Evans, 2002; Pham, 2007), para, em um segundo momento, fazer-se uma retomada de alguns estudos semântico-pragmáticos que abordam a comunicação inferencial (Grice, 1956/1975 e Levinson, 2000). Por fim, constrói-se uma interface entre as abordagens e procura-se demonstrar, através de escalas de palavras de emoção, que estados emocionais podem afetar o processamento lógico. Para esse estudo ser possível, constroem-se uma interface externa, entre Linguística, Lógica e Neurociências, e uma interface interna, entre Semântica e Pragmática, Lógica Informal e Neurociências Cognitiva, de acordo com os apontamentos feitos no capítulo 1.

2.2 INTERFACE RAZÃO E EMOÇÃO

As emoções fazem parte do cotidiano do ser humano em praticamente todos os momentos de sua vida. Devido a essa onipresença, muitos filósofos da antiguidade, como Platão, Aristóteles, Espinosa e Descartes desenvolveram teorias relacionadas às emoções, mas, por razões metodológicas, resolveram priorizar a racionalidade humana. Essa separação ainda hoje é assumida por teorias racionalistas, que acreditam que as emoções carregam complexidades que comprometem o olhar científico. De Souza (2010) coloca que:

Assim, não é surpreendente que a maioria dos grandes filósofos clássicos - Platão, Aristóteles, Espinoza, Descartes, Hobbes, Hume - tivesse teorias de emoção reconhecíveis, concebidas como respostas a certos tipos de eventos referentes a um sujeito, desencadeando mudanças corporais e motivando, tipicamente, comportamento característico. O que é admirável é que grande parte dos filósofos da mente e psicólogos do século XX tende a negligenciá-las, talvez porque a grande variedade de fenômenos abrangidos pela palavra "emoção" e seus vizinhos mais próximos tende a desencorajar uma teoria cuidadosa.⁴

Ultrapassada a barreira racionalista, uma das principais questões em debate atualmente está relacionada ao fato de descobrir como as emoções afetam a razão. Em relação a esse problema, Evans (2002, p. 497) afirma que

Esta questão tem sido debatida desde Platão, que propôs o que pode ser chamado de 'visão negativa da emoção' (Evans [2001]). De acordo com a visão negativa, as emoções normalmente afetam o raciocínio para o pior. Na medida em que os humanos podem libertar-se da emoção, eles podem se tornar, portanto, mais racionais. Até recentemente, a maioria dos filósofos e psicólogos tendia a concordar com Platão sobre o assunto. (...) Nas duas últimas décadas, no entanto, um número crescente de pensadores desafiou o consenso tradicional (veja, por exemplo, de Sousa [1987]; Frank [1988]; Damasio [1994]; Elster [1999]; Evans [2001]). Eles argumentam para o que pode ser chamado de 'a visão positiva da emoção'. Conforme a visão positiva, as emoções normalmente afetam o raciocínio para o melhor. A visão positiva sugere que, em iguais circunstâncias, os seres humanos serão menos racionais na medida em que lhes falta emoção.⁵

Uma dos principais neurocientistas que apostam na relação positiva entre razão e emoção é Antonio Damasio, que, em seu livro *O Erro de Descartes* (2002[1994]), demonstra que pacientes que sofreram sérios danos cerebrais no córtex pré-frontal tiveram sua capacidade de experienciar emoções diminuída e apresentaram dificuldades em tomar decisões práticas, como, por exemplo, escolher, entre duas datas, qual a melhor para uma consulta médica.

⁴ Tradução aproximada de: "So it is not surprising that most of the great classical philosophers — Plato, Aristotle, Spinoza, Descartes, Hobbes, Hume — had recognizable theories of emotion, conceived as responses to certain sorts of events of concern to a subject, triggering bodily changes and typically motivating characteristic behavior. What is surprising is that in much of the twentieth-century philosophers of mind and psychologists tended to neglect them—perhaps because the sheer variety of phenomena covered by the word "emotion" and its closest neighbors tends to discourage tidy theory.

⁵ Tradução aproximada de: "This question has been debated since Plato, who proposed what may be called 'the negative view of emotion' (Evans [2001]). According to the negative view, emotions usually affect reasoning for the worse. To the extent that humans can free themselves of emotion, therefore, they can become more rational. Until recently, most philosophers and psychologists have tended to agree with Plato on this matter. (...) In the past couple of decades, however, a growing number of thinkers have challenged the traditional consensus (see, for example, de Sousa [1987]; Frank [1988]; Damasio [1994]; Elster [1999]; Evans [2001]). They argue for what may be called 'the positive view of emotion'. According to the positive view, emotions usually affect reasoning for the better. The positive view suggests that, other things being equal, humans will be less rational to the extent that they lack emotion."

Parte-se, assim, para uma revolução nos estudos científicos, em que se estabelece uma abordagem complexa da mente humana e as emoções passam a ser foco de estudo interdisciplinar, incluindo psicologia, neurociências, biologia evolucionária e até mesmo economia. É importante observar, no entanto, que as abordagens não se atêm à parte estritamente emocional, em que todas as considerações feitas em relação à parte racional perdem importância. Segundo Damasio (2002[1994], p. 252),

Conhecer a relevância das emoções nos processos de raciocínio não significa que a razão seja menos importante do que as emoções, que deve ser relegada para segundo plano ou deva ser menos cultivada. Pelo contrário, ao verificarmos a função alargada das emoções, é possível realçar seus efeitos positivos e reduzir seu potencial negativo.

Partindo desse pressuposto, Pham (2007) apresenta uma série de estudos neurocientíficos⁶ que demonstram que estados emocionais interferem nos processos racionais dos seres humanos e, conseqüentemente, em sua capacidade lógica. Nesse sentido, os estados emocionais mais intensos, como a ansiedade, influenciariam a capacidade da memória de trabalho, o que traria uma série de conseqüências, tais como: diminuição na habilidade de coletar informações e organizá-las na memória; aumento no tempo de verificação da validade de inferências lógicas; seleção de opções sem considerar todas as alternativas; possibilidade de serem cometidos mais erros em problemas semânticos análogos; maior demora para processar argumentos de persuasão (PHAM, 2007, p. 157).

O autor traz evidências de que estados emocionais mais leves também influenciam no processo racional. Em comparação com estados emocionais neutros, emoções leves levam as pessoas a categorizar objetos mais amplamente; gerar respostas mais criativas e interessantes; saírem-se melhor em resolução de problemas que envolvem engenhosidade; resolver problemas que envolvam várias tarefas mais eficientemente. Segundo Phan (2007, p.158), esses achados demonstram que emoções positivas trazem resultados positivos à tomada de decisão, ao processo de raciocínio e à resolução de problemas.

Da mesma maneira, Pham (2007, p.159) coloca que as emoções positivas também podem influenciar negativamente as pessoas, que podem ter suas performances em tarefas de dedução diminuídas, apresentar preferências mais intransitivas, entre outros. O que fica claro é que, independente de serem interferências positivas ou não, as emoções influenciam de maneira pontual no raciocínio lógico.

⁶ Os dados apresentados no estudo foram coletados de diversas pesquisas científicas. Nesse trabalho, apresenta-se apenas as reportadas por Pham (2007). Para maiores detalhes, consultar o artigo de referência.

Damasio (2002[1994]) aponta que, se por um lado, a racionalidade e o processo de decisão implicam uma estratégia lógica para produzir inferências válidas, apoiadas na atenção e na memória de trabalho (DAMASIO, 2002[1994], p.179); por outro, as emoções desempenham um papel essencial no processo de decisão e de raciocínio, funcionando como uma espécie de alarme para as premissas concluídas – dispositivo que o autor chama de *hipótese do marcador somático*⁷. Segundo Damasio (2002[1994], p.185),

(..) imagine agora *antes* de aplicar qualquer análise de custos/benefícios às premissas, e antes de raciocinar com vista à solução de um problema, sucede algo de importante. Quando lhe surge um mau resultado associado a uma dada opção de resposta, por mais fugaz que seja, sente uma sensação visceral desagradável.
 (...) A análise custos/benefícios e a capacidade dedutiva têm seu lugar, mas só *depois* de este processo automático reduzir drasticamente o número de opções. Os marcadores somáticos podem não ser suficientes para a tomada de decisão humana normal, dado que, em muitos casos, mas não em todos, é necessário um processo subsequente de raciocínio e de seleção final. Mas os marcadores somáticos aumentam provavelmente a precisão e a eficiência do processo de decisão.

A emoção teria, assim, um papel essencial no processo de raciocínio e de decisão, algo que só é possível porque todas as experiências de vida, sejam elas sociais ou pessoais, são acompanhadas por algum tipo de emoção (DAMASIO, 2009[2003], p. 156). Segundo o autor,

Quer a emoção responda a um estímulo escolhido pela evolução, como acontece no caso da simpatia, ou a um estímulo aprendido individualmente, como acontece no medo que podemos ter adquirido em relação a um certo objeto em consequência de o termos associado a um estímulo de medo primário, o fato é que as emoções, positivas ou negativas, bem como os sentimentos que se lhes seguem, tornam-se componentes obrigatórios das nossas experiências sociais. (DAMASIO, 2009[2003], p. 156-157)

Ou seja, a emoção, seja ela produto de estímulos aprendidos ou escolhidos pela evolução, forma uma base para ajudar na previsão das consequências futuras de uma decisão. É importante notar que Damasio (2009[2003], p. 158) afirma que tal característica das emoções pode ser algo que ocorra de forma parcial ou completa, consciente ou inconsciente. O autor mostra que, independente desses aspectos, o mecanismo funciona, pois se passa a focar atenção em determinados aspectos do problema para buscar melhorar a sua análise.

Assumindo a complexa relação entre emoção e razão, em que o processamento lógico é afetado, pode-se trazer o questionamento para a área da linguagem. Caso se aceite a

⁷ Não será discutido, nesse trabalho, se mente e corpo formam uma unidade inseparável, como propõe Damasio e outros linguistas cognitivos, ou se são separáveis, como coloca a tradição cartesiana. Assume-se, aqui, somente o fato de que razão e emoção estão em uma relação complexa, não sendo possível separá-las metodologicamente.

premissa geral de autores como Damasio, Evans e Pham, é preciso assumir que a comunicação humana também está inserida em propriedades complexas envolvendo a parte racional e emocional. Ao transpor o questionamento para a linguagem, é preciso estabelecer a forma como as emoções afetam o processo inferencial, não no sentido de como elas são constituídas biologicamente ou como as estruturas cerebrais e hormonais funcionam, mas sim como afetam a comunicação no sentido de modificar o processamento inferencial.

O objetivo de um estudo na interface com a Linguística é desvendar qual papel as emoções desempenham na geração de inferências em termos de Linguagem Natural. Não se pode, porém, ao assumir a relevância das emoções, afastar a lógica da linguagem. Fazer isso seria continuar assumindo a visão dualista e maniqueísta que separa razão e emoção. É preciso construir interfaces que sejam relevantes para as áreas envolvidas, como postula a Metateoria das Interfaces, de Campos (2007).

Nesse sentido, a próxima seção busca apresentar algumas teorias linguísticas que tratam da comunicação inferencial, mais especificamente duas abordagens pragmáticas: a Teoria das Implicaturas, de Grice (1957/1975), e a Teoria das Implicaturas Generalizadas, de Levinson (2000). Escolheram-se essas abordagens por partirem da lógica e trazerem contribuições relevantes para a Linguística.

2.3 COMUNICAÇÃO LÓGICO-INFERENCIAL

A partir dos apontamentos feitos por Austin (1990 [1962]), Searle (1969) e Wittgenstein (1999 [1953]), uma nova subárea linguística – a Pragmática – começou a ser desenvolvida, e se passou a analisar o fenômeno da significação não apenas através de sua forma lógica, mas também através do contexto em que os enunciados ocorrem.

Um dos teóricos que inaugurou os estudos pragmáticos foi Grice, que defendeu em *Logic and Conversation* (1975) a sua principal tese: a de demonstrar como um enunciado pode significar mais do que o literalmente expresso. O autor supõe que deve haver algum tipo de regra que permite a um falante implicar mais do que está sendo dito e a um ouvinte compreender essa informação extra. Grice faz uma importante distinção entre o significado natural (*n-meaning*), semântico, dependente de convenções, e o significado não-natural (*nm-meaning*), dependente das intenções do falante. Outra distinção importante para definir o modelo inferencial da comunicação é que há uma distinção entre o *significado do falante* e o

significado da sentença, e que a lacuna entre o que é dito e o que é compreendido pelo ouvinte deveria ser preenchida por inferências.

Introduzem-se, assim, os termos técnicos implicitar (*implicate*), implicatura (*implicature*) e implicitado (*implicatum*), com o objetivo de se construir um sistema explicativo para explicar o processo de compreender mais do que está sendo dito⁸. Grice estabelece o modelo das implicaturas, em que se supõem duas classes: as implicaturas convencionais e as conversacionais, que, por sua vez, dividem-se em particularizadas e generalizadas.

As *implicaturas convencionais* são aquelas em que o próprio significado convencional das palavras usadas determina o que é implicitado. No enunciado *ela é ciumenta, portanto desconfiada*, implica-se, através do significado convencional de *portanto*, que toda pessoa ciumenta é desconfiada. Nesses casos, é importante observar que não é somente a conjunção que irá dar origem à implicatura, mas a sua ocorrência dentro de um contexto. Em *ela é desconfiada, mas não é ciumenta*, implica-se que ser desconfiada não pressupõe ser ciumenta⁹.

As *implicaturas conversacionais*, por sua vez, estão conectadas com traços gerais do discurso e são o principal ponto de investigação de Grice. Para entender esse tipo de implicatura, é preciso que se conheça a teoria de comunicação que subjaz ao trabalho do autor, mais conhecida como Teoria das Implicaturas, em que um enunciado é mais do que está literalmente expresso, pois existe uma separação entre o que está sendo dito e o que se implica através desse dito. Grice propõe que o ato comunicativo é guiado por direções implícitas que governam os movimentos conversacionais, a saber, por regras que fariam parte de um princípio geral observado pelos participantes de um diálogo, chamado de Princípio de Cooperação (PC): “*Faça sua contribuição tal como é requerida, no momento em que ocorre,*

⁸ É importante observar que Grice coloca que o verbo *dizer* está intimamente relacionado ao que se expressa em termos literais, ou seja, a proposição com valor semântico. Entretanto, para se reconhecer a totalidade do que está sendo expresso, é preciso conhecer o tempo da enunciação, a identidade do que se está falando e o significado, na ocasião, do que está sendo expresso. Com esse aparato, Grice indiretamente acaba entrando no famoso debate entre Russell e Strawson, pois afirma que qualquer coisa a ser dita em relação a frases com referents tipo nome próprio (*O rei da França é calvo*) deve levar em conta os fatores pragmáticos. (GRICE, 1975, p.25)

⁹ Apesar de as implicaturas convencionais serem amplamente aceitas, não significa que todos os teóricos a tomem como verdadeira. Bach (1999), por exemplo, argumenta que a noção de implicaturas convencionais não existe, pois a relação expressa por palavras como *mas, ainda, portanto* indicaria uma relação entre as palavras que não é dada. No exemplo, indica-se que há algum tipo de contraste entre *desconfiada e ciumenta*, porém isso não é dito tampouco implicado conversacionalmente. Para ele, tais palavras funcionam como operadores que permitem a veiculação de duas ou mais proposições. Tais proposições seriam secundárias à implicatura principal de um enunciado, portanto, intuitivamente, aceitar-se-ia que elas são convencionais.

pele propósito ou direção aceita no intercâmbio de fala a qual você está engajado” (GRICE, 1975, p. 26)¹⁰.

Segundo o autor, nenhum ato comunicativo é inteiramente livre, pois correr-se-ia o risco de os falantes perderem o controle do próprio jogo (o que implica em uma visão estritamente racional da comunicação). Ao mesmo tempo, tal base quase-contratual seria aprendida concomitantemente à aquisição da língua, de modo que não se perderia a capacidade de perceber os efeitos de sentido que uma determinada mensagem pode carregar. Durante um diálogo, haveria um dado esforço cooperativo dos participantes em reconhecer um conjunto de objetivos comuns, ou, pelo menos, uma direção mutuamente aceita. Tais objetivos podem ser definidos no começo da conversação ou evoluir durante o diálogo; bem como podem ser bem definidos ou indefinidos (como no caso de conversações casuais).¹¹

Ao aceitar a suposição de que o Princípio da Cooperação é verdadeiro, Grice, retomando Kant, distingue quatro categorias responsáveis por regerem o ato conversacional, quais sejam: Quantidade, Qualidade, Relação e Modo, em que se articulam máximas e submáximas (GRICE, 1975, p. 26-27).

- **Categoria da Quantidade** - relaciona-se à quantidade de informação que deve ser fornecida numa mensagem, possuindo duas máximas:

1. Faça com que sua mensagem seja tão informativa quanto requerida (para o propósito da conversação).
2. Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário.

- **Categoria da Qualidade** - relaciona-se à supermáxima "Procure afirmar coisas verdadeiras" e, indiretamente, a duas máximas mais específicas:

- A. Não afirme o que você acredita ser falso.
- B. Não afirme algo para o qual você não possa fornecer evidência adequada.

- **Categoria de Relação** - relacionada a uma única máxima "Seja Relevante".

- **Categoria de Modo** - relacionada não ao que é dito, mas à forma como o dito deve ser dito, há a supermáxima "Seja Claro" e várias outras máximas, como:

¹⁰ Tradução de: "Make your contribution such as required, at the stage at which occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged."

¹¹ Como se pode perceber, Grice pressupõe que a comunicação ocorre através de diálogos, mas o autor não assume esse objeto em sua teoria. Para mais considerações sobre diálogos, consultar o capítulo 5.

1. Evite obscuridade de expressão.
2. Evite ambiguidade.
3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
4. Seja ordenado.¹²

É válido observar que outros teóricos discordam da noção defendida por Grice, como é o caso de Costa (2008). Para este autor, a máxima de Relevância se sobrepõe às demais, no sentido em que ela desempenharia uma relação articulatória entre os níveis de cooperação. Segundo o autor,

“A relevância deve ser tratada como uma função pragmática que designa a própria relação entre os componentes do ato comunicativo. Nesse sentido, a posição mais coerente para ela é a de uma supermáxima ligada ao princípio geral da cooperação” (COSTA, 2008, p.99).

Nesse contexto, a supermáxima “Seja relevante” estaria ligada ao ato comunicativo, enquanto a categoria da Relevância poderia ser alterada para a noção de adequação ao tópico. Para Costa, é necessário que se preserve a máxima da relação para que não se criem confusões entre quebras de máxima ao nível do dito e casos de não cooperação ao nível da comunicação.

Nesse sentido, a noção de *implicaturas conversacionais*, que se dividem em *particularizadas* e *generalizadas*, está baseada nas regras conversacionais e não no significado convencional das palavras. As *implicaturas conversacionais particularizadas* partem do princípio de que um mesmo enunciado pode ser interpretado de várias formas, dependendo do contexto particular em que ele se encontra. Tais implicaturas seriam resultado do que é dito (decodificado) somado ao Princípio da Cooperação (e suas máximas) e ao contexto do enunciado. Se, por exemplo, um casal vai a uma festa de gala e o homem, ao ver a mulher usando um vestido muito curto, pergunta: *Você já está pronta?* (com ênfase no

¹² Grice, no entanto, faz importantes observações em relação à categoria de Quantidade e à de Relação. A primeira é uma máxima questionável, pois, muitas vezes, o falante pode escolher ser super-informativo para que uma implicatura seja possível, e esse uso, nessas condições não poderia ser considerado uma transgressão do PC. Para o autor, a aceitação dessa máxima seria assegurada pela máxima posterior, de Relação, ligada à relevância (no sentido griceano, refere-se ao fato de manter-se ao tópico do diálogo). Já em relação a essa máxima, Grice demonstra claramente preocupação, pois, justamente por ser muito concisa, há várias questões que ficam ocultas, como, por exemplo, de que forma se mantém a relevância de um tópico e por quais motivos tais tópicos são mudados. Além dessas considerações problemáticas para sua teoria, Grice admite que, apesar de haver outras máximas que poderiam ser consideradas, como de caráter estético, social ou moral, a principal máxima parece ser a de Qualidade, pois ela seria imperativa em relação às outras, no sentido em que, para as outras máximas operarem, é necessário que a da Qualidade seja cumprida.

léxico *pronta*). Dentro de um contexto particular, é possível implicar: *Você vai vestida assim?* ou *Você não vai trocar de roupa?*

Outro tipo de implicaturas nessa classe são as *implicaturas conversacionais generalizadas*, que dependem de pistas linguísticas do enunciado para a compreensão. Em *Ele vai se encontrar com uma mulher*, implica-se, através do significado linguístico da palavra *uma*, que a mulher referida não é mãe, irmã, esposa, ou conhecida pelos interlocutores do diálogo. Segundo Grice, nesses casos, o falante não foi específico o suficiente por não ter condições de o ser. Silveira & Feltes (1999) apontam para o fato de que esse tipo de implicatura pode ser confundida com as implicaturas convencionais, em que se leva em consideração o significado linguístico das palavras. Em outras palavras, “a semelhança [da implicatura convencional] com a implicatura conversacional generalizada é devida ao fato de que algumas expressões linguísticas podem contribuir, de modo bastante direto, para derivar a interpretação pretendida” (SILVEIRA & FELTES, 1999, p. 25).¹³

A descrição do modelo griceano, porém, não se limita apenas à definição de tipos de implicatura, mas também se preocupa em explicar de que forma as implicaturas conversacionais podem ser obtidas:

- (i) nenhuma máxima é violada;
- (ii) uma máxima é violada para que outra não seja;
- (iii) violação de uma máxima para obter uma implicatura conversacional.

Exemplificando:

(i) A diz para B: *Como se diz ‘amor’ em inglês?*, ao que B responde: *Tenho um dicionário na minha mochila*. Nessa situação, não há violação do Princípio de Cooperação caso B realmente tenha um dicionário português-inglês na sua mochila, ou seja, a resposta implicaria *‘você poderá procurar a tradução no dicionário’*. Caso contrário, estaria infringindo a regra *seja relevante*, e poderia estar implicando *‘não me interessa como se diz amor em inglês’*. Como explicar, no entanto, dentro das máximas, que A pode estar fazendo uma declaração amorosa a B?

¹³ Grice não se dedica com muita atenção para a explicação das implicaturas conversacionais generalizadas. Levinson (2000) irá desenvolver a noção griceana e construir uma teoria baseada nesse tipo de inferência, como poderá ser visto na próxima seção.

(ii) A diz para B: *Onde C vai passar a virada do ano?*, e B responde: *Em algum lugar do litoral gaúcho*. Nesse exemplo, B está violando a máxima de Quantidade, pois sua resposta é menos informativa do que exigido pela pergunta de A. Essa violação da máxima pode ser explicada pelo fato de B não saber onde C estará no final do ano. Para não violar a máxima da Qualidade e correr o risco de mentir, B prefere violar a máxima de Quantidade.

(iii) A e B são namorados e estão na festa de final de ano da empresa de A, que pergunta: *Como você está se sentindo?* B responde: *Um peixe fora d'água*. Aqui, B abandona, deliberadamente, a primeira máxima da Qualidade (não fale o que você acredita ser falso), pois B atribui traços de uma situação específica de outro ser vivo (ser um peixe fora d'água) a si próprio. A metáfora, assim, permite que B transmita mais informações do que o dito, implicando que não está confortável na situação referida.

Grice apresenta, assim, mais do que apenas uma proposta teórica para um conjunto de problemas envolvendo a linguagem natural em uso. Ele constrói um novo paradigma linguístico, em que o objeto passa a ser a linguagem no contexto comunicativo, não mais uma abstração apenas social ou formal. O autor pretende, a partir da Teoria das Implicaturas, explicar como a significação envolve tanto inferências não-triviais, dependentes de contexto, como as intenções dos interlocutores e o raciocínio inferencial. Obviamente, não se pode deixar de observar que a abordagem apresenta uma série de limitações que vários teóricos posteriores buscaram resolver, seja por meio de ajustes à teoria, seja por construção de novos modelos teóricos baseados em Grice. O mais importante é que, invariavelmente, o novo objeto teórico distancia-se de uma lógica mais formal, o que possibilita a construção de uma nova subárea linguística, a Pragmática.

A partir do estabelecimento do novo paradigma linguístico, um dos teóricos que passaram a adotar, de alguma forma, as principais contribuições do projeto teórico griceano no desenvolvimento de suas teorias é Levinson (2000). Da mesma forma que Grice, Levinson aposta na capacidade humana de gerar inferências, mas assume a existência de interpretações preferenciais, ou *default*, que capturam as intuições humanas sobre interpretações preferidas ou normais. Entretanto, é relevante perceber que, apesar de abordar questões relativas à preferência sobre o tipo de interpretação realizada pelos falantes, Levinson não se compromete com nenhum tipo de princípio cognitivo mais forte, tal como faz a Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1995)¹⁴, por exemplo.

¹⁴ Para mais detalhes sobre a Teoria da Relevância, consultar o capítulo 4.

Segundo Costa (2005a), o principal problema de a teoria não apresentar nenhuma conexão com qualquer princípio cognitivo inscreve-se na dificuldade em colocá-la em interfaces intra- e interdisciplinares. Em relação às interfaces internas, Costa coloca que, nessa abordagem, a diferença entre as áreas semântica e pragmática não teria justificativa cognitiva, sendo apenas uma distinção para fins linguísticos descritivos (não se explica, por exemplo, como processos de decodificação e inferenciação são complementares). Já sobre as interfaces externas, pesaria o ônus de se esvaziarem relações interdisciplinares interessantes para a corroboração de sua teoria.

Apesar de não apostar em princípios cognitivos, Levinson afirma, ao fundamentar sua teoria, que há três níveis de análise do significado inferencial, ao contrário da dicotomia entre o significado da sentença (*sentence type-meaning*) e o significado do enunciado (*utterance token-meaning*) que a tradição na interface semântico-pragmática sustenta. Levinson propõe um nível intermediário, chamado de enunciado-ocorrência (*utterance type-meaning*) e que seria essencial para a identificação das inferências *default*. Nessa abordagem, a escolha da forma do enunciado e do conteúdo é responsável por acionar as inferências (Levinson, 2000, p. 26). Costa (2005a) afirma que

Tal nível de significação, no caso, não representa o objeto da Pragmática mais típica, o enunciado-ocorrência (*utterance-token*), em sua dependência de contexto particular, mas, antes, é o resultado de uma certa generalização no uso da linguagem, uma espécie de interpretação padrão ou *default* que caracteriza uma instância pragmática mais fortemente relacionada à Semântica.

Advindo da noção de *implicaturas conversacionais*, cunhada por Grice, Levinson (2000) traz luz à diferença entre *implicaturas conversacionais particularizadas* (ICP) e *generalizadas* (ICG). Para melhor compreender a diferença entre as duas classes de inferências, considere os exemplos abaixo, de Levinson (2000, p. 16-17):

Contexto 1:

A: Que horas são?

B: *Alguns convidados já estão indo embora.*

ICP: Deve ser tarde.

ICG: Nem todos os convidados já estão indo embora.

Contexto 2:

A: Onde está João?

B: *Alguns convidados já estão indo embora.*

ICP: Talvez João já tenha ido embora.

ICG: Nem todos os convidados já estão indo embora

A partir de tais exemplos, o autor traz à tona a diferença entre os processos inferenciais, pois, enquanto a *particularizada* depende de um contexto particular (o que faz com que a inferência em 1 e 2 seja diferente), a *generalizada*, disparada pela generalização do uso do quantificador *alguns* e dependente de uma interpretação preferencial, é a mesma nos dois contextos. Consequentemente, o teórico demonstra que cabe às ICGs a inferência do tipo *default*, salvo se um contexto específico e não usual a cancela.

Levinson constrói sua arquitetura conceitual baseando-se em heurísticas¹⁵, que buscam aumentar a carga informacional de qualquer mensagem codificada, fazendo com que as dificuldades humanas em codificar o discurso e a rapidez para processar mensagens linguísticas sejam ultrapassadas (LEVINSON, 2000, p. 31). As três heurísticas, restrições que limitariam a procura por conjuntos de premissas, são suficientes, segundo o autor, para sustentar descritivamente as implicaturas conversacionais generalizadas.

- Heurística 1 (Q-): *O que não é dito, não é.* – É a mais relacionada à primeira máxima de Quantidade de Grice (seja tão informativo quanto requerido) e dependente de contrastes salientes. O falante, assim, seleciona a alternativa mais informativa consistente com os fatos. Por exemplo, em *ela comprou alguns sapatos azuis*, implica-se (Q) *ela não comprou todos os sapatos* (contraste entre *alguns* e *todos*), nem sapatos vermelhos (contraste com a cor *azul*), nem bolsas azuis (contraste entre *sapatos* e *bolsas*).
- Heurística 2 (I-): *O que é simplesmente descrito, é estereotipadamente exemplificado.* – Relacionada à segunda máxima de Qualidade de Grice (não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário), essa heurística faz com que os interlocutores tenham uma interpretação maximamente informativa sem que se precise marcar o que é normal, estereotipado. Ou seja, por exemplo, em *Maria comprou um bolo e comeu*, implica-se que *Maria comprou um bolo de um jeito comum (na padaria) e comeu de uma maneira normal (usando um garfo)*. Caso

¹⁵ Levinson aposta em heurísticas, mas falha ao explicar se são algo inato ao ser humano ou adquirido por experiência. Para tentar salvar sua arquitetura conceitual, o autor conecta-se ao Princípio da Cooperação, de Grice, que, por sua vez, também falha em explicar o que garante a obediência a tal princípio.

houvesse *Maria comprou um bolo no trabalho e comeu usando as mãos*, a inferência (I) mudaria, pois se marca, no discurso, algo diferente do esperado.

- Heurística 3 (M-): *O que é dito de maneira anormal, não é normal*. – Essa heurística relaciona-se à máxima de Modo de Grice (evite obscuridade da expressão e evite prolixidade). Há uma oposição implícita entre a segunda e a terceira heurística, pois se o que for dito de maneira simples requer uma interpretação estereotipada, o que for dito de maneira marcada sugere que o *default* seja evitado. Ao dizer *João fez sua mãe dormir*, implica-se (M) que a *mãe dormiu de uma maneira não natural*.¹⁶

As *implicaturas conversacionais generalizadas* se constroem, assim, como inferências pragmáticas que estão na interface direta com a semântica. Entretanto, diferentemente de outras inferências pragmáticas, elas determinam as interpretações que devem aparecer e em que condições isso acontece. Dessa maneira, Levinson (2000) busca sistematizar como ocorre a seleção da melhor interpretação possível via inferências *default*, que ocorrem no nível do significado-tipo.

É importante notar que a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas não é uma teoria filosófica da comunicação humana, nem mesmo uma teoria psicológica da compreensão de enunciados, mas uma teoria cujo foco está na própria Linguística. O que se pode perceber, de maneira geral, é que as duas teorias aqui apresentadas apostam em uma descrição racional da comunicação, em que se obedecem máximas ou heurísticas. Ambas teorias não explicam como um processo inferencial pode ser impactado por premissas externas, ou premissas advindas de estados emocionais, que podem levar à conclusão de um argumento para um resultado que não o necessário ou o provável.

Nesse sentido, a próxima seção busca apresentar uma proposta de compatibilização das teorias de Grice e Levinson com as propostas neurocientíficas envolvendo a relação emoção e razão, apresentadas na seção 2.2.

¹⁶ Levinson (2000, p.39) apresenta uma possível relação entre as três heurísticas, como forma de explicar possíveis inconsistências no processo inferencial. Dessa forma, inferências (Q) são prioritárias, impondo-se sobre as inferências (M), que que sobrepõem às (I). Segundo Costa (2005), isso está relacionado ao fato de que “(Q) e (M) são inferências essencialmente negativas em oposição à I. (Q) parece corresponder à intenção de evitar algum comprometimento informacional *mais forte* e (M) parece significar a intenção de evitar a expressão *mais simples*. Tais propriedades sugerem que (Q) e (M) são geradores de inferências metalinguísticas à medida que só são recuperadas com referência ao que poderia ter sido dito e não foi.”

2.4 EMOÇÃO E RAZÃO EM COMUNICAÇÃO

Em termos de lógica clássica, os argumentos podem ser divididos em três classes, segundo Pierce (1975): dedutivo, em que as inferências são necessárias; indutivo, em que as inferências são prováveis; e abdução, em que as inferências também são prováveis, mas são, principalmente, hipotéticas. Em relação aos argumentos dedutivos, ao contrário dos outros dois, trabalha-se com a noção de verdade das premissas, que garantem a verdade da conclusão. Nesse sentido, o cálculo inferencial é um sistema formal formado por proposições, por conectivos lógicos (e, ou, logo...) e por regras de derivação. Pode-se, assim, obter novas proposições a partir das operações lógicas de negação, conjunção, disjunção, implicação e equivalência.

Algumas das regras de inferência possíveis são:

a) Modus ponens – $P \rightarrow Q$

P, então Q.	Se chover, então fico em casa.
P.	Chove.
Logo, Q.	Então fico em casa.

b) Modus tollens – $P \rightarrow Q$

P, então Q.	Se chover, então fico em casa.
Não Q.	Não fiquei em casa.
Logo, $\sim P$.	Então não choveu.

Como para a Lógica o que importa é a precisão formal da passagem das premissas para a conclusão, não são relevantes os conteúdos específicos. Entretanto, caso se coloque a Lógica em interface com a Linguagem Natural (doravante LN), a percepção humana pode ter a impressão de que algumas conclusões são estranhas ou contra-intuitivas. Aceitam-se, na comunicação, falácias, argumentos incompletos etc – o que coloca em xeque a racionalidade humana no sentido mais estrito.

Grice (1975), em seus artigos, aponta para o debate existente na época em relação às diferenças do processo de significação envolvendo a forma lógica de um enunciado e suas

ocorrências em linguagem natural. Grice afirma que, enquanto as abordagens formais apostam em uma linguagem ideal (formal, portanto) para que se possa fazer ciência, no sentido em que só se pode garantir a verdade de uma afirmação quando se faz uma análise lógica do enunciado, as abordagens informais reconhecem que a linguagem pode ser utilizada para outros fins que não o acadêmico. Grice aponta que, como na linguagem natural muitas inferências e argumentos não seguem a lógica tradicional, deve-se partir para uma lógica não-simplificada e assistemática, que é tão somente guiada pela lógica formal, e não submissa a ela. (GRICE, 1975, p. 23-24)¹⁷. Grice referia-se à lógica informal, que, segundo Groarke (2011):

Permite que premissas e conclusões sejam quaisquer atos de fala que afirmam a verdade de uma proposição (incluindo atos como sugestão, hipótese, vanglória e dedução) e reconhece que argumentos em linguagem natural frequentemente ocorrem sem um indicador de inferência explícito como "desde que" ou "portanto". Além disso, sua explanação reconhece que os argumentos podem incorporar desenhos em uma prova geométrica, diagramas ou imagens.¹⁸

Nos estudos pragmáticos, o processo inferencial gera implicaturas de acordo com o Princípio da Cooperação, segundo Grice (1975, p.39-40) que possuem propriedades específicas¹⁹, quais sejam:

- (a) são canceláveis, ou seja, caso se adicionem premissas adicionais às premissas originais, pode-se cancelar uma conclusão;
- (b) são não-separáveis, pois é necessário conhecer o conteúdo semântico da expressão, bem como o contexto em que o enunciado ocorre;
- (c) são calculáveis, pois a implicatura deve ser reconhecida a partir do significado literal e do Princípio de Cooperação e suas máximas;
- (d) são não-convencionais, pois a implicatura não está na força das palavras;
- (e) não são veiculadas pelo dito, pois o que é dito pode ser verdadeiro, mas o implicado, falso;

¹⁷ Apesar de assumir a importância de uma lógica informal, Grice não aborda a parte emocional na comunicação. Sua descrição do processo comunicativo é estritamente racional.

¹⁸ Tradução aproximada de: "It allows premises and conclusions to be any speech acts which assert the truth of a proposition (including acts like suggesting, hypothesizing, boasting, and deducing), and recognizes that arguments in natural language frequently occur without an explicit inference indicator like "since" or "therefore". In addition, his account recognizes that arguments can incorporate drawings in a geometric proof, diagrams or pictures."

¹⁹ As propriedades descritas por Grice são alvo de crítica de outros autores, como Sadock (1978) e Levinson (2007 [1983]). Entretanto, Grice, em seu trabalho, coloca que tais propriedades são alguns traços que uma implicatura pode ter, mas que não são testes decisivos.

(e) são indeterminadas, já que pode haver uma lista aberta de implícitos devido ao cálculo da implicatura.

A essas propriedades, Levinson (2000) adiciona:

(f) são reforçáveis, ou seja, o que está implícito pode ser explicitado sem efeito de redundância;

(g) são universais, ou seja, se as inferências são derivadas de uma cooperação racional, espera-se que sua aplicação seja universal.

Apesar de as teorias de Grice e Levinson trabalharem com propriedades das implicaturas e de inferências não-triviais, elas não observam a influência das emoções no processo inferencial, já que, muitas vezes, uma conclusão pode ser alterada devido a uma determinada emoção ou sentimento. Ou seja, além de ser necessário considerar o processo inferencial como multiforme, em que diversas fontes servem como premissas, parece ser essencial dar um passo a mais no entendimento de como a comunicação humana acontece. É preciso considerar que os seres humanos não são puramente racionais e que as emoções fazem parte da natureza humana. Ou seja, se as emoções fazem parte do ser humano, logo elas devem interferir, assim como a parte lógica faz, no processo inferencial.

Um ponto importante da relação entre lógica e LN é a noção de valor de verdade, já que, logicamente, um argumento pode ser válido ou inválido. No argumento válido, a conclusão já está presente nas premissas, o que a faz ser necessária, como ocorre no exemplo abaixo (01):

(01)

Todos os namorados são felizes.	$\forall x (N(x) \rightarrow F(x))$
Pedro é namorado.	$N(p)$
Pedro é feliz.	$F(p)$

Em termos de lógica proposicional, tem-se que, qualquer que seja o x , se x é namorado, então x é feliz. Logicamente, o argumento acima é válido e aceitável, mas em (02), o argumento é inválido e inaceitável, pois a premissa diz que todos namorados são felizes, e, dessa forma, se João é um namorado, então João deve ser feliz. O fato de a conclusão ser que ele é infeliz não encontra justificativa, o que faz o argumento não ser aceitável em LN. A

precisão em termos lógicos é tal que a conclusão nem poderia ser cogitada, uma vez que o predicado ‘infeliz’ não aparece nas premissas do argumento:

(02)	Todos os namorados são felizes.	$\forall x (N(x) \rightarrow F(x))$
	Pedro é namorado.	$N(p)$
	Pedro é infeliz.	

Entretanto, em LN, poder-se-ia inserir uma palavra de emoção que licenciaria a conclusão de que Pedro é infeliz, como em (03)

(03) Todos os namorados são felizes.
 Pedro é namorado, *mas é ciumento*.

 Logo, Pedro é infeliz.

No exemplo (03), insere-se uma palavra de emoção – *ciumento* – que faz com que a conclusão do argumento seja, ainda que inválida, aceitável em LN. Percebe-se que há uma relação entre as palavras ‘ciúmes’ e ‘feliz’ que licencia a conclusão ser *Pedro é infeliz*. Assim, tem-se que um argumento, em LN, pode ser inválido, mas aceitável, desde que haja uma palavra de emoção em que se consiga estabelecer um certo grau de aceitabilidade.

Partindo desse fenômeno, considere o exemplo abaixo.

(04)
 A: *Você vai casar com Maria?*
 B: *Eu amo ela*.

Inferência:

Se Pedro ama Maria, irá casar com ela.

Pedro ama Maria.

 Pedro irá casar com Maria.

Em termos de lógica tradicional, ter-se-ia, por *modus ponens*, que, dado que a primeira premissa coloca que se Pedro ama Maria, deve casar com ela; e a segunda que Pedro ama Maria, a conclusão necessária é que Pedro deve casar com Maria. Entretanto, se o argumento mudar para:

(05)

A: *Você vai casar com Maria?*

B: *Eu gosto dela.*

Se Pedro ama Maria, deve casar com ela.

Pedro *gosta* de Maria.

Pedro não vai casar com Maria.

Como explicar a conclusão? Em lógica tradicional, o argumento não seria válido, pois o predicado ‘gostar’ não está relacionado com casar ou não com Maria. Em termos de LN, porém, pode-se supor que há uma diferença semântica entre ‘amar’ e ‘gostar’, que envolvem aspectos de envolvimento emocional.

Uma explicação possível para a diferença na inferência reside na escolha do verbo ligado às emoções. As implicaturas generalizadas, que dependem de uma interpretação preferencial (cf. Levinson, 2000), estariam ligadas a uma escala linguística, que pode ser definida como sendo “composta de um conjunto de alternativas linguísticas, ou expressões contrastantes da mesma categoria gramatical que podem ser dispostas numa ordem linear por grau de *informatividade* ou força semântica”. (LEVINSON, 2007 [1983], p. 164)²⁰

Pode-se assumir que as palavras de emoção que possuem alguma relação semântica estão agrupadas em escalas linguísticas. Levinson (2007 [1983], p. 165) propõe uma regra para derivar implicaturas escalares, qual seja:

Implicaturas escalares: dada qualquer escala da forma <e1, e2, e3 ... en>, se um falante diz A(e2), então ele veicula a implicatura de (que) ~ A(e1), se ele diz A (e3), então ele veicula a implicatura de (que) ~A (e2) e ~ A (e1), e de uma forma geral, se ele diz A (en), então ele veicula a implicatura de (que) ~

²⁰ É importante observar que as escalas linguísticas já são trabalhadas por outros teóricos, como o próprio Grice. Escolheu-se, no entanto, a proposta teórica de Levinson para a construção da interface.

(A(en-1)), ~ (A(en-2)), etc, até ~ (A(e1)).

Para demonstrar que as inferências escalares são implicaturas do tipo griceana, Levinson (2007 [1983], p. 167) desenvolve o seguinte argumento:

- (i) F disse p
- (ii) Há uma expressão q , mais informativa que p (e, portanto, q acarreta p), que poderia ser desejável como contribuição para os presentes fins do intercâmbio (e, aqui, talvez haja uma referência implícita à máxima da relevância)
- (iii) q tem, grosso modo, a mesma brevidade de p ; portanto F não disse p em vez de q simplesmente para ser breve (isto é, para conformar-se à máxima do modo)
- (iv) Se F soubesse que q é válido, mas, não obstante, enunciasse p , ele estaria infringindo a injunção de tornar sua contribuição tão informativa quanto necessário, portanto, F deve querer que eu, o destinatário, infira que F sabe que não é o caso ($S \sim q$) ou, pelo menos, que não que é o caso ($\sim Sq$).

Para explicar a implicatura em (05), a de que Pedro não vai casar com Maria, seria necessário, em primeiro lugar, assumir a existência de uma escala <Amar, Adorar, Gostar, Simpatizar>, em que, caso escolhido ‘adorar’, todos os antecedentes sejam negativamente implicados, e os procedentes, acarretados. Tais escalas seriam construídas intuitivamente pelos falantes de acordo com suas experiências vividas e com a cultura na qual estão inseridos (VANIN, 2009). Assim, em (05), ter-se-ia que

Implicatura generalizada (Q): Pedro <gosta de, simpatiza com> Maria, mas não <ama, adora> Maria.

Entretanto, assumir a existência de escalas não é suficiente para explicar a diferença de implicaturas em (04) e (05). Parece que, além da noção de escala de palavras de emoção, há mais um componente determinante para o processo inferencial: dependendo da posição na escala, uma conclusão pode ou não ser implicada. No exemplo (05), o motivo pelo qual Pedro resolve não casar com Maria é que ele *apenas gosta* dela – ou seja, como ‘gostar’ não acarreta ‘amar’, a conclusão não pode ser positiva.

Ao observar o exemplo (06), em que se mudam as palavras do diálogo, pode-se observar que, se a mesma escala for aplicada <Amar, Adorar, Gostar, Simpatizar>, a conclusão será positiva, pois ‘adorar’ acarreta semanticamente ‘gostar’.

(06)

A: *Você gosta de Maria? Vai casar com ela?*

B: *Eu adoro ela.*

Se Pedro gosta Maria, deve casar com ela.

Pedro adora Maria.

Pedro vai casar com Maria.

O que parece determinar a direção do argumento parece ser algo ligado tanto às premissas quanto à escala inferencial. Assim, se na premissa há a informação de que para casar é necessário *gostar*, qualquer outra palavra utilizada na escala direcionará a conclusão: se a palavra utilizada for implicada negativamente, leva-se a conclusão para um lado; caso a palavra seja acarretada, a conclusão será outra.

Nesse sentido, para cada grupo de emoções, construir-se-ia uma escala de palavras de emoção, que podem ser associadas a outras emoções, relacionando experiências vividas, conceitos estocados no ambiente cognitivo através da indução²¹. Tal afirmação é compatível com o argumento de Damasio (2009[2003], p.157), que afirma que as emoções são respostas a estímulos ou escolhidas pela evolução ou aprendidas individualmente – ou seja, as escalas lexicais de emoção estariam baseadas na experiência individual ou apoiadas na evolução.

Para que a inferência seja possível, as redes semânticas de emoções seriam construídas a partir da generalização baseadas em casos individuais, fazendo com que o processo inferencial dedutivo abarque suposições mais amplas, introduzidas por indução. Como as escalas são classes abertas, a construção individual pode fazer com que duas pessoas interpretem o mesmo enunciado de maneira diferente. Assim, enquanto A pode construir a escala <adorar, gostar>, B constrói <gostar, adorar>. Nesse caso, a conclusão de (06) pode ser ‘Pedro vai casar’, para A, ou ‘Pedro não vai casar’, para B.

Entretanto, pode haver situações em que o processo inferencial envolva emoções que estão em escalas inferenciais distintas, que aparentemente não se cruzam, como no caso de

²¹ As inferências indutivas não são resultados lógicos de premissas, mas pode-se atribuir grau de probabilidade à conclusão. Assim como na dedução, pode-se observar três passos indutivos: (i) Compreensão a informação ou a observação em questão; (ii) Formação de uma hipótese que busca descrever (1) em relação ao conhecimento geral da pessoa. A conclusão resultante aumenta a informação inicial pela incorporação do conhecimento geral; (iii) Avaliação da validade da conclusão alcançada. Fonte: <<http://penta.ufrgs.br/edu/telelab/3/inductiv.htm>>

palavras de emoções com sentido negativo ou positivo. Observe o exemplo (07), em que uma emoção negativa interfere na conclusão do argumento:

(07)

A1: *Você vai casar com Maria?*

B1: *Eu adoro ela.*

A2: *Então vai casar!*

B2: *Tenho medo de um relacionamento sério.*

Se Pedro gosta de Maria, deve casar com ela.

Pedro adora Maria, *mas tem medo*.

Pedro não vai casar com Maria.

Mesmo que uma possível escala de emoção – do tipo <adorar, gostar> – licencie a inferência (Q-) de que Pedro irá ficar com Maria (o que ocorre em A2), a inserção de um novo elemento, um enunciado que carrega uma palavra de emoção negativa, faz com que a argumentação seja outra. Nesse sentido, as emoções parecem ter outra propriedade essencial para interferir no processo inferencial: o grau de força, pois, em (07), a intensidade de ‘sentir medo’ parece ser maior do que a de ‘adorar’, o que faz a conclusão ser negativa ao invés de positiva.

Palavras de emoções positivas e negativas não podem ser separadas, portanto. Apesar de estarem em redes semânticas diferentes, elas podem entrar em intersecção, fazendo com que se comparem os graus de intensidade de cada conjunto envolvido. Assim, no exemplo (08), por exemplo:

(08)

A: *Você vai deixar ele falar assim? Você gosta dele?*

B: *Não, odeio.*

A: *Então vá lá brigar.*

B: *Não, tenho medo.*

Se Pedro não gosta de João, deve brigar com ele.

Pedro odeia João, *mas tem medo*.

Pedro não vai brigar com João.

Um novo conjunto de emoções está sendo ativada, no caso a escala <odiar, detestar, não-gostar, antipatizar>, mas a conclusão é alterada pela inserção de uma emoção mais forte, o medo. Parece que independente da posição da palavra na escala, o medo dirige o argumento para a conclusão de não-brigar.

O que se pode observar nesses exemplos é que parece que a linguagem das emoções ocupam um lugar importante na análise racional, impedindo que uma decisão que possa trazer consequências negativas seja tomada, tal como propõe Damasio (2002[1994]) com sua hipótese do marcador somático.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu mostrar, nesse capítulo, foi uma exemplificação da possibilidade de construção de interfaces entre a Linguística, a Lógica e a Neurociências. Assumir que os seres humanos são tanto seres racionais como emocionais, noções que estão em uma relação de complexidade, implica assumir que a comunicação também é afetada por tais propriedades. Nesse sentido, buscou-se apresentar uma proposta de reavaliação das teorias semântico-pragmáticas tradicionais a partir de argumentos lógico-emocionais, cujas premissas não-tradicionais afetam a conclusão do processo inferencial.

De uma maneira geral, as teorias de Grice e Levinson apresentam-se como propostas racionais para explicar a comunicação humana, em que se assume um engajamento consciente com o Princípio da Cooperação, baseado na lógica informal. Por mais que não assumam qualquer compromisso com propriedades cognitivas, as teorias se mostraram adequadas metodologicamente para uma construção de interfaces de palavras de emoção com a parte lógica do argumento. A parte emocional parece, assim como postula a Neurociência cognitiva, afetar a linguagem, mais especificamente o processo comunicativo-inferencial.

No próximo capítulo, busca-se apresentar uma nova perspectiva sobre a relação entre linguagem e emoções, em que se demonstra, a partir de uma abordagem cognitiva, que a forma de uma expressão pode ser considerada um benefício retórico e, portanto, emocional.

3 RETÓRICA, RELEVÂNCIA E EMOÇÕES

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O capítulo que se segue busca analisar a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1995), apontando para um problema crucial para sua abordagem: a aposta na racionalidade e na informatividade. Por fazer essa aposta, a teoria falha em explicar diálogos cujo benefício é emocional, em que não há somente conteúdo informativo propriamente dito. Além disso, é preciso observar que, muitas vezes, a forma como um enunciado é dito influencia diretamente as emoções – a famosa frase “não é o que você disse, mas a forma como foi dito” já apresenta essa intuição. Para demonstrar a interferência da forma sobre o conteúdo e sobre as emoções, assume-se uma perspectiva de retórica não-tradicional, em que se consideram as ideias de Pinker (2008[1997]) e McLuhan (2001).

Para atingir os objetivos, o capítulo está organizado da seguinte forma, baseando-se na Metateoria das Interfaces, de Campos (2007): primeiro, apresentam-se o arcabouço teórico da Teoria da Relevância e seus problemas conceituais; segundo, apresentam-se argumentos que fundamentam a suposição de que a forma da expressão interfere nas emoções, através da construção de uma perspectiva retórica e dos apontamentos de McLuhan, de Pinker e de Hjelmslev; terceiro, demonstra-se que os benefícios emocionais podem ser o principal efeito de diálogos e procura-se demonstrar possibilidades dessa perspectiva para o construto teórico da Teoria da Relevância.

3.2 RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO NA COMUNICAÇÃO

A Teoria da Relevância (TR), de Sperber & Wilson (1995)²², doravante SW, se encaixa no rol das teorias que se preocupam com o estabelecimento de um princípio cognitivo para explicar o processamento inferencial da comunicação humana, afastando-se do modelo de Levinson (2000), por exemplo. Os autores partem do modelo inferencial de Grice (1975),

²² Essa data corresponde à segunda edição da obra *Relevance: communication and cognition*, publicada originalmente em 1986, e que possui modificações fundamentais para a teoria, como a separação, por exemplo, do Princípio da Relevância em princípios cognitivos e comunicativos.

principalmente da noção da máxima de Relação²³ e propõem uma teoria que busca explicar quais informações são comunicadas e como se dá o processo de comunicação. As principais críticas que os autores fazem ao modelo griceano envolvem as seguintes questões: não há garantias lógicas e psicológicas que sustentem a obediência ao Princípio de Cooperação e suas máximas; não há explicações acerca de como as informações são selecionadas para que se gerem inferências, tampouco explicam-se casos em que há falha na comunicação; por fim, a certeza de um conhecimento mútuo entre os falantes envolveria uma checagem *ad infinitum*, o que impossibilitaria a comunicação.

Partindo desses questionamentos e da pressuposição de que as pessoas prestam atenção somente àquilo que lhes é relevante, SW constroem uma teoria que busca dar conta de tais problemas ao ampliar o programa de investigação griceano. Dentro dessa abordagem, segundo Silveira e Feltes (1999), a Teoria da Relevância (TR) apresenta-se como uma proposta complexa ao articular perspectivas teóricas pragmáticas (em sua relação com a sintaxe e a semântica) com estudos recentes em psicologia cognitiva. SW propõem, portanto, um modelo de comunicação ostensiva, postulando duas propriedades que não podem ser dissociadas: a ostensão por parte do comunicador e a inferência por parte do receptor.

Baseados na concepção griceana de que é necessário que o ouvinte consiga reconhecer a intenção do falante de informar sua intenção comunicativa, SW (1995) apostam na existência de duas camadas de intenções em comunicação: a intenção informativa – intenção mais básica de tornar uma informação manifesta ou mais manifesta, e a intenção comunicativa – intenção superior de tornar mutuamente manifesto para uma audiência a intenção informativa do falante. Vanin (2007, p. 54) retoma a noção de intenção da TR: “a comunicação diz respeito às inferências do ouvinte acerca das intenções (comunicativa e informativa) do falante, ou seja, quando hipóteses interpretativas são feitas acerca do propósito comunicativo subjacente ao enunciado”. Assumindo as noções de intenção, segue-se, na teoria, que o propósito de chamar a atenção para a intenção de comunicar é a base para, como chamam SW, uma comunicação ostensiva²⁴.

Outro ponto importante é a noção de que, ao contrário da proposta de Grice, o processo inferencial ocorre tanto no nível implícito como no explícito. Para isso ser possível, SW apostam na existência de um nível intermediário entre o dito e o implícito: a explicatura,

²³ Costa (2008) já havia proposto que a máxima de relação constitui-se em uma *megamáxima*, já que ela seria responsável por guiar as demais máximas. Dessa maneira, o ouvinte teria condições de reconhecer se o falante estaria quebrando as máximas de quantidade, qualidade, modo e relação (adaptada para *seja adequado*). Para maiores detalhes, consultar o capítulo 2.

²⁴ Para mais detalhes sobre a noção de intenção, consultar o capítulo 4.

ou seja, a forma lógica desenvolvida da proposição. SW (1995, p. 182) colocam que a explicatura é “uma combinação de traços linguisticamente codificados e propriedades conceituais inferidas contextualmente. Quanto menor a contribuição relativa das propriedades contextuais, mais explícita a explicatura, e vice-versa”²⁵. É nesse nível que ocorrem diversas operações pragmáticas, como desambiguação, atribuição de referências, interpretação de metáforas²⁶. Os autores ainda apontam para a importância da explicatura, que, juntamente com as premissas implícitas de um enunciado, garantem a derivação de conclusões implícitas (SPERBER & WILSON, 2006, p. 184).

Apesar da importância da noção de explicatura para a proposta de SW, há inúmeras discussões (LEVINSON S. C., 2000) (RECANATI, 2004) (BACH, 2006) acerca da existência ou não de tal construto teórico, o que reacende o debate sobre a interface Semântica e Pragmática. O principal ponto é compreender de que maneira os processos inferenciais, baseados em contextos pragmáticos, são responsáveis por determinar o que é comunicado, sendo responsável pelo enriquecimento da proposição semântica. Isso significa, em último caso, assumir que a comunicação é baseada em condições de verdade, e que, se para isso é necessária a complementação pragmática, corre-se o risco de nunca conseguir chegar a uma proposição completa, pois a referência pode não ser suficiente.

Para tentar escapar desse complicador, SW (1995, p. 183) afirmam que o falante recupera a forma proposicional correta através da relação de relevância, o que levaria à não-necessidade de uma infinita recuperação pragmática. O problema dessa saída é que o necessário para constituir uma proposição mínima talvez não seja o necessário para estabelecer condições de verdade. Para tentar resolver tal problema, Costa²⁷ distingue aspectos formais e comunicativos da interface e aposta, quando em contato com a comunicação, em condições de veracidade. Isso quer dizer que, ao escutar um determinado enunciado, os participantes de um diálogo assumem como verazes as informações que estão sendo dadas, pressupondo condições de boa formação lexical, sintática, semântica e pragmática. Se, por exemplo, na frase ‘*ele não viu ela em nenhum lugar*’ os interlocutores não

²⁵ Tradução aproximada de: “An explicature is a combination of linguistically encoded and contextually inferred conceptual features. The smaller the relative contribution of the contextual features, the more explicit the explicature will be, and inversely”

²⁶ Em um momento posterior da teoria, assume-se que, na explicatura, os conceitos são ajustados para que se construam conceitos *ad hoc*. Tais conceitos são construídos de maneiras diferentes: *ampliação* é o processo que inibe algumas informações lógicas e enciclopédicas do léxico para que ele passe a denotar conceitos mais amplos; enquanto *delimitação* é o processo de restringir as informações do léxico para que ele denote conceitos mais restritos. Essa modificação na teoria é necessária para demonstrar que a interpretação de metáforas e de expressões literal seguem o mesmo processo inferencial. Para mais detalhes, ver Carston (2002), Wilson & Carston (2006, 2008) e Sperber & Wilson (2006).

²⁷ Considerações feitas presencialmente.

identificam no contexto online do diálogo a que se referem ‘*ele*’, ‘*ela*’, e ‘*lugar nenhum*’, então, não há condições de veracidade²⁸.

Apesar desse aspecto problemático para a TR, é necessário que se compreendam os aspectos fundamentais da teoria, que busca explicar como se dá a comunicação ostensiva-inferencial. SW (1995, p. 260) propõem dois princípios para se entender como se dá a compreensão inferencial:

- Princípio Cognitivo: “A comunicação humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância”²⁹.
- Princípio Comunicativo: “Todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua própria relevância ótima”.

Em relação à noção de relevância ótima, os autores afirmam que um estímulo será otimamente relevante se, e somente se, ele for:

- a. relevante o suficiente para merecer esforço de processamento da audiência;
- b. o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador. (WILSON & SPERBER, 2005)³⁰

Para ilustrar esse ponto, observe os exemplos abaixo, possíveis respostas de B para a seguinte pergunta de A: *Quanto tempo a roupa precisa ficar de molho?*:

- (i) Por quarenta e cinco minutos.
- (ii) Por $\frac{3}{4}$ de hora.
- (iii) Pelo mesmo tempo que um bolo fica cozinhando no forno.

A resposta (i) parece ser a mais relevante, pois exige um menor esforço de processamento do que as outras; (iii), no entanto, necessita de um esforço extra de acessibilidade de informações, pois é preciso que ambos tenham em suas memórias informações sobre cozinha. As duas últimas só seriam relevantes caso B soubesse das preferências e das habilidades de A.

Costa (2012) faz uma importante crítica à noção de ostensão. Para ele, a TR só se compromete com a comunicação quando há um certo grau de consciência em relação à

²⁸ Ao deixar de lado a noção de explicatura, que leva à proposição com condições de verdade, Costa propõe uma divisão entre o que está sendo enunciado em dito explícito, aquilo que está expresso, e dito implícito, uma afirmação não-expressa, mas assumida como expressa pelos interlocutores. Para mais detalhes sobre a diferença entre os níveis na Teoria do Diálogo, consultar o capítulo 4.

²⁹ Isso não implica que os seres humanos sempre alcançam a relevância máxima, mas, ao contrário, significa que a mente humana possui uma tendência a escolher os estímulos e a ativar o conjunto de informações mais relevantes e a processá-los da maneira mais produtiva.

³⁰ Referente ao artigo publicado na revista *Linguagem em (Dis)curso* (2005). O texto foi publicado originalmente em inglês em: HORN, L.; WARD, G. (Eds.). *The handbook of Pragmatics*. London: Blackwell, 2004, p. 607-632

intenção do falante de se dirigir ao ouvinte. O autor questiona o fato de que a comunicação precisa ser, em princípio, relevante, afirmando que parece haver um passo anterior à noção de relevância. Costa propõe uma hipótese de que há uma tendência inata para a conectividade não-trivial, entendida como comunicação humana básica, que segue um processo evolutivo isomórfico ao dos animais. Esse princípio significa que se está supondo que há uma direção cognitiva do cérebro/mente para a conexão comunicativa, entre outras formas de conexão.

Uma das noções mais importantes para teoria é a de relevância, que se refere à relação custo-benefício, em que se avalia a quantidade de esforço mental exigido para interpretar os *inputs* (custo), em relação ao efeito contextual derivado (benefício). Ou seja, a relevância será maior na medida em que houver mais efeitos cognitivos e menos esforços de processamento; entretanto, mesmo que haja mais esforços de processamento, compensado por mais efeitos cognitivos, a relevância aumenta.

Na perspectiva da Teoria da Relevância, a relevância ótima é garantida por causa da racionalidade do processo comunicativo humano. Assumir essa visão estritamente significa, como os próprios autores assumem (SW, 1995, p.2), excluir as emoções do processo racional. Entretanto, se as emoções se fazem presente na comunicação, e, caso a TR assuma uma classe aberta de benefícios, em que se incluíam os emocionais, correr-se-ia o risco de torná-la trivial, o que é um problema em termos científicos.

A TR propõe, ainda, que a relevância não é apenas uma propriedade de enunciados linguísticos e de outros estímulos ostensivos (como ações – gestos ou falas – e traços de ações – escrita, por exemplo – que pretendem atrair a atenção do destinatário e transmitir algum conteúdo), “mas uma propriedade que qualquer *input* de um processo cognitivo possa possuir: visões, sons, enunciados, pensamentos, lembranças, suposições podem ser todos relevantes para um indivíduo em um determinado momento”³¹ (SPERBER & WILSON, 2006, p. 177). É importante ressaltar que os *inputs* passam a ser relevantes durante o processo de comunicação, ou seja, algumas suposições passam a ser mais ou menos manifestas³².

Observe o seguinte exemplo³³: Maria e João estão caminhando, quando Maria aponta um carro e diz: “*Como é lindo esse carro!*”. João, que até o momento não havia visto o carro, acrescenta: “*É lançamento.*” – O conhecimento sobre o carro passa a ser

³¹ Tradução aproximada de: “but as a property that any input to a cognitive process might possess: sights, sounds, utterances, thoughts, memories, suppositions may all be relevant to an individual at a given time.”

³² Ao contrário da concepção de conhecimento mútuo, SW apostam em um *ambiente cognitivo mútuo*, em que as representações mentais são mutuamente manifestas, no sentido em que se constroem uma intersecção do ambiente cognitivo de duas pessoas, formando o conjunto de fatos manifestos para ambos. (SILVEIRA & FELTES, 1999, p.28)

³³ Exemplo adaptado de Silveira & Feltes (1999).

compartilhado e manifesto entre falante e ouvinte, ou seja, ele passa a ser relevante. Da mesma forma, os *inputs* precisam estar manifestos para que a comunicação ocorra. Segundo Silveira & Feltes (1999, p. 116),

O comportamento que torna manifesta a intenção de tornar algo manifesto, o estímulo ostensivo, além de atrair a atenção da audiência e de estar focalizando na intenção do comunicador, deve também revelar essa intenção – deve vir com garantia de relevância.

Para um melhor entendimento da noção de ambiente cognitivo mútuo, é necessário compreender o conceito de contexto dentro da TR. O contexto é um conjunto de premissas usadas para interpretar um enunciado, uma “noção psicológica” que se refere a um subconjunto de crenças do ouvinte sobre o mundo, formado pelas memórias enciclopédicas, de curto prazo e pelas informações percebidas do ambiente físico. O que ocorre é a potencialidade de vários contextos, construídos *online* a partir das informações ao longo da comunicação, somando-se a um contexto inicial. A seleção do conjunto adequado de suposições se dá pela mesma noção de custo-benefício, de relevância.

Ao contrário de Grice (1975), para quem o contexto é associado a traços gerais do discurso, na TR a seleção é parte do processo de interpretação, e as “suposições são acrescentadas a partir do enunciado a ser interpretado, indicando que o contexto não é dado de antemão, mas construído no curso da informação” (SILVEIRA & FELTES, 1999, p. 46). A modificação ou reorganização dos *inputs* em determinado contexto resultam em efeitos contextuais. Um *input* só será relevante se produzir efeitos cognitivos, que podem ocorrer de três modos:

- (i) por fortalecimento ou enfraquecimento das suposições existentes, através do fornecimento de mais evidências;
- (ii) pela eliminação de suposições que se contradizem;
- (iii) pela implicação contextual, que combinam suposições já existentes a suposições novas.

O processamento dos *inputs* se dá através de um cálculo lógico não-trivial³⁴, que combina as informações armazenadas na memória para derivar conclusões válidas. Segundo Vanin (2007, p. 59), “o mecanismo interpretativo-dedutivo proposto por Sperber & Wilson

³⁴ O cálculo inferencial proposto por Sperber & Wilson difere-se do da Lógica Clássica, pois o mecanismo dedutivo humano não está submetido a propriedades puramente formais das suposições. Assim, a inferência é não-demonstrativa, visto que o cálculo pode ser apenas corroborado, e não evidenciado. Além disso, a validade ou invalidade das premissas não pode ser verificada e, conseqüentemente, as conclusões do cálculo inferencial são apenas prováveis. Nesse sentido, fala-se em força de suposição: quanto maior a crença em uma premissa, maior sua corroboração. E, caso surja uma premissa mais forte, a mais fraca é eliminada.

toma como *input* um conjunto de suposições e dele deduz todas as conclusões possíveis”. As conclusões não são passíveis de prova, mas podem ser confirmadas pela força das premissas, originadas de várias fontes, como a percepção (através da visão, audição, tato, olfato, paladar), a decodificação linguística e as suposições armazenadas na memória. Segundo Wilson & Sperber (2005, p. 244),

Uma proposição pode ser mais ou menos fortemente implicada. Ela é FORTEMENTE IMPLICADA (ou é uma IMPLICATURA FORTE) se sua recuperação é essencial para se chegar a uma interpretação que satisfaça as expectativas de relevância do destinatário. Ela é FRACAMENTE IMPLICADA se sua recuperação ajuda na construção de certa interpretação, mas não é, em si, essencial, porque o enunciado sugere uma escala de implicaturas similares possíveis.

Em relação aos *inputs*, Sperber & Wilson (1995, p. 86) postulam que eles são estruturados a partir de três fontes de informação: (i) entradas lógicas – conjunto de regras de dedução aplicadas à forma lógica dos *inputs*; (ii) entradas enciclopédicas – conjunto de informações sobre acontecimentos e/ou propriedades que representam o conceito; (iii) entradas lexicais – conjunto de informações sobre o conceito em linguagem natural (informações sintáticas, morfológicas, fonológicas). A estruturação dos *inputs* exige, no momento em que se processa uma determinada informação, um certo nível de atenção, memória e raciocínio, em que se articulam complexidade linguística, acessibilidade da informação e acessibilidade do contexto. Há de se considerar, ainda, a força de uma implicação.

Para ilustrar o processamento via TR, observe o seguinte diálogo entre amigos, em que A observa um grupo de pessoas que está chegando a uma festa a fantasia:

(09) A: Qual fantasia Pedro vai usar?

B: A de cavaleiro das trevas.

Imaginando que B tenha sido o mais relevante possível, pode-se assumir que o princípio da relevância para demonstrar que A pode derivar possíveis suposições de acordo com a acessibilidade da informação e do contexto. Para a compreensão ser possível, A precisa recuperar, em sua memória enciclopédica, que cavaleiro das trevas corresponde a Batman, e, conseqüentemente, Pedro irá se fantasiar de Batman. Caso A não conheça essa relação, a comunicação pode ficar comprometida, pois A não conseguirá compreender qual fantasia

Pedro irá utilizar na festa³⁵. Supondo que A possua tal informação armazenada, a suposição pode ser fortalecida, caso enxergue Pedro vestido de Batman, ou contradita, caso Pedro estivesse vestido de Homem-Aranha.

Deve-se ressaltar, no entanto, que da noção custo-benefício seguem-se questões problemáticas. Em um primeiro momento, é preciso determinar o que se denomina como custo e como benefício. Segundo Costa (2005a), custo envolve processamento mental e cognitivo; processamento da linguagem (em níveis fonológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos); grau de acessibilidade dos contextos e das memórias (enciclopédica, lexical); grau de calculabilidade das inferências. Já benefício envolveria grau de importância do conteúdo sendo dito; grau de adequação, de conexão e de interatividade; compreensão de implicaturas; implicação contextual; benefícios culturais, morais, psicológicos e retóricos. O problema desse grande número de aspectos envolvidos é que a noção de relevância poderia ser determinada ora por aspectos de custo, ora por de benefícios.

Além disso, Costa (2005b, p. 167) ainda acrescenta outro aspecto que a teoria deveria explicar, que são os usos cotidianos, como a conversa romântica, o bate-papo e os cumprimentos:

Parece que a noção positiva de relevância, em que o benefício dirige o custo, funciona, primeiramente, quando as pessoas estão envolvidas com a produção profissional, com a objetividade funcional para gerar conhecimento. Tal atividade contrasta com a enorme tendência ao lazer, cujas propriedades são diferentes, dado que o aproveitamento afetivo, emocional, em que o prazer dirige o processo, caracteriza um outro tipo de benefício em que o custo baixo é uma das exigências fundamentais.

Para o autor, há dois fatores que parecem desafiar o princípio da relevância: a tendência à inércia e o peso do benefício emocional. A tendência à inércia pode ser compreendida como a busca pelo menor custo e não pelo maior benefício. Segundo o autor, “As pessoas tendem, de fato, a ser relevantes; mas são dirigidas pelo baixo custo, mais do que pelo impacto do maior benefício” (COSTA, J.C, 2005b, p. 167). Já a questão emocional, no processo inferencial, parece ser mais delicada e refere-se ao fato de que, muitas vezes, benefícios emocionais são mais relevantes do que benefícios informativos.

De uma maneira geral, os benefícios emocionais parecem interferir na comunicação, podendo levar os participantes de um diálogo a sentirem emoções diferentes a partir do que está sendo dito. Para demonstrar essa possibilidade, faz-se necessário construir uma relação

³⁵ Esse exemplo demonstra que há outro fator a ser considerado: a relevância para um indivíduo, ou seja, na medida em que são amplos os efeitos cognitivos alcançados a partir de pequeno esforço de processamento, uma suposição é relevante. (SPERBER & WILSON, 1995, p.145)

com benefícios retóricos, ou seja, de que a forma como um enunciado é dito pode interferir na parte emocional. Nesse sentido, a próxima seção trará argumentos para demonstrar a relação entre forma da expressão e emoções.

3.3 RETÓRICA DA FORMA E DO CONTEÚDO

Considere o seguinte diálogo entre duas amigas e as possibilidades de respostas:

- (10) (a) Maria: Por que você está triste?
(b) Paula: Estou em um dia ruim.
(c) Paula: Meu dia foi ruim, ruim.
(d) Paula: Parece que passou um caminhão por cima de mim.

De uma maneira geral, as três respostas veiculam o mesmo conteúdo – a de que B está triste porque teve um dia ruim. Porém, tem-se a impressão de que há diferenças em relação ao grau de tristeza que B está experimentando. Como explicar essa diferença entre as respostas? Parece que há uma relação direta entre a forma como uma pessoa escolhe dizer um enunciado e algumas inferências que são transmitidas. Em termos de estudos da linguagem, as teorias pragmático-inferenciais buscam explicar, partindo de uma lógica informal, como o que é dito implica o não dito. Entretanto, as teorias não explicam o motivo de uma pessoa escolher enunciar (b) e não (c), por exemplo. Pinker (2008[1997]) aborda essa questão, ao falar sobre a abordagem griceana:

Grice chegou à conversa a partir do mundo frio da lógica, e disse pouca coisa sobre *por que* as pessoas se dão ao trabalho de insinuar o que querem dizer, em vez de simplesmente dizer e pronto. Descobrimos a resposta quando lembramos que as pessoas não estão apenas baixando informação na cabeça uns dos outros, mas são animais sociais preocupados com a impressão que deixam nos outros. (PINKER, 2008[1997], p. 431)

A noção de que os seres humanos são seres sociais leva à ideia de que há alguma propriedade que faz com que as coisas sejam ditas de uma certa maneira e não de outra. E o ingrediente que parece ser o centro é as emoções. Pinker (2008[1997], p.32), por exemplo, ao abordar o uso de palavrões, afirma que as palavras têm o poder de absorver colorações emocionais, ou seja, possuir uma conotação além da denotação. O autor exemplifica o uso através de um jogo de palavras (baseado em uma fórmula inventada por Bertrand Russell),

como: “eu sou esbelto, você é magro, ele é esquelético; eu estou explorando minha sexualidade, você é promíscuo, ela é galinha”. Nesse sentido, “em cada terceto o sentido literal das palavras é mantido, mas o sentido emocional passa de atraente a neutro e a ofensivo” (PINKER, 2008[1997], p.32). No exemplo (10), o que fica claro é que Paula, ao escolher pronunciar 3, transmite um estado emocional diferente (mais intenso) do que em 1 ou 2.

Segundo Tannen (2001), é preciso compreender que as pessoas estão emocionalmente envolvidas umas com as outras e que é preciso falar para estabelecer contato, mantê-los e monitorá-los. Ou seja, mais do que apenas informar, a comunicação envolve intenções e emoções.

Comunicação não é tão simples quanto dizer o que você quer expressar. O modo como você diz o que quer transmitir é crucial e difere de uma pessoa para outra, porque usar a linguagem é um comportamento social aprendido: como nós falamos e ouvimos é profundamente influenciado pela nossa experiência cultural. Embora possamos pensar que o nosso jeito de dizer o que queremos é natural, podemos ter problemas se interpretarmos e avaliarmos os outros como se eles necessariamente sentissem da mesma forma que nós sentiríamos se falássemos da mesma maneira que eles. (TANNEN, 1995, p.138)³⁶

Falar em *sentido emocional*, no entanto, não é algo possível dentro da Teoria da Relevância. Ao assumir na relação custo-benefício, a única diferença, no exemplo (10) entre os enunciados (b-c-d) é a quantidade de implicaturas fracas que será veiculada: em (b), o número possível é x , em (c), $x+1$ e em (d), $x+2$, por exemplo. Ainda que haja recursos de linguagem, como repetição (c) e metáfora (d), a forma de compreensão via TR é a mesma. Para SW (1995), a escolha da forma como se diz um enunciado – ou o *estilo*, como os autores chamam – é algo que a nenhum falante poderá escapar, pois

Ao buscar a relevância, o falante deve fazer algumas suposições sobre as habilidades cognitivas do falante e os recursos contextuais, o que irá necessariamente ser refletido na forma como ele se comunica, e, em particular, no que ele escolhe fazer explícito e no que ele escolhe deixar implícito. (SPERBER & WILSON, 1995, p. 218)³⁷

³⁶ Tradução aproximada de: “Communication isn't as simple as saying what you mean. How you say what you mean is crucial, and differs from one person to the next, because using language is learned behavior: How we talk and listen are deeply influenced by cultural experience social. Although we might think that our ways of saying what we mean are natural, we can run into trouble if we interpret and evaluate others as if they necessarily felt the same way we'd feel if we spoke the way they did.”

³⁷ Tradução aproximada de: “In aiming at relevance, the speaker must make some assumptions about the hearer's cognitive abilities and contextual resources, which will necessarily be reflected in the way she communicates, and in particular in what she chooses to make explicit and what she chooses to leave implicit.”

Para a teoria, o falante, buscando a relevância ótima, escolheria deixar implícito tudo aquilo que acredita estar mutuamente manifesto. Quanto mais informações ficarem implícitas, maior o grau de conhecimento mutuamente manifesto; quanto mais informações explícitas, menor o grau de compartilhamento. Os autores apontam que, mesmo correndo o risco de, ao escolher uma forma, o falante ser mal interpretado em sua intenção ou até mesmo não ser compreendido, a escolha precisa ser feita. Para eles, nenhum estilo é neutro, já que o enunciado revela as suas suposições a respeito do contexto do ouvinte e de sua capacidade de processamento (SPERBER & WILSON, 1995, p. 218). A postura da TR é de assumir que usos literais, vagos ou metafóricos são processados da mesma maneira: através da busca pela relevância. Para SW (1990, p.3),

Se a comunicação verbal fosse guiada por uma presunção de literalidade, então cada segundo enunciado deveria ser tratado como uma exceção. Se ele é guiado por uma presunção de relevância, ou, mais precisamente, por um critério de consistência com o princípio da relevância, então não há exceções: a interpretação de cada ato de comunicação bem sucedido, enunciados, em particular, atende a esse critério.³⁸

Aos *efeitos poéticos*, aquilo que se chama, tradicionalmente, de figuras de linguagem, SW afirmam que eles são resultados de uma ampla variedade de implicaturas fracas que são veiculadas na busca pela relevância. As diferenças de estilo – ou de forma – seriam reduzidas a diferentes formas de se buscar a relevância (SPERBER & WILSON, 1995, p. 224). Nesse sentido, no exemplo (03), a diferença entre (b), (c) e (d) seria apenas em relação à quantidade de implicaturas fracas veiculadas, e não ao uso específico de repetições ou metáforas.

Porém, como tais efeitos poéticos alterariam o ambiente cognitivo de falantes e ouvintes? Segundo SW, não há alteração por inserção de novas suposições fortemente manifestas, mas, ao contrário, ela ocorreria pelo aumento da manifestabilidade mútua de um maior número de suposições fracas. Ou seja, “em outras palavras, efeitos poéticos criam impressões comuns ao invés de conhecimento comum. Enunciados com efeitos poéticos podem ser usados para criar essa sensação de mutualidade aparentemente afetiva ao invés de cognitiva³⁹” (SPERBER & WILSON, 1995, p. 224). É interessante observar que, embora SW

³⁸ Tradução aproximada de: “If verbal communication were guided by a presumption of literalness, then every second utterance should be treated as an exception. If it is guided by a presumption of relevance, or, more precisely by a criterion of consistency with the principle of relevance, then there are no exceptions: the interpretation of every successful act of communication, utterances in particular, meets this criterion.”

³⁹ Tradução aproximada de: “In other words, poetic effects create common impressions rather than common knowledge. Utterances with poetic effects can be used to create this sense of apparently affective rather than cognitive mutuality.”

apontem para uma mutualidade afetiva, eles afirmam que, sob a ótica da Teoria da Relevância, os efeitos afetivos (ou emocionais) são, de perto, uma ampla gama de pequenos efeitos cognitivos.

A afirmação dos autores é problemática, pois eles acabam assumindo que as emoções são, em última instância, efeitos cognitivos, que, por sua vez, possuem uma característica informativa. Entretanto, caso se assuma uma postura neurocientífica, em que as emoções visam à regulação da vida (DAMASIO, 2009[2003],), as emoções não podem ser consideradas informações, mas reações biológicas complexas que resultam da evolução ou do aprendizado pessoal⁴⁰. Ao assumir a racionalidade do processo inferencial e distanciar-se das descobertas da neurociência, cria-se um impasse para a Teoria da Relevância: como aceitar, em uma interface social, os benefícios emocionais sem trivializar a relação custo-benefício? Segundo Costa (2012),

Na interface com aspectos matemáticos e probabilísticos, a comunicação deve lidar com a questão da quantidade de informação. Na interface com aspectos sociais e emocionais, a qualidade, ou relevância de conteúdo, passa a ser decisivo para a comunicação. Suponhamos, mais uma vez, um diálogo bilateral, quando A diz para B, pela quinta vez no dia, que a ama, a quantidade de informação é mínima e altamente predizível, mas seu conteúdo pode carregar uma informação da maior relevância emocional para B.

É preciso atentar que, no início da obra *Relevance* (1995), SW delimitam sua abordagem à comunicação de pensamentos (representações conceituais), asserções (pensamentos tratados pelo indivíduo como representações atuais do mundo) ou informações (SPERBER & WILSON, 1995, p. 2), independentes de serem verdadeiras ou falsas. Ou seja, ao fazer esse recorte do objeto, os autores afirmam que não irão analisar representações sensoriais, estados emocionais, desejos, ficções. SW assumem, radicalmente, uma abordagem racional da comunicação, o que exclui as suposições emocionais. A TR não assume a relevância das emoções, pois

Ninguém tem uma ideia clara de como inferências poderiam operar sobre objetos não-proposicionais: por exemplo, sobre imagens, impressões ou emoções. Conteúdo e atitudes proposicionais, portanto, parecem fornecer o único terreno relativamente sólido sobre o qual basear uma abordagem parcial ou totalmente inferencial para a comunicação. (SPERBER & WILSON, 1995, p.57)⁴¹

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre a perspectiva neurocientífica das emoções, consultar capítulo 1.

⁴¹ Tradução aproximada de: “No one has any clear idea how inference might operate over non-propositional object: say, over images, impressions or emotions. Propositional contents and attitudes thus seem to provide the only relatively solid ground on which to base a partly or wholly inferential approach to communication.”

A questão essencial para a teoria é, em última instância, como a forma (ou os efeitos poéticos) do enunciado pode suscitar benefícios emocionais e não informativos. Para demonstrar que a forma da expressão interfere em seu conteúdo e, conseqüentemente, conecta-se à parte emocional⁴², é necessário trazer para o debate abordagens que se conectam à parte retórica. Segundo Campos (2009),

Na época clássica, tanto Aristóteles quanto Platão levaram em conta essa propriedade de uma argumentação ser convincente ainda que fora dos padrões de validade. Parecia um risco a exibição de argumentos pelos sofistas, onde a capacidade de iludir com palavras era colocada acima dos interesses da validade e da verdade. Em outras palavras, era estranho que a linguagem fosse manipulada para apenas convencer. Os sofismas, ou argumentos falaciosos, representavam uma distorção em que a própria racionalidade era burlada. Certamente, não só os sofistas, mas os próprios escritores e amantes da oratória jurídica, foram, desde sempre, especialistas em jogar com o fascínio das palavras e suas formas de emocionar e persuadir.

Aristóteles foi responsável por primeiro sistematizar o estudo da retórica, cuja característica essencial era descrever os meios de persuasão, e não abordar a persuasão em si. Para o filósofo, a retórica deve ser eticamente neutra⁴³, e a responsabilidade em relação aos usos das técnicas de persuasão é do orador, não do sistema. Segundo Dayoub (2004),

Ao afirmar a existência do potencial de persuasão em todo e qualquer discurso, independentemente do gênero, Aristóteles definiu e ampliou o conceito de retórica. Ele viu a argumentação como um conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo e considerou o silogismo entimemático (dedução truncada em que de duas premissas se tira uma terceira que vale como conclusão) como base das estratégias usadas pelo orador para convencer o seu auditório (DAYOUB, 2004, p. 14)

Algumas das principais características do discurso retórico, descritas por Aristóteles na obra *Retórica*⁴⁴, são: diferenciação de duas categorias formais de persuasão – provas

⁴² A proposta de que a forma interfere no conteúdo foi defendida pelo Prof. Dr. Jorge Campos da Costa nas aulas de Pragmática e Retórica, lecionadas no PPGL/PUCRS em 2011/1.

⁴³ Para Platão, a retórica deveria ser eticamente responsável e comprometida. Essa posição platônica é uma forma de opor-se aos sofistas, que entendiam a retórica como somente a capacidade de convencer, pois o mais importante era a persuasão, e não o comprometimento com a linguagem.

⁴⁴ A obra está dividida em três partes: no *livro I*, Aristóteles busca afirmar a racionalidade e os argumentos lógicos como fundamentais para a retórica, pois sem ela a verdade pode ser derrotada em um debate. Assim, o autor define três meios artísticos de persuasão: os derivados do caráter do orador, derivados da emoção despertada pelo orador nos ouvintes, e os derivados de argumentos verdadeiros ou prováveis. No *livro II*, o foco da análise é a emoção e o caráter. Aristóteles demonstra como as emoções podem fazer parte da argumentação retórica⁴⁴, no qual, a fim de ser persuasivo, um orador deve ter três características: a prudência, a virtude e a benevolência. Além disso, é preciso que se conheçam as emoções para que se argumente, bem como a característica da audiência (como idade, classe social). Ele analisa, então, uma série de emoções: ira, amizade, confiança, vergonha (e seus contrários), assim como o caráter dos homens (p.ex. o caráter dos jovens, o caráter dos ricos). Já no *livro III*, Aristóteles disserta sobre questões como estilo e a composição do discurso retórico. O autor aborda tópicos relacionados à qualidade da expressão, como clareza, correção gramatical, prosódia e

técnicas e não técnicas; identificação de três meios de prova (também chamados de modos de apelo ou formas de persuasão) – lógica do assunto, caráter do orador e emoção dos ouvintes; diferenciação de três retóricas – judicial, deliberativa e epidíctica; concepção de normas básicas de estilo e composição em relação à clareza, aos efeitos de diferentes tipos de linguagem e à metáfora (ARISTÓTELES, 2005).

Entretanto, ao contrário da perspectiva tradicional, a retórica, neste trabalho, é compreendida mais do que como meio de persuasão, mas como uma forma de demonstrar que a forma como um enunciado é dito interfere no seu conteúdo. Para isso, assume-se uma perspectiva moderna, que compreende a retórica como subárea da pragmática, posição defendida por Campos⁴⁵. Segundo Brandão (2004, p.162), “Já se disse que a Pragmática é a Retórica dos antigos. Os antigos retóricos já refletiam sobre as relações existentes entre a linguagem, a lógica (sobretudo argumentativa) e os efeitos do discurso sobre o auditório”. A autora defende que

(...) desde os antigos já se notava, através da retórica — o estudo da força persuasiva do discurso, preocupação com questões relativas à eficácia do discurso e aos contextos em que era produzido. Esta preocupação esteve sempre, embora implicitamente, presente na história da reflexão europeia sobre linguagem que, pode-se dizer, está fundada na dissociação entre o lógico e o retórico. (BRANDÃO, 2004, p. 162)

Modernamente, um dos principais autores que influenciam a compreensão de um estudo a partir de perspectiva retórica é McLuhan (2001), que defende a tese de que o meio, entendido geralmente como um simples canal de passagem do conteúdo, modela e controla a forma como o homem faz associações, sendo determinante para a comunicação. Assim, o meio é a mensagem, ou seja, as formas como as distintas mídias veiculam uma mensagem são diferentes, independentemente do conteúdo que está sendo transmitido. McLuhan (2001[1964]) exemplifica, ainda, que os meios estão interligados, fazendo com que um seja o veículo de outro:

A luz elétrica é informação pura. É algo assim como um meio sem mensagem, a menos que seja usada para explicitar algum anúncio verbal ou algum nome. Este fato, característico de todos os veículos, significa que o “conteúdo” de qualquer meio ou veículo é sempre um outro meio ou veículo. O conteúdo da escrita é a fala,

tonalidade de voz, bem como uso de metáforas. É importante lembrar que o estilo é necessário para a retórica, mas que ele deve funcionar mais como um auxiliar da argumentação do que como uma técnica de floreamento/ornamentação. Além dessas questões, Aristóteles aborda as partes nas quais um discurso pode se dividir: proêmio, tópicos de refutação, narração, prova e demonstração, interrogação e epílogo (sendo que somente a narração e a prova são necessárias).

⁴⁵ A posição de que a Retórica é subárea da Pragmática foi defendida pelo Prof. Dr. Jorge Campos da Costa nas aulas de Pragmática e Retórica, lecionadas no PPGL/PUCRS em 2011/1.

assim como a palavra escrita é o conteúdo da imprensa e a palavra impressa é o conteúdo do telégrafo. Se alguém perguntar “Qual é o conteúdo da fala?”, necessário se torna dizer: “É um processo de pensamento, real, não-verbal em si mesmo.” Uma pintura abstrata representa uma manifestação direta dos processos do pensamento criativo, tais como poderiam comparecer nos desenhos de um computador. Estamos aqui nos referindo, contudo, às conseqüências psicológicas e sociais dos desenhos e padrões, na medida em que ampliam ou aceleram os processos já existentes. Pois a “mensagem” de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas. (McLUHAN, 2001 [1964], p. 21)

Da suposição de que os meios de comunicação interferem no conteúdo, pode-se fazer uma generalização e assumir que a própria forma da linguagem interfere no conteúdo. A ideia de que há uma relação entre forma e conteúdo não é nova, e já vem sendo defendida pela Linguística estruturalista e pela semiologia. Saussure (2000[1916]) concebeu o signo linguístico sendo composto por significado (conceito) e significante (imagem acústica). A dicotomia é retomada por Hjelmslev (1975[1943]), que divide o signo em *expressão* e *conteúdo*, que são compostos, cada um, por uma forma e uma substância. Segundo o autor,

Expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo. Se se pensa sem falar, o pensamento não é um conteúdo lingüístico e não é o funtivo de uma função semiótica. Se se fala sem pensar, produzindo séries de sons sem que aquele que os ouve possa atribuir-lhes um conteúdo, isso será um abracadabra e não uma expressão lingüística, e tampouco será o funtivo de uma função semiótica. Evidentemente, não se deve confundir ausência de conteúdo com ausência de sentido: o conteúdo de uma expressão pode perfeitamente ser caracterizado como desprovido de sentido de um ponto de vista qualquer (por exemplo, o da lógica normativa ou do fisicalismo) sem com isso deixar de ser um conteúdo. (HJELMSLEV, 1975[1943], p. 54)

De acordo com Hjelmslev, o conteúdo linguístico possui uma forma específica – a *forma do conteúdo*, que é independente do sentido (com o qual há uma relação arbitrária) e que se transforma em *substância do conteúdo*. Para exemplificar, pode-se tomar uma mesma expressão em distintas línguas – elas possuem, independente do sentido, formas diferentes, ou seja, o sentido é, a cada estrutura, substância de uma nova forma. Já a expressão linguística também seria composta por uma *forma da expressão* – formada pelos morfemas, fonemas, pela estrutura da forma – e por uma *substância da expressão* – que corresponde às zonas de sentido que as estruturas se encontram. Barthes (2006 [1964]) retoma a divisão de Hjelmslev, afirmando existir:

1) uma substância da expressão: por exemplo, a substância fônica, articulatória, não-funcional, de que se ocupa a Fonética e não a Fonologia; 2) uma forma da expressão, constituída pelas regras paradigmáticas e sintáticas (observaremos que uma mesma forma pode ter duas substâncias diferentes, uma fônica, outra gráfica); 3) uma substância de conteúdo: por exemplo, os aspectos emotivos, ideológicos ou simplesmente nocionais do significado, seu sentido "positivo"; 4) uma forma do conteúdo: a organização formal dos significados entre si, por ausência ou presença de uma marca semântica. (BARTHES, 2006 [1964], p. 43)

Da suposição de que o signo se divide entre expressão e conteúdo (conforme Hjelmslev e Barthes) e de que o meio é a mensagem (conforme McLuhan), pode-se estabelecer um paralelo entre a forma e os benefícios cognitivos da Teoria da Relevância – mais especificamente no que se refere à existência de efeitos emocionais na comunicação.

Para conseguir explicar essa relação, faz-se necessário construir uma interface com outras abordagens, a fim de demonstrar que o mecanismo racional da relevância carrega problemas, por hipótese, cruciais, já que, no processo inferencial, muitas vezes benefícios emocionais e afetivos guiam o processo cognitivo. Ou seja, se na perspectiva da Teoria da Relevância, a relevância ótima é garantida por causa da racionalidade do processo comunicativo humano, não haveria espaço para se assumir benefícios emocionais. Poder-se-ia, no entanto, em uma tentativa de salvar a noção de custo-benefício, afirmar que a própria forma, ou o efeito poético, pode ser considerada um benefício cognitivo, não no sentido de que ela faz com que sejam veiculados um maior número de implicaturas vagas, mas de que pode-se estabelecer uma relação entre a forma do conteúdo e as emoções. De qualquer maneira, é preciso ampliar a noção de benefício, algo que será feito na próxima seção.

3.4 FORMA E BENEFÍCIOS EMOCIONAIS

Para compreender como a forma de uma expressão interfere em seu conteúdo, é necessário assumir que as inferências são multiformes na linguagem natural, que podem ser geradas por fontes lógicas, lexicais, semânticas, pragmáticas, entre outras, segundo Campos (2009). Partindo disso, pode-se buscar uma conexão das inferências com a parte emocional.

Pesquisas neurocientíficas demonstram que uma das principais formas de conexão da linguagem com as emoções se dá, especialmente, através da prosódia. Segundo Damasio (2009[2003], p. 52), “Quanto à linguagem, aquilo que mais conta para as emoções de fundo não são as palavras propriamente ditas nem o seu significado, mas sim a música da voz, as cadências do discurso, a prosódia”. Isso implica que, durante muitas interações sociais

humanas, a prosódia usada para transmitir informações pode ser tão relevante quanto o conteúdo da mensagem em si. Segundo Wildgruber *et al* (2006, p.3):

Estados emocionais, atitudes (por exemplo, simpatia, domínio, polidez) e intenções são, muitas vezes, predominantemente expressas pela modulação do tom de voz (prosódia emocional). Por exemplo, se o chefe de seu departamento vem ao seu redor e fala com uma entonação irritada “Estive lendo seu relatório. Precisamos conversar sobre isso agora”, você certamente terá uma impressão bastante diferente das intenções dele do que se ele produzisse as mesmas sentenças de uma maneira amigável e feliz.⁴⁶

Nesse sentido, da mesma maneira que a prosódia pode transmitir as emoções, a escolha lexical e a forma como se estrutura um enunciado também podem influenciar na percepção das emoções. Considere o exemplo abaixo:

- (11) (a) Maria: O que achou desse vestido?
 (b) Paula: Ah, mais ou menos.
 (c) Paula: Hor-ro-ro-so.
 (d) Paula: O vestido, lindo.
 (e) Paula: Você está uma baleia, nada vai ficar bem.

A escolha lexical de Paula, em cada uma das possíveis respostas, indica que há efeitos extras que precisam ser comunicados, mas que são de ordem emocional, não somente informacional. Em termos de informação, enquanto as respostas (b) e (c) são mais diretas, (d) e (e) abrem espaço para um processamento dos efeitos contextuais. Caso se assuma o arcabouço conceitual da TR, Maria poderia inferir que, em (b) e (c), o tópico da conversa é o vestido, mas que, em (d) e (e), o tópico é Maria e sua aparência. Entretanto, há diferenças no sentido emocional nas possíveis respostas: (d) e (e) são mais agressivas do que (b) e (c). Para avaliar essas diferenças, considere as análises abaixo:

O que achou desse vestido?

(b) Ah, mais ou menos.

S1: Paula achou que o vestido ficou mais ou menos (*pelo dito*).

⁴⁶ Tradução aproximada de: “Emotional states, attitudes (i.g., sympathy, dominance, politeness), and intentions often are predominantly expressed by the modulation of the tone of voice (emotional prosody). For example, if your head of department comes around and says with an angry intonation “I have just been reading your report. We have to talk about it right now” you will certainly get a fairly different impression of his intentions as if he would produce the same sentences in a friendly and happy manner.”

S2: Mais ou menos indica que não ficou tão bom quanto deveria (*por memória enciclopédica*).

Conclusão Implícada: O vestido não ficou bom.

Sentido Emocional: Polidez/Amizade

Partindo da forma como o enunciado foi dito (*mais ou menos*), Paula está sendo educada, não querendo deixar Maria desanimada em relação à possível compra de um vestido. Disso, uma das possíveis emoções de Maria é perceber que Paula está sendo simpática e se importa com os seus sentimentos. É importante notar que, mesmo que Paula não esteja sendo sincera, preferindo não ser direta e afirmar que não gostou do vestido, Maria percebe essa “mentira”, mas, ao mesmo tempo, percebe que a forma evasiva como Paula enuncia carrega um sentido emocional, de que há uma preocupação no que se refere à relação de amizade entre as duas. Segundo Pinker (2008[1997], p.426),

Todos nós fazemos isso, e nossa expectativa é que os outros também façam, mas ao mesmo tempo declaramos desejar afirmações diretas, que as pessoas digam logo o que querem, simples assim. Esse tipo de hipocrisia é universal à humanidade. Nem nas sociedades mais rudes as pessoas saem vomitando o que querem dizer, mas acobertam suas intenções sob várias formas de polidez, evasão e eufemismo.

Entretanto, até mesmo em enunciados em que não há qualquer traço de polidez, evasão ou eufemismo, o sentido emocional pode ser positivo, como pode ser visto a seguir:

O que achou desse vestido?

(c) Hor-ro-ro-so.

S1: Paula achou que o vestido ficou horroroso (*pelo dito*).

Conclusão Implícada: O vestido ficou muito feio.

Sentido Emocional: Sinceridade/Amizade

Apesar de a resposta (b) também ter sido em relação ao vestido, (c) é mais direta, pois Paula não é evasiva, tampouco polida. O sentido emocional também difere-se: enquanto (b) implicava não querer magoar a amiga, (c) poderia implicar estar sendo sincera. É importante notar que as duas alternativas, apesar de diferentes, parecem indicar um fortalecimento da amizade, seja pela polidez e por não querer magoar, seja por dizer a

verdade sobre o que foi perguntado, independente da resposta. A forma como o enunciado foi dito fortalece não só o conteúdo, de que o vestido é horrível, mas também parece fortalecer a sinceridade da resposta.

É importante lembrar que o fato de Maria ter uma resposta emocionalmente positiva ou não ao enunciado não é algo que possa ser comprovado via inferências, já que envolve questões de subjetividade. Poder-se-ia, no entanto, recuperar a resposta emocional caso o diálogo continuasse, como, por exemplo,

(12) Maria: O que achou desse vestido?

Paula: Hor-ro-ro-so.

(a) Maria: Ainda bem que você é sincera.

(b) Maria: Nossa Paula, pra que ser tão grossa?

No exemplo (12), as duas possibilidades de resposta indicam sentidos emocionais atribuídos à resposta de Paula: em (a), estabelece-se uma relação de sinceridade como algo positivo, enquanto em (b), a falta de polidez indica que a impressão emocional do enunciado foi negativa. Nesse último caso, o excesso de sinceridade pode indicar não mais o fortalecimento da amizade, mas problemas em relação às envolvidas.

Esse aspecto demonstra que uma abordagem sobre emoções na comunicação é algo que não é passível de provas concretas, já que emoções parecem ser objetos não-composicionais, em que não se infere sobre informações, mas sobre sentimentos e impressões. Em termos de TR, assumir esses benefícios sobre as emoções implicaria não só mais uma relação de custo-benefício informacionais, mas emocionais também. É problemática a ideia de que os efeitos emocionais são implicaturas vagas, pois, ao que tudo indica, a parte emocional parece se sobrepor à parte informativa. No exemplo (12), a continuidade do diálogo deu-se em relação à parte emocional, e não ao fato de que o vestido estivesse realmente feio. Ou seja, a força do sentido emocional parece ter se sobreposto à interpretação do conteúdo do enunciado.

Para fortalecer esse aspecto, observe a análise de outra possível resposta (11-d):

O que achou desse vestido?

(d) O vestido, lindo.

S1: Paula achou que o vestido ficou lindo (*pelo dito*).

S2: Paula elogiou apenas o vestido.

S3: Se o vestido está bonito, algo está feio. (*pela forma do dito*)

Conclusão Implícada: Eu devo estar feia.

Sentido Emocional: Ofensa

Nesse exemplo, Paula não diz que Maria está feia, mas, ao fazer um elogio ao vestido, deixa subentendido que, se a roupa está bonita, algo não está – o que, no caso, é Maria – inferência esta derivada da estrutura, pois o verbo está elíptico. Deve-se observar que, ao contrário dos exemplos anteriores, enquanto o dito se refere ao vestido, as implicaturas se referem a Maria – algo que é reforçado pela pausa existente entre o sujeito e o predicativo. Observa-se, portanto, a necessidade de se assumir que as inferências são multiformes, conforme argumenta Campos (2009). Sem essa suposição, enfrentam-se dificuldades para explicar como o diálogo refere-se não ao vestido, mas a Maria – inferências essas advindas de fontes prosódicas e sintáticas.

É importante observar que a resposta (d) carrega um componente emocional muito forte, que emerge por causa da forma como o enunciado foi dito. Ao contrário das respostas (b) e (c), (d) é uma forma de agressão ao ouvinte, em que não há preocupações com as relações sociais e laços de amizade. Segundo Wildgruber *et al* (2006), a prosódia (e aqui adicionam-se a escolha e a ordem lexical) serve para comunicar diversos efeitos emocionais, e:

Entre outros, ela é usada para especificar informações linguísticas no nível da palavra (ele *caminha* vs a *caminha*) e no da sentença (questão vs declaração: “Isso é novo?” vs “Isso é novo!”; localização do foco da frase: “ele escreveu essa carta” vs “ele escreveu **essa** carta”) e transmite informações sobre a personalidade do falante, a sua atitude (por exemplo, dominância, submissão, polidez, etc) e estado emocional. (WILDGRUBER, ACKERMANN, KREIFELTS, & ETHOFER, 2006, p. 14).⁴⁷

Ou seja, em relação ao falante, um enunciado pode evidenciar estados emocionais e aspectos de personalidade. Através da linguagem, portanto, consegue-se perceber não só as intenções e as emoções de uma pessoa, mas também a personalidade. Já em relação ao ouvinte, de uma maneira geral, ao se fazer uma análise externa (como é o caso dessa seção),

⁴⁷ Tradução aproximada de: “Among others, it is used to specify linguistic information at the word (*content* vs. *content*) and sentence level (question vs. statement intonation: “It is new?” vs. “It is new!”; location of sentence focus: “he wrote this letter ” vs. “he wrote *this* letter”), and conveys information about a speaker’s personality, attitude (i.e. dominance, submissiveness, politeness etc.) and emotional state.”

as impressões que uma resposta pode gerar não podem ser corroboradas, mas previstas. Assim, prevê-se que a forma como Paula respondeu à pergunta fará com que Maria se sinta ofendida e, até mesmo, que estremeça a amizade. Uma resposta mais extrema será analisada a seguir:

O que achou desse vestido?

(e) Você está uma baleia, nada vai ficar bem.

S1: Paula acha que estou uma baleia. (*pelo dito*)

S2: Baleias são animais grandes e gordos. (*por memória enciclopédica*)

S3: Se eu sou uma baleia, sou gorda.

Conclusão Implícada: Sou gorda, portanto nada ficará bom.

Sentido Emocional: Ofensa/Agressão

Para a TR, a interpretação das metáforas⁴⁸ é igual à interpretação de enunciados literais, sendo a única diferença a veiculação de mais implicaturas vagas. Nesse sentido, o que importa é que a forma do enunciado de Paula fez com que ambas compartilhassem a informação de que Maria está muito gorda e que nenhuma roupa irá servir. Entretanto, o mais interessante nessa resposta é observar a carga emocional, que ainda é mais intensa do que em (d), pois o sentido veiculado é de que se quer fazer uma agressão direta ao ouvinte. Estabelece-se, assim, uma diferença com o exemplo (d), em que a ofensa foi velada, já que ficou no nível do subentendido, do implícado. Parece não haver, nesse momento, qualquer forma de polidez, ou, no sentido trivial, Paula, no mínimo, não foi educada em sua resposta. Pode-se perceber que a parte emocional é relevante para o processo comunicativo, pois, mais importante do que dizer que a pessoa está feia e gorda, a forma (e o uso da metáfora) foi essencial para estabelecer uma impressão extremamente negativa em Maria. Faz-se importante retomar o papel ilustrativo dessa análise, o que implica que poder-se-ia ter outras emoções envolvidas na comunicação. O mais importante é perceber que a forma com que se enuncia acarreta consequências à parte emocional, no que diz respeito, inclusive, às relações sociais.

⁴⁸ Não será assumido, nesse momento, os processos de ampliação e delimitação de conceitos, proposto pelos autores relevantistas para explicar a comunicação. Faz-se importante retomar que, para a TR, a metáfora é compreendida dentro de um *continuum* de usos, em que se assume a mesma relação custo-benefício na comunicação.

De uma maneira geral, percebe-se que os benefícios emocionais, ou o sentido emocional, como coloca Pinker, é muito importante para a comunicação. No entanto, dentro do construto teórico da Teoria da Relevância, por causa da aposta na racionalidade, é difícil explicar os efeitos e as impressões emocionais que decorrem de um enunciado. Precisar-se-ia mexer nos fundamentos e construir soluções *ad hoc*, como assumir benefícios emocionais como sendo não-composicionais e ligados diretamente à forma da expressão. Entretanto, a relação custo-benefício, a mais importante noção para a teoria, perderia força, por que não funcionaria em momentos em que o benefício emocional fosse o mais relevante.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscou-se demonstrar que a forma de uma expressão interfere na parte emocional do diálogo. Para isso ser possível, primeiro assumiu-se a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson, para, em um segundo momento, argumentar, através de uma perspectiva retórica não-tradicional e baseado em algumas pesquisas neurocientíficas incipientes, que propriedades fonológicas, sintáticas e lexicais podem influenciar as emoções. Por fim, demonstrou-se, através de exemplos, a importância de benefícios emocionais na comunicação humana e apresentaram-se os problemas que essa suposição carrega para dentro do construto da TR. Nesse sentido, apesar de a TR demonstrar um forte caráter explanatório a respeito de como funciona a comunicação inferencial, demonstrou-se que o problema da racionalidade afeta o seu arcabouço teórico e que a forma interfere no conteúdo e conecta-se à parte emocional, fazendo com que um enunciado possa carregar inferências do tipo emocional, que não são racionalizadas.

O capítulo buscou apresentar, de maneira geral, que é importante estudar as relações existentes entre a parte emocional e a forma de um enunciado, porque, à medida que se consegue prever as reações das pessoas, é possível construir enunciados mais adequados a diferentes situações, como é o caso da política, da publicidade. Conhecer como a forma pode impactar as emoções é algo extremamente importante para o desenvolvimento de teorias semântico-pragmáticas e retóricas. Essa relação, já trabalhada por artistas, tais como pintores e músicos, precisa ser abordada também em termos de linguagem. Tal estudo, entretanto, só pode ser feito através de uma abordagem interdisciplinar complexa, em que se assumem propriedades multiformes do objeto.

No espírito interdisciplinar, o próximo capítulo busca construir uma nova angulação sobre as relações entre linguagem e emoções, especialmente no que se refere às intenções dos falantes durante o processo comunicativo.

4 DIÁLOGOS: SOBRE INTENÇÕES E EMOÇÕES

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A capacidade de percepção de intenções no processo de comunicação parece algo inato aos seres humanos, em que o significado parece não ser dado apenas pelo que é convencionalmente dito, visto a necessidade de se completar o implícito a fim de recuperar a intenção do falante. Nesse sentido, busca-se, nesse capítulo, argumentar que a comunicação carrega uma cadeia de intenções, buscando reconstituir a lacuna entre o dito e o compreendido. Ao mesmo tempo, devido ao fato de o ser humano estar, a todo momento, experienciando estados emocionais, observa-se a existência de uma estreita ligação entre intenções e emoções, ao passo que, à linguagem, caberia o papel de transmitir as intenções e de estabelecer o jogo comunicativo, a serviço das intenções e das emoções. Para ser possível essa construção, baseia-se o capítulo na Metateoria das Interfaces, de Campos (2007).

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é descrever a relação entre o processo inferencial e a recuperação de intenções e de emoções, o que é feito da seguinte forma: apresenta-se, primeiramente, uma revisão ampla de como teorias semântico-pragmáticas estabelecem a relação entre inferências e intenções. A seguir, recorta-se a abordagem da Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1995) e demonstram-se alguns problemas ao serem inseridos componentes emocionais na comunicação. Após, apresenta-se a Teoria do Diálogo, de Costa (2012), como uma proposta alternativa para explicar a relação entre intenção, emoção e inferências, algo que é ilustrado na última seção.

4.2 COMUNICAÇÃO INFERENCIAL E INTENÇÕES

Partindo da suposição de que as pessoas comunicam-se para conectarem-se e para veicularem intenções e emoções, é incompatível uma visão em que não haja a presença de processos inferenciais. De uma maneira geral, o caminho teórico percorrido pelas teorias semântico-pragmáticas, a partir, principalmente, dos apontamentos de Grice (1957/1975), que buscam explicar o fenômeno da significação na interface linguística-comunicação, parece ter chegado a um momento importante, já que parece estar consolidada a noção de que as inferências são essenciais para a explicação de como ocorre o processo comunicativo. Voltar

a pensar a comunicação natural como apenas guiada por um modelo de codificação e decodificação parece ser algo não aplicável à Linguagem Natural, apesar de não se estar negando que, em uma interface formal-computacional, o modelo ainda é válido. O modelo inferencial de comunicação, ainda que precise de mais descrições e explicações, parece ser aceito como a melhor hipótese entre os linguistas. Entretanto, alguns problemas ainda residem na descrição da comunicação inferencial, como uma explicação de como se articulam inferências e intenções.

Grice (1975) constrói sua teoria baseada na ideia de que a significação envolve o significado do falante e, principalmente, a intenção do falante. Segundo o teórico, aquilo que se quer significar por um enunciado x é equivalente a “o falante F pretende que o enunciado x produza algum efeito em uma audiência através do reconhecimento de sua intenção⁴⁹” (GRICE, 1957, p.220). O alicerce do ato comunicativo estaria, assim, calcado no reconhecimento das intenções do falante, o que, segundo o autor, poderia ser observado quando, ao não entender o que F significa com determinado enunciado, pergunta-se a respeito de que efeitos F pretendia alcançar com seu enunciado.

No entanto, após algumas críticas em relação à descrição entre significado e intenção, Grice (1969) reformula o conceito a partir das noções de significado natural (convencional) e não natural (dependente das intenções) e aponta a existência de três sub-intenções envolvidas no processo comunicativo. Para o autor (1969, p.92), “ F significa ao enunciar x ’ é verdadeira se, e somente se, para alguma audiência A , F enunciou x com a intenção de que:

- (1) A produza uma resposta particular r ;
- (2) A reconheça que F teve a intenção (1);
- (3) A satisfaça (1) com base em (2).”

Assim concebidas, as intenções comunicativas propostas por Grice têm a característica de serem orientadas para o reconhecimento das intenções pelo ouvinte, o que consistiria em uma comunicação satisfatória, em que, segundo Levinson (2007 [1983], p. 19), “a comunicação é um tipo complexo de intenção, que é realizada ou satisfeita simplesmente por ser reconhecida”.

A reformulação griceana deu luz a um debate sobre a definição de intenções comunicativas, principalmente em relação ao tipo de resposta que um enunciado causa em uma determinada audiência. Searle (1969, p. 47) argumenta, na perspectiva da Teoria dos

⁴⁹ Tradução aproximada de: “A meant something by x ” is (roughly) equivalent to “A intended the utterance of x to produce some effect in an audience by means of the recognition of this intention.”

Atos de Fala, que “o ‘efeito’ sobre o ouvinte não é uma crença ou uma resposta, ele consiste simplesmente em o ouvinte compreender o enunciado do falante”⁵⁰. Ou seja, o que se espera é que o ouvinte reconheça o enunciado, o que seria suficiente para recuperar a intenção comunicativa do falante. Levinson (2007 [1983], p. 20), por sua vez, coloca que uma questão importante é

como essa complexa intenção comunicativa reflexiva deve ser reconhecida pelo receptor. Certamente poderíamos dizer que ela só pode ser reconhecida pelo conhecimento de alguma convenção de que F significa z; mas, nesse caso podemos deixar de falar em intenções complexas e construir uma descrição da comunicação baseada diretamente na noção de sinal convencional. Isso, porém, elimina o *insight* essencial de Grice, isto é, aquilo que o falante pretende (significar) com E não tem necessariamente nenhuma relação íntima com o significado de E.

Strawson (1964, p. 446), por sua vez, afirma que Grice foi correto ao substituir a palavra *efeito* por *resposta*, visto que ela é mais conveniente para descrever a relação entre significação e intenção, embora ainda não seja a ideal, pois deveria cobrir uma série de estados cognitivos e afetivos, bem como atitudes e ações. Segundo Korta & Perry (2011), a formulação exata da definição de ‘efeitos’ não é consensual, pois há teóricos que defendem uma definição reflexiva (auto-referencial), enquanto outros postulam uma definição baseada em um número infinito de regras, com argumentos lógicos, psicológicos, ou conceituais.

Dentro da perspectiva de que efeito deve ser restringido por argumentos psicológicos está a proposta de Sperber & Wilson (1995), que apostam na relação custo-benefício. Os autores, ao contrário de assumir a noção griceana de intenção, reconstroem a relação e apostam em dois tipos de intenções: a informativa e a comunicativa. A proposta da Teoria da Relevância⁵¹ para explicar como as intenções funcionam na comunicação parte da ideia de que, em psicologia, é problemático falar que uma intenção comunicativa induz pensamentos específicos em uma audiência. SW sugerem que uma melhor explicação é assumir que a intenção modifica o ambiente cognitivo da audiência. Ou seja, um falante, ao produzir um enunciado, teria algum controle sobre os efeitos que poderia causar no ambiente cognitivo do ouvinte, mas não sobre seus pensamentos, como assumem problemáticamente algumas teorias pragmáticas. Para tal, SW propõem uma reformulação da noção de intenção para a seguinte – um falante produz um estímulo com a intenção de:

⁵⁰ Tradução aproximada de: “In the case of illocutionary acts we succeed in doing what we are trying to do by getting our audience to recognize what we are trying to do. But the ‘effect’ on the hearer is not a belief or a response, it consists simply in the hearer understanding the utterance of the speaker.”

⁵¹ Para maiores detalhes sobre a Teoria da Relevância, observar o capítulo 3.

- intenção informativa: fazer manifesto ou mais manifesto para uma audiência um conjunto de suposições I. (SPERBER & WILSON, 1995, p. 58)⁵²

Nesse sentido, SW assumem intenção como um estado psicológico, cujo conteúdo deve ser mentalmente representado. O falante terá em mente, assim, o conjunto de suposições I que ele pretende tornar manifesto ou mais manifesto à audiência. Um eventual problema para a proposta de SW é que essa descrição é uma aposta extremamente forte em um processo racional e consciente. Ou seja, antes que qualquer coisa seja dita, o falante já teria que saber qual o conjunto de suposições que gostaria de comunicar. Isso parece levar a um grande custo cognitivo, pois haveria a necessidade de já se saber previamente o que se quer comunicar. Como ficaria tal noção em um diálogo mais longo, em que as intenções mudam de acordo com o que vai sendo estabelecido durante a comunicação?

Outro problema parece estar relacionado à explicação de comunicações não-proposicionais, como as não-verbais, em que os autores afirmam que impressões (por exemplo, quando x inspira o ar marítimo, dando a entender que gosta desse momento, que lembra de quando era jovem, etc.) são modificações no ambiente cognitivo causadas por pequenas alterações de suposições mutuamente manifestas – o que significa que tais suposições teriam grau de manifestabilidade menor que as comunicadas verbalmente, mas que seriam explicadas dentro do modelo teórico (SPERBER & WILSON, 1995, p. 57). O que parece estranho é que, apesar de perceberem que impressões e emoções podem ser comunicadas, eles não as assumem como objetos sólidos para pesquisa, nem há maiores explicações a respeito de como as inferências atuam sobre tais objetos. Se são objetos não-proposicionais, não há necessariamente uma mediação linguística, o que levaria a ter que admitir formas não-composicionais e não-rationais na teoria.

Parece haver, dentro da própria descrição teórica, uma certa contradição, visto que, no início da obra *Relevance*, os autores delimitam sua abordagem à comunicação de pensamentos (representações conceptuais), asserções (pensamentos tratados pelo indivíduo como representações atuais do mundo) ou informações (SPERBER & WILSON, 1995, p. 2), independentes de serem verdadeiras ou falsas. É importante observar que, ao fazer esse recorte do objeto, os autores afirmam que não irão analisar representações sensoriais, estados emocionais, desejos, ficções. Ou seja, SW assumem, radicalmente, uma abordagem racional

⁵² Tradução aproximada de: “to make manifest or more manifest to the audience a set of assumptions I.”

da comunicação e, apesar de se contradizerem, explicam muito superficialmente a questão de emoções e impressões em seu construto teórico.

SW, no entanto, não ficam restritos apenas à noção de intenção informativa, mas introduzem uma reformulação de intenção comunicativa, em que a ostensão se daria por produzir certo estímulo com o objetivo de realizar a intenção informativa, em que se pretende:

- intenção comunicativa: tornar mutuamente manifesto para a audiência e o comunicador que o comunicador tem essa intenção informativa⁵³. (SPERBER & WILSON, 1995, p. 61)

Os autores, assim, questionam-se por quais motivos uma pessoa se envolveria em uma comunicação ostensiva. A resposta estaria presente em uma versão estendida da apresentada por Grice: muitas vezes, a melhor forma de fazer a intenção informativa ser conhecida é através de sua realização (comunicação), mesmo que, algumas vezes, evidências diretas sejam suficientes para a recuperação da intenção. Outra razão para a comunicação ostensiva se encontraria no fato de que uma informação altera apenas a ambiente cognitivo da audiência, enquanto a comunicação altera o ambiente cognitivo mutuamente manifesto (comunicador/audiência).

Para explicitar a necessidade de assumir uma comunicação ostensiva mutuamente manifesta, SW apresentam um exemplo envolvendo um casal (Pedro e Maria) e um secador de cabelos quebrado (SPERBER & WILSON, 1995, p. 62). Maria resolve deixar os pedaços do secador em cima da cama para que Pedro conserte-o. No entanto, ela não diz para Pedro que quer que ele arrume, ou seja, Maria não deixa essa intenção comunicativa mutuamente manifesta. O mais interessante no exemplo dos autores é a explicação dada e os motivos pelos quais Maria não se engajou em uma comunicação ostensiva: Maria tinha medo de ter suas expectativas frustradas caso Pedro não consertasse o secador. A escolha por não deixar mutuamente manifesto teria duas consequências: caso Pedro consertasse, ele seria gentil; caso não consertasse, a não-ação estaria justificada por Maria não ter deixada clara sua intenção, o que faria dele estúpido, mas não insensível.

Apesar de não assumirem a importância das emoções no processo comunicativo, SW acabam dando um exemplo claro em que o benefício emocional supera qualquer benefício racional. Maria, racionalmente, iria querer que seu secador fosse consertado, mas como não

⁵³ Tradução aproximada de: “To make it mutually manifest to audience and communicator that the communicator has this informative intention”.

tinha certeza de que Pedro o faria, resolveu evitar um constrangimento, e até mesmo uma discussão emocional. Como explicar essa interferência da emoção no processo inferencial, será que apenas por implicações puramente sociais? Mais uma vez, os próprios autores trazem para dentro de sua teoria questões que por ela não podem ser resolvidas. Além disso, parece que não são apenas intenções comunicativas e informativas que estão presentes na comunicação, mas parece que há um conjunto muito maior de processos intencionais que não são abordados com clareza e objetividade por teorias pragmáticas.

O exemplo do secador problematiza a teoria ao trazer para o jogo comunicativo as emoções, pois, se na perspectiva da Teoria da Relevância, a relevância ótima é garantida por causa da racionalidade do processo comunicativo humano, assumir a possibilidade de existirem benefícios emocionais torna a teoria trivial, o que é um problema em termos científicos (COSTA, 2005).

Além disso, a interferência das emoções na comunicação não pode ser abordada via teorias informativas, pois estas não abordam conversas “vazias”. De uma maneira geral, o que as pessoas estão sentindo interfere tanto no modo como compreendem um enunciado como no modo como o produzem⁵⁴. Observe o seguinte enunciado, dito por João para sua namorada Maria: *Você vai sair vestida assim?* Considere que, em um momento X, Maria perceba que a intenção de João é mostrar ciúmes. Qual seria a interpretação dela para o enunciado? Para poder responder a pergunta, é necessário que a hipótese levantada seja relacionada ao ciúme. Suponha que Maria desenvolva um cálculo dedutivo não-trivial em relação às palavras de João, formando um conjunto de premissas que levam a uma conclusão⁵⁵.

Premissas: João acha que minha blusa é muito decotada.

Essa blusa vai chamar a atenção de outros homens.

Conclusão 1 (emocional): *João está com ciúmes.*

2 (informativa): João não quer que eu chame atenção.

Suponha agora, que em uma situação Y, Maria perceba que a intenção de João é mostrar que a acha bonita e que está apaixonado, e, ao ouvir o enunciado, o cálculo inferencial seja:

⁵⁴ Como pode ser visto nos capítulos 3 e 4.

⁵⁵ Para maiores aprofundamentos sobre a forma como uma conclusão pode ser alterada devido ao estado emocional e às palavras de emoção, observar o capítulo 1 deste trabalho.

Premissas: João acha que minha blusa é bonita.

Quem faz elogios demonstra gostar da pessoa.

Conclusão: João gosta de mim e acha que sou bonita.

Como explicar que em X e em Y, tendo como base o mesmo enunciado, o processo inferencial possa ser diferente? Como explicar que, em X, a informação mais relevante para o enunciado é que João está com ciúmes, e que, em Y, fazer elogios é demonstrar que ele está apaixonado? Obviamente, inferências de outras formas ajudariam Maria a perceber a intenção do João, como propriedades fonológicas e prosódicas. De qualquer maneira, as respostas para as perguntas acima só podem ser respondidas no momento em que se assume que as emoções influenciam e interferem na construção da interpretação.

Como compatibilizar, portanto, emoções e intenções no processo comunicativo inferencial? Para o construto teórico da Teoria da Relevância, a diferenciação entre intenção comunicativa e informativa é essencial, visto que, se a intenção informativa não é corretamente reconhecida, a comunicação falha. Entretanto, ao apostar que o processo comunicativo é estruturado em termos de relevância, enquanto custo-benefício, a Teoria da Relevância parece falhar ao explicar intenções que dependem de um contexto, ou até mesmo de intenções emocionais.

Para explicar a comunicação, seria necessário construir um novo quadro teórico, que ampliaria o conceito de *intenção*. Não mais se poderia ficar preso ao sentido tradicional de nível linguístico, ou seja, de aceitar que se comunica a intenção de se querer falar sobre algo. A ideia griceana, amplamente aceita pelos pragmáticos, de que, para compreender um enunciado é preciso reconhecer a intenção do falante, teria de ser reconstruída dentro de uma nova perspectiva, para evitar uma possível trivialidade do conceito. Nesse sentido, busca-se, na próxima seção, apresentar uma proposta alternativa, a Teoria do Diálogo, de Costa (2012), que parece mais adequada a descrever a linguagem em uma interface linguística-comunicativa-cognitiva.

4.3 DIÁLOGOS EM COMUNICAÇÃO

Um dos primeiros movimentos necessários para o estabelecimento da Teoria do Diálogo (doravante TD) de Costa (2012) é a construção das interfaces internas – Semântica e Pragmática – e externas – Linguística, Comunicação e Cognição. Somente a partir dessa

perspectiva se constrói o objeto teórico: o diálogo. Essa mudança de objeto traz consequências interessantes para a pragmática, visto que, até o momento, parece ter fugido às explicações das teorias de que a comunicação, de maneira geral, ocorre através de diálogos complexos, envolvendo intenções e inferências multiformes, que podem ser geradas por diversas fontes (lógicas, lexicais, semânticas, pragmáticas).

De uma maneira geral, as teorias neo-griceanas pressupõem a comunicação humana através de diálogos, apesar de não o assumirem como objeto. Os teóricos falam em participantes, interlocutores, ouvintes e falantes, exemplificando suas abordagens através de diálogos. Grice (1975, p.26), por exemplo, afirma que “nossas trocas conversacionais não consistem normalmente em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fosse”⁵⁶. Ele afirma, através de seu Princípio de Cooperação, que há necessidade de os participantes obedecerem às máximas e às submáximas, para que a comunicação – e diálogo – seja possível.

Levinson (2007 [1983], p. 361), por sua vez, utiliza o termo conversação, que se define como “aquele tipo conhecido e predominante de fala em que dois ou mais participantes se alternam livremente, e que geralmente ocorre fora de contextos institucionais específicos”. O autor, apesar de concentrar sua pesquisa nas implicaturas conversacionais generalizadas, coloca a necessidade de participantes engajarem-se em diálogos e, conseqüentemente, compreenderem implicaturas. Já Sperber & Wilson (1995, p.63) assumem a comunicação humana como ostensiva-inferencial – ostensiva por parte do falante e inferencial por parte do ouvinte. SW também não assumem o diálogo como objeto de estudo, mas pressupõem sua existência para a comunicação ocorrer.

Além de teóricos semântico-pragmáticos, outros autores abordam o diálogo de forma interdisciplinar. Walton (2007), por exemplo, constrói uma teoria dialógica baseado na lógica informal, em que há a possibilidade de se avaliarem os argumentos que são utilizados. Para esse autor, o diálogo é algo convencional, definido como uma atividade entre dois falantes, que podem ter diferentes objetivos. Os tipos de diálogo podem ser caracterizados pelo tipo de comprometimento dos participantes, pelo modo de iniciá-lo, pelo objetivo dialógico. (WALTON & KRABBE, 1995). Bohm, Factor & Garret (1991), por sua vez, apresentam uma perspectiva mais social do diálogo, que se caracteriza por ser um momento em que

⁵⁶ Tradução de: “Our talk exchanges do not normally consist of a succession of disconnected remarks, and would not be rational if they did”.

um grupo de pessoas pode explorar os pressupostos individuais e coletivos, ideias, crenças e sentimentos, que, sutilmente, controlam suas interações. Ele fornece uma oportunidade de participar de um processo que tem sucessos e fracassos de comunicação. Pode revelar os padrões muitas vezes enigmáticos de incoerência que levam o grupo a evitar certos assuntos, ou, por outro lado, a insistir, contra toda a racionalidade, na defesa de opiniões sobre questões específicas. (BOHM, FACTER, & GARRET, 1991)⁵⁷

A TD assume a importância do diálogo na comunicação e baseia-se em fundamentos interdisciplinares. Ao fazer esse movimento, caracteriza-se como uma construção teórica alternativa aos modelos semântico-pragmáticos anteriores, pretendendo ser mais resistente a possíveis contraexemplos em relação à abordagem de emoções, intenções e inferências.

O construto teórico da TD assume como unidade básica da comunicação social o diálogo, cuja estrutura elementar é o diálogo simétrico bilateral, envolvendo interlocutores como falantes e ouvintes alternadamente. É preciso observar que Costa (2012) considera essa a estrutura básica do diálogo, mas esse pode se dar entre duas ou mais pessoas, presencial ou virtualmente, em tempo real ou não, por linguagem verbal ou gestual, simétrica ou assimetricamente, etc. O que vale ressaltar é que as considerações feitas para a estrutura básica podem ser estendidas a todas as variações de diálogo⁵⁸, o que torna a TD uma proposta inscrita em uma teoria geral da comunicação, que poderá estar em interface com inúmeras áreas, como as ciências sociais, formais e cognitivas.

Segundo Costa (2012, p.4), a escolha desse objeto teórico ocorre, em um primeiro momento, devido ao fato de, aparentemente, ele estar presente em todo processo de construção de conhecimento entre alunos e professores, bem como na base de decisões judiciais, políticas, bélicas, profissionais e até matrimoniais. Além disso, os diálogos argumentativos estão presentes na sociedade humana desde a cultura clássica, a partir dos diálogos de Platão, constituindo-se na forma mais intensa de interatividade humana. Entretanto, não se pode concluir, a partir da variedade de ocasiões em que ocorre, que o diálogo seja um objeto trivial, pois ele envolve complexidades lexicais, semânticas e

⁵⁷ Tradução aproximada de: a group of people can explore the individual and collective presuppositions, ideas, beliefs, and feelings that subtly control their interactions. It provides an opportunity to participate in a process that displays communication successes and failures. It can reveal the often puzzling patterns of incoherence that lead the group to avoid certain issues or, on the other hand, to insist, against all reason, on standing and defending opinions about particular issues (BOHM, FACTER, & GARRET, 1991)”

⁵⁸ Costa (2012) constrói um paralelo com a teoria chomskiana, ao afirmar que a ideia de que o diálogo possa ter uma estrutura universal é análoga à ideia de que as variações das mais diversas línguas possa ter uma gramática universal (pressuposto de Chomsky). Assim, assumindo o exemplo de Chomsky, se um marciano fosse a todas as partes do planeta e observasse todas as línguas, diriam que elas seriam uma só, em variação. Mas, no caso da Teoria do Diálogo, o marciano, se observasse a interface cognição e comunicação, assumiria que o diálogo, com suas variações, é uma propriedade da comunicação humana. Costa demonstra que não é difícil perceber as variações existentes do diálogo, mas que seria necessário descrever a sua estrutura universal.

pragmáticas, dirigidas pelas intenções dos interlocutores em vários graus de significação. Segundo Campos (2010),

Trata-se de um verdadeiro jogo em que a vitória é a persuasão de uma pessoa, um grupo, ou uma massa inteira. [...] Da pólis grega às megalópoles de hoje, os debates representam, ainda, o preâmbulo das grandes decisões. Os diálogos são, quase sempre, as alavancas racionais e emocionais que determinam a vitória deste ou daquele candidato numa retórica de poder altamente eficiente.

O caráter praticamente onipresente do diálogo faz com que Costa (2012) levante alguns princípios assumidos como suposições, hipóteses abduativas (ao contrário de modelos cognitivos que fazem propostas afirmativas, do tipo, há propriedades inatas da linguagem⁵⁹). Uma das hipóteses assumidas pelo autor é a de que há uma tendência inata para a conectividade não trivial, anterior a qualquer outro princípio, como o da relevância, de SW. Isso significa que se está supondo que a conexão comunicativa, é uma propriedade cognitiva do cérebro/mente. Segundo Costa (2004), a tendência humana para a conectividade seria uma propriedade própria dos animais em geral, pois:

Seria estranho supor que o ser humano fosse dotado de uma capacidade inata para a linguagem, como assume Chomsky, sem que também tivesse uma natural vocação para o compartilhamento de tal linguagem. Da mesma forma, seria estranho que outras formas variadas de comunicação natural aparecessem entre animais e que a forma humana não tivesse uma base cognitiva para isso, caracterizando-se toda a organização social da linguagem como puramente contingente e fortuita na evolução. Por Não-Trivial deveria entender-se a propriedade de ser uma conexão não apenas mecânica, mas interativa e criativa. Nesse sentido, a primeira expressão de tal princípio é o de que ele se expressa através de uma linguagem especial, humana, e a segunda é que ele representa, de maneira geral, compromissos informativos não redundantes. (COSTA J. C., 2004, p. 13)

É importante perceber o passo que Costa dá para reconhecer que, para a comunicação humana ser possível, é preciso que, antes, haja uma conexão. Ao mesmo tempo, ao assumir a comunicação humana dentro de um processo evolutivo isomórfico ao do mundo animal, o autor coloca a teoria em uma posição privilegiada no atual quadro teórico interdisciplinar. Qualquer arquitetura conceitual que não explique como a comunicação humana é isomórfica à comunicação animal corre o risco de poder ser implodida em seus fundamentos, pois vai contra o evolucionismo darwiniano. A suposição assumida pela TD de conectividade não-trivial coloca, segundo o autor, o diálogo como a aproximação natural comunicativa, e que, qualquer comunicação relevante (uma referência ao texto da TR) só

⁵⁹ Tal escolha metodológica é feita para que se evitem longos debates, como, por exemplo, o da teoria chomskiana (a faculdade da linguagem é inata ou adquirida?).

pode ocorrer depois de uma conexão natural. Esse posicionamento é essencial para explicar o papel das emoções na comunicação, visto que, de uma maneira geral, as emoções parecem estar ligadas ao fato de que as pessoas querem se conectar não só pela conexão, mas para estabelecer ou fortalecer qualquer que seja o vínculo afetivo.

Da suposição de que o diálogo é a aproximação natural comunicativa, segue-se uma necessária descrição do conteúdo significativo do objeto, construído na interface linguística-comunicação-cognição. Costa (2012) descreve quatro níveis diferentes e articulados entre si:

- O Dito Explícito;
- O Dito Implícito;
- O Intencional;
- O Inferencial.

Em relação aos dois primeiros níveis, Campos (2012) afirma que eles expressam uma divisão entre o que está sendo enunciado em dito explícito, o que está literalmente expresso no enunciado, e dito implícito, que consistiria em uma afirmação não-expressa, mas assumida como expressa pelos interlocutores. O dito explícito seria mais econômico do que o implícito, pois este é pressuposto pelo contexto. Por exemplo, dado um diálogo entre dois participantes, que estão em Porto Alegre e conversam no dia 15 de junho de 2011, às 16h, a frase *Cheguei aqui hoje faz duas horas* corresponderia ao dito explícito, enquanto o dito implícito seria *‘Eu, a pessoa que fala, cheguei aqui, na cidade em que estamos, no dia 15 de junho de 2011, às 14h’*. O dito implícito não seria inferido pragmática, mas semanticamente, ao contrário da proposta de SW, que propõem que o nível intermediário entre o nível explícito e implícito, a explicatura, ocorre por inferências pragmáticas⁶⁰.

Costa (2012) sustenta um princípio de inferências semânticas no dito implícito através de condições de veracidade. Dessa maneira, o argumento de que faltariam condições pragmáticas para identificar quem ‘eu’, ‘aqui’ e ‘hoje’ não se sustentaria, visto que, em situações comunicacionais/dialógicas, não seria necessário identificar uma proposição como verdadeira ou falsa, como na interface com a lógica, mas apenas como veraz ou não. Nesse sentido, condições de veracidade seriam entendidas em termos de: (a) consistência: ‘Vamos boa arborizar interessante’ ilustraria a falta de condições de boa formação sintática; (b)

⁶⁰ A proposta de Costa (2012) difere das demais abordagens semântico-pragmáticas, que apostam, por exemplo, em implicaturas e explicaturas, como é o caso da Teoria da Relevância. Para maiores detalhes sobre a discussão, observar o capítulo 4.

sentido: ‘O papel está e não está em Marte’ ilustraria a falta de condições semânticas; (c) adequação: ‘João caiu no mar, morreu e foi caminhando’ ilustraria a falta de condições pragmáticas. (COSTA, 2012).

Nesse construto teórico, os ouvintes conseguiriam recuperar as intenções do falante articulando níveis semânticos e pragmáticos de inferências multiformes. Ou seja, o processo inferencial é

modelado para a abordagem da linguagem natural com outras características determinadas por convenções e contextos particulares na interface com a Pragmática. Nessa perspectiva, não se assume inferência monotônica nessa interface. Toda inferência é cancelável, pela própria natureza necessariamente flexível da linguagem para comunicação. (COSTA, 2004, p. 14)

Por exemplo, ‘*meus avós moram em Gramado*’ acarreta semanticamente *tenho avós*, mas, devido à flexibilidade e à ambiguidade da linguagem natural em interface com a comunicação, nada impediria que se dissesse ‘*tenho e não tenho avós*’, implicando que os avós são pais de seu padrasto, não são avós naturais. O que diferencia inferências semânticas e pragmáticas é que a primeira depende de convenções gerais, enquanto a segunda necessita de um contexto particular.

Além de dito implícito e dito explícito, ainda é necessário abordar os dois outros níveis, mais relevantes para este estudo – intenção e inferência –, em que se tentará responder à questão que não foi possível abordar via Teoria da Relevância: como explicar a interferência da emoção nas intenções e no processo inferencial?

Antes de abordar esse aspecto, é preciso colocar que, nessa abordagem, inferência designa um processo que leva de premissas à conclusão, em que se articulam níveis lógicos, comunicativos e cognitivos. Representa-se o processo inferencial a partir de um cálculo lógico não-trivial, tal qual sugerem Sperber & Wilson (1995), que se combina com o contexto⁶¹ para derivar conclusões válidas, que não são passíveis de prova mas podem ser confirmadas pela força das premissas. Assume-se, portanto, o processamento da inferência

⁶¹ Assume-se a noção de contexto tal qual faz Costa (2008, p.108): “Diante do exposto, preferimos, com Gazdar (1979), Bar-Hillel (1954) e com Sperber e Wilson (1982), optar por um conceito de contexto que possua as seguintes propriedades: (a) Ser uma função de um par ordenado com a sentença, uma vez que é nessa relação que ele deve ser considerado, ou seja, na análise pragmática do enunciado. (b) Ser parcialmente conhecimento mútuo, caso contrário não será possível nova informação. (c) Ser um conjunto de proposições formado, portanto, de entidades representáveis linguisticamente.”

nos moldes da Teoria da Relevância, apesar de haver diferenças no que diz respeito às noções de explicatura e da própria relação custo-benefício.⁶²

Para explicar como intenções, complexamente articuladas, dirigem o processo comunicativo, Costa (2012) descreve uma série de características a serem consideradas:

- (a) as intenções dirigem o dito e o inferido;
- (b) a inferência pode explicitar ou não as intenções;
- (c) as inferências podem ser canceladas para proteger as intenções;
- (d) as intenções são consistentes com as emoções.

Sustenta-se, assim, a noção de que não são apenas intenções comunicativas e informativas que estão presentes no processo comunicativo, mas que há um conjunto muito maior de processos intencionais envolvendo emoções que não são abordados com clareza por teorias pragmáticas tradicionais. Nesse sentido, a TD constrói um novo quadro teórico para ampliar o conceito de *intenção*, em que não mais se ficaria preso ao sentido tradicional de nível linguístico, ou seja, de aceitar que se comunica somente a intenção de se querer falar sobre algo. A ideia griceana, amplamente aceita pelos pragmáticos, de que para compreender um enunciado é preciso reconhecer a intenção dos falantes, é reconstruída dentro de uma nova perspectiva, a fim de evitar uma possível trivialidade do conceito.

É importante esclarecer que, apesar de a TD abordar as intenções em termos de linguagem natural, não se pode deixar de ter em mente que as intenções parecem não necessitar de linguagem para existirem. Essa suposição serve para alinhar a teoria à noção evolucionista de Darwin, pois deixar de reconhecer que a intenção também é uma característica inata aos animais (que não possuem linguagem no mesmo sentido humano) é romper com a evolução e, conseqüentemente, deixar o homem em uma posição isolada à do mundo animal. Da mesma forma, parece que a capacidade de inferir também é algo inato ao homem e ao animal, não necessariamente ligada à faculdade da linguagem. Considere, por exemplo, um cachorro latindo porque está sozinho em casa. Poder-se-ia supor que, se ele estava se sentindo carente e tinha a intenção de verificar se havia alguém em casa, inferiu que precisava latir. Outro exemplo que pode demonstrar tal relação é o de um bebê que, quando está com medo, chora com a intenção de que a mãe lhe dê atenção. Para isso, o bebê inferiu

⁶² Para maiores informações sobre como se dá o processamento inferencial na Teoria da Relevância, observar o capítulo 3.

que, para demonstrar que estava com medo, precisava chorar; e a mãe inferiu a intenção do bebê – demonstrar que estava com medo, sem que palavras fossem pronunciadas

Caso se negue o fato de intenção e inferência serem compartilhados pelos integrantes do mundo animal, não haveria como explicar os casos acima. Na verdade, parece que, antes de qualquer princípio comunicativo, homens e animais têm uma tendência inata para a conexão e para a inferência. Costa (2012) assume o Princípio da Conectividade, que

consiste numa hipótese abdutiva assumida de que os seres humanos tendem a uma conexão cognitiva de base inata para formar redes comunicativas de preservação de sistemas informativos, análogas às redes neuronais de preservação genética. Tal princípio representa o suporte cognitivo que se enraíza em duas direções, a físico-químico-biológica, que dá conta da natureza da espécie humana no mundo animal e a comunicativo-cultural, que dá conta da espécie humana no mundo social. Não assumir tal princípio, na primeira direção, significa não fundamentar a comunicação humana na base do mundo natural, em que os animais também se comunicam de maneira etologicamente semelhante, e não assumi-lo, na segunda direção, é não reconhecer propriedades cognitivas especiais dos humanos na constituição de comunidades diferenciadas de conhecimento. (COSTA J. C., 2012, p. 9)

Ou seja, a comunicação seria um produto da necessidade de se conectar e da capacidade de inferir intenções e emoções. A TD, portanto, está em consenso com o mundo natural, ao contrário de outras teorias comunicativas, como a Teoria da Relevância, por exemplo, que só se compromete com a comunicação quando há um certo grau de consciência em relação à intenção do falante de se dirigir ao ouvinte.

Nesse sentido, a TD não trabalha com graus de consciência, pois assumir a noção de consciência implica assumir a comunicação como racional, em que se conhecem os custos e os benefícios dos *inputs* envolvidos no processo comunicativo. Para demonstrar esse problema, considere-se um paradoxo da racionalidade: querer mas não querer, como, por exemplo, uma pessoa que bateu o carro de outra não quer lhe contar – ela tem uma intenção, mas não consegue realizá-la pois está sob efeito de um estado emocional. Como explicar o paradoxo em termos de custo-benefício, se a emoção é uma propriedade não racional e, muitas vezes, não opera em nível consciente? Para explicar a influência da emoção, a TD articula essa propriedade diretamente com as intenções, ou seja, a capacidade de reconhecer as emoções ocorre a partir do momento em que se inferem as intenções. No caso do paradoxo apresentado acima, a intenção primeira da pessoa é contar o fato, e a segunda é a de não magoar o outro. Ou seja, as duas intenções irão guiar o dito, e a forma como o enunciado será expressado fará com que o ouvinte reconheça a intenção 1 e a intenção 2.

É importante observar que é preciso construir uma cadeia de intenções, em que a segunda depende do reconhecimento da primeira, e assim sucessivamente. Nessa perspectiva,

a intenção não é única, mas construída durante o diálogo. Há, assim, uma intenção primeira que será seguida por outras intenções, construídas durante o diálogo. É possível, nesse sentido, fazer um paralelo com o processo de encadeamento de implicaturas, em que demonstra-se que uma implicatura y só pode ser inferida caso x tenha sido inferida antes. Para compreender a noção de encadeamento, Costa (2008) explica que,

Num processo de encadeamento de implicaturas em que (Q1), (Q2) e (Q3) fazem parte da produção de (Q4), por exemplo, não importa se, na verdade, o eleitor efetua o cálculo na seqüência em que o apresentamos. O importante é caracterizar um modelo de implicaturas encadeadas, em que as primeiras inferências apreendidas passam a fazer parte do contexto C para a apreensão de outras, de tal maneira que sem as anteriores não seria possível inferir as posteriores. Isso permite esclarecer a natureza de inferências em linguagem natural que dependem não só de premissas dadas como no cálculo dedutivo, mas de inferências anteriores que são supostas como realizadas, uma vez que foram autorizadas pelo remetente. Em outras palavras: se uma implicatura é produzida por (B) para que (A) a apreenda sob pena de não compreender a relevância de (E), parece lógico que (B), a partir daí, conte como conhecimento compartilhado essa implicatura e pretenda que (A), levando-a em consideração, pelo mesmo raciocínio de relevância anterior, infira outras. (COSTA J. C., 2008, p. 118)

Em um processo semelhante, as implicaturas levariam ao reconhecimento das intenções, que, durante o diálogo, seriam também encadeadas. Para exemplificar tais relações, segue-se, na seção abaixo, um exemplo ilustrativo, que busca esclarecer de que forma se constroem as cadeias de intenções e sua relação com as emoções.

4.4 O QUE VOCÊ VAI FAZER HOJE? – EXEMPLO ILUSTRATIVO

A fim de exemplificar a ligação entre intenção, inferências e emoções, considere o exemplo abaixo, um possível diálogo entre Maria e João.

Contexto: Um casal de namorados. Maria está arrumada para sair e João está deitado no sofá, debaixo de um cobertor.

Maria: (A) João, o que tu vais fazer hoje?

João: (B) Vou ver um filme.

Maria: (C) Eu vou sair com o pessoal do trabalho. Não queres ir junto? Tu sempre vais...

João: (D) Não. Depois conversamos.

Suponha que o resultado de tal diálogo seja Maria sair com os colegas, mas ficar triste por causa da resposta de João, que está irritado. Como explicar esse efeito emocional e não outro? Assuma-se que, antes de começar o diálogo, a primeira intenção de Maria seja:

- Intenção M1⁶³ – Querer que João saia com ela e saber se ele irá.

Observe que essa intenção, ao contrário das teorias semântico-pragmáticas, é mais ampla, pois não envolve a intenção de perguntar se o namorado irá sair, mas a intenção de querer que ele saia junto. Grice (1957, p.221) afirma que, para o significado não-natural, aquele que não depende somente das palavras, mas da intenção comunicativa, não é relevante o que se pretende que o outro faça. O autor faz uma diferenciação entre intenções linguísticas e não-linguísticas, sendo que somente a primeira seria necessária para uma teoria sobre comunicação. No caso da Teoria do Diálogo, a noção de intenção ampliada envolve não só o que se pretende dizer, mas o que se pretende que a outra pessoa faça ou infira.

A pergunta de Maria (A - *João, o que você vai fazer hoje?*) leva João a fazer as seguintes possíveis⁶⁴ inferências:

SJ 1⁶⁵: Ela quer saber o que eu vou fazer. (dito)

SJ 2: Maria está arrumada. (input visual)

SJ 3: Se ela está arrumada, quer sair.

SJ 4: Eu não estou arrumado e não vou sair.

As suposições aqui apresentadas são implicaturas fracas, mas possíveis. Nesse sentido, pode-se perceber, através das inferências, que João reconhece a intenção 1 de Maria (*querer que ele saia junto*), e sua resposta (B - *Vou ver um filme*) é apresentada no sentido de demonstrar que ele reconheceu a intenção informativa M1 e de veicular a sua intenção J1, qual seja:

- Intenção J1 – Demonstrar que não quer sair com Maria.

Dada a resposta de João (B), Maria infere:

⁶³ Intenção M refere-se às intenções de Maria, enquanto Intenção J, às de João.

⁶⁴ Note que as inferências, por serem parte de um cálculo dedutivo não-trivial, não podem ser comprovadas, mas são apenas possíveis.

⁶⁵ A sigla SJ sera utilizada para as prováveis suposições de João, enquanto SM, para as de Maria, e SJM para as de ambos.

SM 1: João quer ver um filme em casa. (dito)

SM 2: João não está arrumado e está deitado embaixo do cobertor. (input visual)

SM 3: Se ele não está arrumado, é porque não quer sair.

As suposições feitas por Maria levam à seguinte conclusão implicada:

CM 1: João não quer sair comigo.

O cálculo inferencial de Maria demonstra que ela consegue recuperar a Intenção informativa J1, que vai de encontro à sua própria Intenção M1. O que pode se perceber nesse momento é que há duas propriedades do diálogo sendo demonstradas, a de que as intenções dirigem o dito e o inferido e a de que a inferência pode explicitar ou não as intenções. Nesse sentido, a pergunta (dito) A de Maria é motivada pela Intenção M1, e a resposta de João é motivada tanto pelo reconhecimento dessa intenção – que se dá através das inferências – quanto pela sua Intenção J1. Ao mesmo tempo, percebe-se que as inferências deixam as intenções explícitas, fazendo com que elas fiquem mais manifestas. No entanto, as intenções podem ficar implícitas, o que levaria a uma necessidade de continuidade do diálogo para que elas fossem reconhecidas.

No diálogo ilustrativo, abre-se espaço para dois níveis de compreensão. No primeiro, no nível do dito, Maria precisa confirmar a Intenção J1, o que faz ao enunciar C (*Eu vou sair com o pessoal do trabalho. Não queres ir junto? Tu sempre vais...*) e confirma ao escutar D (*Não. Depois conversamos*). O mesmo acontece com João, que confirma a intenção M1 ao escutar o enunciado de Maria.

A questão mais interessante nesse ponto do diálogo é a parte emocional que se estabelece. Para os participantes, não é mais apenas a intenção de saber a informação de que eles irão sair ou não, mas de saber se há algum problema no relacionamento. Desse modo, abre-se espaço para um segundo nível, em que outras intenções estão em jogo e são ligadas à parte emocional. Parte-se para um cálculo inferencial externo à compreensão do que está sendo dito, em que as Intenções M1 e J1 funcionam como suposições contextuais. Desse

cálculo, novas intenções se estabelecem e servem como referência para o que vai ser dito em C e D.⁶⁶

SJM 1: Maria quer que João saia junto (intenção M1).

SJM 2: João não quer sair com Maria (Intenção M2).

SJM 3: Namorados saem juntos (por memória enciclopédica).

Não há como ter certeza das suposições, salvo se algum dos participantes as comunicassem explicitamente, o que não é o caso. Das prováveis premissas formuladas (SJM1 a SJM3), segue-se a seguinte conclusão implicada:

CJM 1: Quando apenas um quer sair, há algum problema.

A partir dessa conclusão, pode-se estabelecer novas Intenções, tanto para Maria como para João. É importante perceber que esse processo inferencial tem um caráter emocional e carrega a suposição necessária para os falantes construírem as segundas intenções durante o diálogo. Note, entretanto, que elas só são possíveis visto o reconhecimento das intenções iniciais, feitas através do dito e do implicado. Estabelece-se, assim, uma cadeia de intenções que funcionam tal qual as implicaturas encadeadas. Caso outra resposta fosse dada, a segunda intenção poderia ser diferente, implicando, talvez, outras questões emocionais. Dado esse processo inferencial, externo, mas com interferência no diálogo, e as Intenções M1 e J1, seria possível estabelecer as segundas intenções, de caráter essencialmente emocional e totalmente dependente do contexto comunicativo, que pode ser, por exemplo, no caso de Maria:

- Intenção M2 – Saber se há algum problema no relacionamento.

A segunda pergunta de Maria (C) serve para comunicar tanto a primeira intenção quanto a segunda (M1 e M2), no qual João pressuporia as possíveis suposições:

SJ 4: Maria compreendeu a Intenção informativa J1.

SJ5: Ela quer confirmar se eu não quero sair.

⁶⁶ É importante estabelecer que, nesse momento, as suposições serão trabalhadas como se fossem as mesmas tanto para João quanto para Maria. Sabe-se, no entanto, que essa é apenas uma possibilidade, pois estudos (Tannen, 1995, 2001) demonstram que há diferenças entre as formas de comunicação entre homens e mulheres.

SJ 6: Eu sempre saio com seus colegas de trabalho, mas não quero sair hoje. (dito)

SJ 7: Se eu não quero sair, há algum problema. (conclusão implicada CJM 1)

SJ 8: Briguei com meu chefe no trabalho hoje.

CJ 1: O problema existente é relacionado ao emprego e não ao relacionamento.

Observe que há uma suposição externa, de ordem emocional (SJ 8), que interfere no processo inferencial. João está chateado porque brigou com o chefe, o que levaria o argumento à conclusão de que não há problemas no relacionamento, mas que há um problema de trabalho. João reconhece as duas Intenções de Maria (SM5 – M1 e SM6 – M2) e, sequencialmente, responde à namorada, porém não deixa claro o motivo de estar chateado. Ou seja, a informação de que ele está triste com alguma coisa não é compartilhada pelos participantes do diálogo, o que pode levar a um conflito. Neste sentido, a segunda intenção de João:

- Intenção J2 – Demonstrar que está com problemas no trabalho

não fica explícita no dito, o que leva Maria a ativar o seguinte grupo de suposições:

SM 4: João não quer sair comigo (Conclusão Implicada CM1).

SM 5: Estou preocupada com o nosso relacionamento (Intenção M2).

SM 6: João não quer sair com meus colegas de trabalho, algo que ele sempre faz.

SM 7: Se João não faz o que é habitual, há algum problema.

CM 2: Há algum problema no nosso relacionamento.

O casal de namorados chega a conclusões diferentes ao final do diálogo, que pode resultar, em um mundo possível, em Maria saindo com os amigos triste e preocupada com o relacionamento, e João ficando em casa irritado com a situação que acabou de ocorrer. Maria, porém, não consegue recuperar a segunda intenção de João, o que a faz ficar confusa em relação ao namoro.⁶⁷

O efeito emocional que o diálogo causa ocorre, principalmente, por causa da cadeia de intenções que se estabelece, formando intenções primeiras, como no caso da Intenção M1 e

⁶⁷ Observe que a forma como o diálogo ocorre também é fator essencial para a geração de inferências. Para maiores detalhes de como a forma interfere no conteúdo, observar o capítulo 3.

J1, e intenções dependentes de contexto, Intenção M2 e J2, que só ocorrem a partir da suposição obtida durante a comunicação. De uma maneira geral, em um diálogo, o conjunto de afirmações explícitas mais o conjunto de implícitos permite que cada interlocutor infira a intenção, e, conseqüentemente, a emoção do outro. Demonstra-se, assim, outra propriedade da Teoria do Diálogo, a de que as intenções são consistentes com as emoções e com os sentimentos.

Há mais uma característica do diálogo que precisa ser demonstrada, a de que as inferências podem ser canceladas para proteger as intenções. Considere, para isso, a seguinte continuação do diálogo entre João e Maria.

Maria: (D) Há algum problema entre nós?

João: (E) Não, é que briguei com meu chefe. Não quero sair hoje.

Nessa parte do diálogo, Maria explicita a sua Intenção M2, pois quer confirmar a conclusão implicada CM2 (*há um problema no relacionamento*). A resposta de João, no entanto, cancela a inferência e, ao mesmo tempo, deixa claro a intenção J2 (*demonstrar que há um problema com o trabalho*). O dito, nesse sentido, desempenha um papel essencial para a resolução de um possível conflito, pois cancela implicaturas vagas e deixa suposições mutuamente manifestas.

Parece haver, portanto, uma estreita relação entre emoções e intenções, que podem ser dependentes ou não do contexto, e estarem ligadas a gestos, a expressões faciais, à prosódia e à própria forma do enunciado. De qualquer maneira, é necessário que se articulem níveis inferenciais complexamente diferentes a fim de se conseguir recuperar os diferentes níveis de intenções na comunicação.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, mostrou-se, em primeiro lugar, como diferentes teorias semântico-pragmáticas trabalham com o conceito de intenção, para, em um segundo momento, demonstrar que a abordagem da Teoria da Relevância parece não conseguir abranger a relação entre emoções, intenções e inferências sem enfraquecer seu arcabouço conceitual, pois aposta na racionalidade humana e trabalha apenas com inputs informativos. Em seguida, apresentou-se a Teoria do Diálogo, de Costa (2012), com o intuito de observar o papel das

intenções na comunicação, em uma abordagem mais ampla do que a tradicional, pois são essenciais para que se consiga construir uma teoria a fim de articular emoções e comunicação de modo eficiente.

De uma maneira geral, mostrou-se que a significação em linguagem natural não é entendida como dada *a priori*, mas construída a partir de um processo inferencial de reconhecimento de intenções, como propõe a interface semântico-pragmática, que parece ser mais profícua para explicar determinados fenômenos da linguagem, como no caso da interferência das emoções na comunicação. Nesse sentido, buscou-se demonstrar que as emoções influenciam na comunicação humana através da relação entre intenções e inferências. Entretanto, para conseguir demonstrar essa relação, faz-se necessário partir para uma teoria complexa, que assume propriedades multiformes, de diferentes áreas do conhecimento, como é o caso da Teoria do Diálogo. Sabe-se, também, que ainda são necessários estudos mais aprofundados no sentido de esclarecer o objeto para abordar a complexidade do objeto emoção-intenção-inferência na comunicação.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscou-se realizar um estudo que procurasse construir interfaces relevantes em relação à linguagem e às emoções. O objeto de pesquisa era duplo: um metateórico, em que se avaliou a proposta da Metateoria das Interfaces, de Costa (2007), e um teórico, em que se mostrou, a cada capítulo, uma perspectiva relevante e distinta sobre a relação entre linguagem e emoções. Nesse sentido, o primeiro capítulo, metateórico, estabeleceu a perspectiva de interfaces como metodologia do trabalho. Ele se justifica no sentido de que os outros três capítulos, teóricos, estão metodologicamente baseados no primeiro, que apresenta uma proposta de abordagem interdisciplinar.

Após, apresentaram-se três capítulos que se constituem de forma independente e abordaram: (a) a relação existente entre lógica, linguagem e emoções, buscando demonstrar que as inferências podem ser afetadas por premissas externas, emocionais; (b) os problemas da noção custo-benefício, argumentando que assumir a racionalidade na comunicação implica não considerar os benefícios emocionais, muitas vezes gerados pela forma da expressão; (c) a noção de intenção e sua relação com as emoção e com a geração de inferências, a partir de uma perspectiva de diálogos.

É importante observar que, embora os capítulos sejam independentes, buscou-se uma certa ordem na apresentação das teorias semântico-pragmáticas. Assim, no capítulo 2, utilizaram-se a Teoria das Implicaturas, de Grice (1975), e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Levinson (2000); no 3, a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1995), foi estudada; e, no 4, buscou-se retomar aspectos das teorias apresentadas nos capítulos anteriores, principalmente a da Relevância, e apresentar uma nova proposta teórica na área, a Teoria do Diálogo, de Costa (2012). Essa escolha foi feita por motivos teóricos e metodológicos, pois se buscou construir ângulos diferentes a cada novo capítulo, a fim de demonstrar que a Metateoria das Interfaces fundamentaria o estudo complexo e interdisciplinar.

Neste momento, procura-se resumir as respostas para as hipóteses que direcionaram este estudo, para que algumas considerações finais sejam estabelecidas em relação à linguagem e às emoções. Assumiu-se, neste trabalho, a comunicação humana como inferencial, ou seja, como um processo em que há dois níveis: o dito e o implicado, conforme colocam teorias neo-griceanas (Levinson, SW). Por outro lado, adotou-se uma perspectiva evolutiva, em que a linguagem e as emoções não são propriedades exclusivas dos seres humanos, mas algo dividido entre os seres do mundo animal – conforme afirmam Pinker,

Damasio e Darwin. Partindo desses dois pressupostos, argumentou-se que, ao contrário da tradição cartesiana e alinhada à perspectiva neurocientífica, a comunicação não é exclusivamente racional, mas é influenciada pelas emoções. Nesse sentido, fez-se necessária uma reavaliação das abordagens existentes em Linguística, a fim de buscar uma maior capacidade explanatória para fenômenos que aliam aspectos lógico-rationais a emocionais.

A hipótese 2, de que os processos inferenciais, baseados em propriedades lógicas, comunicativas e cognitivas, são afetados por premissas emocionais, não-rationais, é corroborada pelo capítulo 2. Tais premissas seriam decorrentes de escalas de palavras de emoção, em um paralelo com as implicaturas escalares propostas por Levinson (1983/2000), que seriam construídas pelos falantes de acordo com as experiências de vida. Desse argumento, é possível trazer problemas para as teorias linguísticas, que apostam na racionalidade do processo inferencial. Não há, de acordo com os arcabouços teóricos, como explicar que premissas externas possam levar um argumento para uma conclusão contrária à esperada. Ainda que se assumia uma lógica informal, tais premissas teriam que ser inseridas de maneira *ad hoc*, pois não haveria referências no dito para justificar o desvio da argumentação.

Já em relação à hipótese 3, de que a noção de custo-benefício da Teoria da Relevância pode ser questionada caso se insiram benefícios emocionais no processo comunicativo, decorrentes da forma como uma expressão é dita, também é corroborada, no capítulo 3. Alargando a noção de que “o meio é a mensagem”, de McLuhan, assumiu-se que a forma interfere no conteúdo e que, conforme experimentos neurobiológicos demonstram, a forma conecta-se à parte emocional. Nesse sentido, a TR encontra-se em uma encruzilhada: ou aceita que benefícios cognitivos podem ser de ordem não-rationais e não-informativa ou deixa de explicar como um enunciado pode carregar inferências que não são explicadas pela noção de relevância. Em qualquer um dos casos, mostra-se que a teoria pode ser ou trivializada ou falseada.

A hipótese 4, que envolve a noção de intenção dos falantes na comunicação, conceito amplamente abordado nas teorias semântico-pragmáticas, é corroborada no capítulo 4. Demonstrou-se que, ao contrário das abordagens clássicas, intenção envolve não só a produção de dito e reconhecimento de inferências, mas também intenções emocionais e de conexão, por exemplo. Para tal, assumiu-se a Teoria do Diálogo, de Costa (2012) que, tomando o diálogo como objeto de estudo, coloca as intenções em relação direta com as emoções e com a evolução. A partir desse movimento teórico, consegue-se demonstrar que o diálogo envolve reconhecimento de intenções de vários níveis, especialmente emocionais e conectivas, e que, ainda, elas influenciam na produção de inferências multiformes.

A última hipótese a ser abordada nesse momento é a primeira, metateórica, que aponta que fenômenos complexos – como a relação entre linguagem e emoções – são mais bem abordados via abordagens perspectivistas e interdisciplinares, e assumiu-se a Metateoria das Interfaces, de Campos (2007), como adequada para fundamentar a construção do objeto e das interfaces entre as diferentes áreas. Para que a hipótese fosse verificada, buscou-se construir, em cada um dos três capítulos teóricos, interfaces diferentes para demonstrar a relação entre linguagem e emoções. Demonstrou-se, assim, que o objeto é intrínseco à construção da interface, pois, a cada momento, lançou-se luz a características distintas da linguagem: ora a relação com a lógica, ora com a relação de relevância, ora com as intenções. É necessário reconhecer, portanto, que a Metateoria das Interfaces (Campos, 2007) mostra-se eficiente no papel de reorganizar a Ciência da Linguagem, relacionando fundamentos e potenciais de aplicação de perspectivas incomensuráveis ao nível teórico.

Validam-se, portanto, as hipóteses de trabalho construídas, ainda que sejam necessários mais estudos teóricos e aplicados. De qualquer maneira, faz-se essencial reafirmar o caráter especulativo deste trabalho, em que se constroem pontos de vista para demonstrar a necessidade de mais investigações sobre a interface entre linguagem e emoções. Uma construção teórica com maior poder descritivo-explanatório ainda é necessária, mas, para tal, é preciso um maior aprofundamento sobre a natureza da linguagem e das emoções. Ainda assim, pode-se considerar que esse trabalho traz perspectivas interessantes e relevantes não só para as áreas envolvidas, como a Linguística e a Neurociência, mas também para estudos envolvendo Inteligência Artificial e a Computação, em geral.

Espera-se que este trabalho possa ter contribuído com os estudos interdisciplinares envolvendo linguagem e emoções, mais especificamente no que se refere ao processo inferencial na comunicação. Deve-se levar em consideração, no entanto, a complexidade do tema abordado, somando-se às limitações desse trabalho e à necessidade de uma investigação mais aprofundada.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel Do Nascimento Pena. 2a ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BACH, K. The myth of conventional implicature. **Linguistic and Philosophy**, Netherlands, 22, 1999. 327-366.

_____. Implicature vs. explicature: What's the difference?. **Workshop on "Explicit Communication**. Granada: Espanha, 2006.

BARTHES, R. **Elementos de Semiologia**. Tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1964].

BOHM, D., FACTER, P., & GARRET, P. **Dialogue - A proposal**. 1991. Disponível em Bohm Dialogue: <http://www.david-bohm.net/dialogue/dialogue_proposal.html#7>. Acesso em 15 de novembro de 2011.

BRANDÃO, H.H.N. Pragmática Linguística: Delimitações e Objetivos. In: MOSCA, L.L.S. **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

CAMPOS, J. Ciências da Linguagem: Comunicação, Cognição & Computação - Relações Inter/Intradisciplinares. In: AUDY, J. L. N. & M. M. C. **Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

_____. **Filosofia da Linguística, Filosofia da Ciência e Metateoria das Interfaces**, 2007b. Disponível em: <<http://www.jcamposc.com.br/filosofia%20da%20ciencia%20e%20interfaces.pdf>>. Acesso em: 10 julho 2010.

_____. **O texto jurídico-político, um gênero complexo**. 2009. Disponível em <http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/otextojuridico-politico.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2011.

_____. **Projeto de Pesquisa Platão 2.0 - Diálogos: da Cultura Clássica à Cultura Digital**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras: Porto Alegre, 2010.

CARSTON, Robyn. Metaphor, ad hoc concepts and word meaning - more questions than answers. **UCL working papers in linguistics**. London: n.14, p.83-105, 2002.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Mouton : The Hague, 1957.

_____. **Language and Problems of Knowledge: The Managua Letters.** Cambridge: MIT Press, 1988.

COSTA, J. C. **A estrutura inferencial da comunicação dialógica.** 2004. Disponível em <http://www.jcamposc.com.br/projetos_e_pesquisas/a_estrutura_inferencial_da_comunicacao_dialogica.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2011.

_____. Comunicação e inferência em linguagem natural. **Letras de Hoje**, 40, n. 1, 2005a. 107-133.

_____. A Teoria da Relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 5, n. esp, p. 161-169, 2005b.

_____. **A relevância da pragmática na pragmática da relevância.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____.; FELTES, H. P. M. Filosofia da Linguística, filosofia da ciência e os pressupostos para a construção de uma Metateoria das Interfaces. In: ARAÚJO, J. C.; BIASI-RODRIGUES, B.; DIEB, M. **Seminários linguísticos: discurso, análise linguística, ensino e pesquisa.** Mossoró: Edições UERN, 2010. p. 341-355.

_____. **Diálogo: questões interdisciplinares.** 2012 – no prelo. (a ser publicado pela Editora da UNISUL, Tubarão/SC, referente a questões discutidas no CELSUL 2010).

DAMASIO, A. **O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano.** Tradução portuguesa de Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1994].

_____. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [2003].

DAYOUB, K. M. **A Ordem das Ideias: palavra, imagem, persuasão - a retórica.** São Paulo: Malone, 2004.

DE SOUZA, R. Emotion. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2010 Edition)**, 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2010/entries/emotion/>>.

EVANS, D. The Search Hypothesis of Emotion. **British Society for the Philosophy of Science**, v. 53, n. 5, p. 497-509, 2002.

FELTES, H. P. M. Linguística cognitiva e teoria da relevância: perspectivas para a construção de uma teoria de interface para inferências. In: CAMPOS, J.; RAUEN, F. **Tópicos em Teoria da Relevância.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FREGE, G. **Investigações lógicas.** Tradução de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002 [1892].

GIERE, R. N. **Scientific perspectivism.** Chicago: Chicago University Press, 2006.

GRICE, P. Meaning. 1957. In: _____. **Studies in the Way of Words.** Cambridge: Harvard University Press, 1989. Coletânea de artigos publicados anteriormente.

_____. Utterer's Meaning and Intention. 1969. In: _____. **Studies in the Way of Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989. Coletânea de artigos publicados anteriormente.

_____. Logic and Conversation. 1975. In: _____. **Studies in the way of words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

GROARKE, L. Informal Logic. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2011 Edition)**, 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/logic-informal/>>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1975 [1943].

INDUCTIVE (pragmatic) inference. Disponível em: <<http://penta.ufrgs.br/edu/telelab/3/inductiv.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

KORTA, K., & PERRY, J. Pragmatics. **The Standford Encyclopedia of Philosophy**. Summer 2011 Edition. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/pragmatics/>>. Acesso em 18 de junho de 2011.

LEVINSON, S. **Pragmática**. Tradução de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1983].

_____. **Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature**. Cambridge: MIT Press, 2000.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2001 [1964].

MONTAGUE, R. **Formal philosophy: selected papers of Richard Montague**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

PEIRCE, C. S. **Semiótica e filosofia**. Tradução de Octanny Silveira de Motta e Leônidas Hegenberg. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

PHAM, M. T. Emotion and Rationality: A Critivcal Review and Interpretations of Empirical Evidence. **Review of General Psychology**, 11, n. 2, 2007. 155-178.

PINKER, Steven. **Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana**. Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1997].

RECANATI, F. **Literal Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SADOCK, J. M. On testing for conversational implicature. In: COLE, P. **Syntax and Semantics 9: Pragmatics**. New York: Academic Press, 1978.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 2000 [1916].

SEARLE, J. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVEIRA, J. R. C.; FELTES, H. P. M. **Pragmática e Cognição: a textualidade pela relevância**. 2a edição. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SPERBER, D.; WILSON, D. Rhetoric and Relevance. In: WELLBERY, D; BENDER, J (eds). **The Ends of Rhetoric: History, Theory, Practice**. p.140-155. Stanford: Stanford University Press, 1990.

_____. **Relevance: Communication and Cognition**. 2a edição. ed. Cambridge: Blackwell Publishing, 1995.

_____. A deflationary account of metaphor. In: GIBBS, R **The Handbook of Metaphor**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STRAWSON, P. Intention and Convention in Speech Acts. **The Philosophical Review**. New York, v. 73, n.4, p. 439-460. 1964.

TANNEN, Deborah. The Power of Talk: who gets heard and why. **Harvard Business Review**. Cambridge, n. 73, p.138-149, 1995.

_____. **You just don't understand: women and men in conversation**. New York: Paperback Ballantine, 2001.

VANIN, Aline Aver. **A relevância em comunicação : a construção de inferências internas e externas a filmes publicitários**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, PUCRS.

_____. O papel das emoções na construção de conceitos de emoção. In: CAMPOS, J. **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

WALTON, D. **Dialog theory for critical argumentation**. Philadelphia: John Benjamins, 2007.

_____. & KRABBE, E. **Commitment in Dialogue**. Albany: State University of New York Press, 1995

WILDGRUBER, D; ACKERMANN, H.; KREIFELTS, B & ETHOFER, T. Cerebral processing of linguistic and emotional prosody: fMRI studies. **Progress in Brain Research**. Amsterdam, n.156, p.249-268, 2006. Disponível em < http://labnic.unige.ch/nic/papers/PBR_06.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

WILSON, D; CARSTON, R. Metaphor and the 'emergent property' problem: a relevance-theoretic treatment. **The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication**. p.1-40, 2008.

_____. Metaphor, relevance and the emergent property issue. **Mind and Language**. *Lkalk*, v.21, n.3 p.404-433, jul, 2006.

WILSON, D, & SPERBER, D. Teoria da Relevância. **Linguagem em (Dis)curso**. Tradução de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. *Tubarão*, v.5, n.especial, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999 [1953].